

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

TOMÉ MUTOMBO

**METAMORFOSES PROGRAMÁTICAS DA FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE
MOÇAMBIQUE (1962-1991)**

Porto Alegre

2023

TOMÉ MUTOMBO

**METAMORFOSES PROGRAMÁTICAS DA FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE
MOÇAMBIQUE (1962-1991)**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência Política, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientadora: Prof.^a Dra. Silvana Krause

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Mutombo, Tomé
Metamorfoses programaticas na Frente de Libertacao
de Mocambique, 1962-1991 / Tomé Mutombo. -- 2023.
185 f.
Orientador: Silvana Krause.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, , Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. FRELIMO.. 2. Moçambique, . 3. Congressos, . 4.
Programas . 5. socialismo e democracia. I. Krause,
Silvana, orient. II. Titulo.

Aprovado em 29 de junho de 2023

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Silvana Krause (UFRGS)

Prof. Dr. Rafael Madeira (PUCRS)

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini (UFRGS)

Prof. Dr. Bruno Marques Schaefer (UERJ)

Dedicatória

É com grande alegria e gratidão que dedico esta tese a vocês, minha amada família. Sem o amor, encorajamento e apoio inabaláveis de vocês, eu não teria sido capaz de alcançar este marco importante em minha vida acadêmica.

Minha esposa (Sofia Omar), você é minha rocha, minha confidente e minha melhor amiga. Obrigado por sempre me encorajar a perseguir meus sonhos e me apoiar em todas as etapas desta jornada. Seu amor incondicional me inspira todos os dias.

Minhas filhas (Kyara e Kayra), vocês são minha razão de viver e minha maior alegria. Ver vocês crescerem e se desenvolverem enquanto eu me esforçava para completar este trabalho foi uma das maiores motivações que tive. Espero que um dia vocês possam se orgulhar do trabalho que seu pai realizou.

Ao meu pai (em memória), mãe e irmãos, obrigado por me ensinarem o valor da educação e do trabalho duro desde cedo. Sem o seu exemplo, não estaria onde estou hoje. Sou grato pelo seu amor e apoio, mesmo quando as coisas ficaram difíceis.

À minha família, este trabalho é para vocês. Espero que isso mostre minha gratidão e amor por tudo o que vocês fizeram por mim. Vocês são minha força, meu porto seguro e minha bênção na vida.

Com amor e gratidão

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de expressar minha sincera gratidão à minha orientadora, Professora Doutora Silvana Krause, pela sua orientação dedicada, sábia e incansável durante todo o período de elaboração desta tese. Seu feedback construtivo, conselhos valiosos e encorajamento constante foram fundamentais para o meu sucesso acadêmico. Além disso, sou grato pela sua paciência e compreensão, especialmente durante os momentos mais desafiadores e estressantes deste processo.

Gostaria de estender meus agradecimentos aos professores do IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por me fornecerem uma base sólida de conhecimentos e habilidades para a pesquisa em ciências políticas. Seus ensinamentos inspiradores, discussões enriquecedoras e feedback crítico contribuíram significativamente para a qualidade deste trabalho.

Não posso deixar de mencionar meus colegas de turma (o Cremildo Coutinho e Paulo Delasta), que se tornaram grandes amigos e companheiros nesta jornada acadêmica. Suas ideias, sugestões e apoio emocional foram fundamentais para a minha motivação e perseverança ao longo desses anos. Especialmente, gostaria de agradecer aos meus colegas moçambicanos em Porto Alegre (Aretha Pinho, Agostinho Chigarisso, Julieta Nhampossa, Ludomilo Fumo, Hamilton Matsinhe, Eulanda Daniel, Milton Moçambique, Helena Daniel, Manuel Mahoche, Efraime e a Marisa Gobeia), que se tornaram minha segunda família neste país estrangeiro. Seus sorrisos calorosos, abraços acolhedores e conselhos práticos fizeram toda a diferença na minha vida pessoal e acadêmica.

Por fim, gostaria de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo suporte financeiro e acadêmico concedido durante todo o período de realização deste estudo. Sem essa agência de fomento, não seria possível realizar este trabalho com a mesma qualidade e profundidade.

Em resumo, gostaria de expressar minha gratidão a todas as pessoas e instituições que contribuíram para o meu sucesso acadêmico e pessoal nesta jornada. Espero que este trabalho possa contribuir para o avanço do conhecimento em minha área de estudo e para a melhoria das condições sociais em Moçambique e no Brasil.

APOIO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

RESUMO

Esta tese analisa as mudanças programáticas da FRELIMO entre 1962 e 1991, investigando as variáveis internas e externas que influenciaram essas transformações. A pesquisa busca preencher uma lacuna nos estudos sobre a FRELIMO, concentrando-se nas mudanças das ênfases programáticas do partido e nos fatores que as causaram. O objetivo é compreender como essas variáveis podem explicar as mudanças dentro dos partidos políticos. O estudo utiliza uma metodologia de process tracing e se baseia nos domínios das relações exteriores, liberdade e democracia, e economia para analisar os programas da FRELIMO. Os resultados indicam que as variáveis endógenas e exógenas desempenharam um papel relevante nas metamorfoses programáticas, com destaque para a influência do bloco socialista e as pressões do bloco democrático ocidental. Além disso, as variáveis de política interna e socioeconômicas, como a dívida externa, tiveram um impacto significativo nas mudanças programáticas ao longo do tempo. No entanto, apesar das diferenças observadas em diferentes períodos, não foi possível identificar um mecanismo causal único que explique as mudanças programáticas. Isso ressalta a complexidade e a multifatorialidade dos processos envolvidos. Recomenda-se que pesquisas futuras considerem outras variáveis relevantes e adotem métodos complementares para aprofundar a compreensão das dinâmicas e dos mecanismos causais subjacentes. Essa tese contribui para a compreensão do processo político em Moçambique e para o estudo dos programas partidários em contextos, preenchendo uma lacuna na literatura existente.

Palavras-chave: FRELIMO, Moçambique, congressos, programas, socialismo, democracia.

ABSTRACT

This thesis analyzes the programmatic changes of FRELIMO between 1962 and 1991, investigating the internal and external variables that influenced these transformations. The research aims to fill a gap in the studies on FRELIMO, focusing on the changes in the party's programmatic emphases and the factors that caused them. The objective is to understand how these variables can explain changes within political parties. The study utilizes a process tracing methodology and relies on the domains of foreign relations, freedom and democracy, and economy to analyze FRELIMO's programs. The results indicate that both endogenous and exogenous variables played a relevant role in the programmatic metamorphoses, with particular emphasis on the influence of the socialist bloc and pressures from the Western democratic bloc. Additionally, internal political and socio-economic variables, such as external debt, had a significant impact on programmatic changes over time. However, despite observed differences in different periods, it was not possible to identify a single causal mechanism that explains the programmatic changes. This highlights the complexity and multifactorial nature of the processes involved. Future research is recommended to consider other relevant variables and adopt complementary methods to deepen the understanding of underlying dynamics and causal mechanisms. This thesis contributes to the understanding of the political process in Mozambique and the study of party programs in contexts, filling a gap in the existing literature.

Keywords: FRELIMO, Mozambique, congresses, programs, socialism, democracy.

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

TABELA 1: MODELOS DE TESTES DO PROCESS TRACING.....	62
TABELA 2: PRINCIPAIS DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROCESS TRACING	64
TABELA 3: DOMÍNIOS E CATEGORIAS DO MÉTODO PADRÃO DO MARPOR.....	69
TABELA 4: DOMÍNIOS E CATEGORIAS: DIMENSÃO POLÍTICA DO PROGRAMA...	74
TABELA 5: DOMÍNIOS E CATEGORIAS: DIMENSÃO ECONÔMICA DO PROGRAMA	74
TABELA 6: OS CONGRESSOS DA FRELIMO	75
TABELA 7: PRESENÇA/AUSÊNCIA DOS INDICADORES DO DOMÍNIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	86
TABELA 8: PRESENÇA/AUSÊNCIA DOS INDICADORES DO DOMÍNIO DA LIBERDADE E DEMOCRACIA	87
TABELA 9: PRESENÇA/AUSÊNCIA DOS INDICADORES DO DOMÍNIO DA ECONOMIA.....	88
TABELA 10: PRESENÇA/AUSÊNCIA DOS INDICADORES DO DOMÍNIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	95
TABELA 11: PRESENÇA/AUSÊNCIA DOS INDICADORES DO DOMÍNIO DA LIBERDADE E DEMOCRACIA	96
TABELA 12: PRESENÇA/AUSÊNCIA DOS INDICADORES DO DOMÍNIO DA ECONOMIA.....	97
TABELA 13: PRESENÇA/AUSÊNCIA DOS INDICADORES DO DOMÍNIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	101
TABELA 14: PRESENÇA/AUSÊNCIA DOS INDICADORES DO DOMÍNIO DA LIBERDADE E DEMOCRACIA	102
TABELA 15: PRESENÇA/AUSÊNCIA DOS INDICADORES DO DOMÍNIO DA ECONOMIA.....	103
TABELA 16: PRESENÇA/AUSÊNCIA DOS INDICADORES DO DOMÍNIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	106
TABELA 17: PRESENÇA/AUSÊNCIA DOS INDICADORES DO DOMÍNIO DA LIBERDADE E DEMOCRACIA	108
TABELA 18: PRESENÇA/AUSÊNCIA DOS INDICADORES DO DOMÍNIO DA ECONOMIA.....	109

TABELA 19: PRESENÇA/AUSÊNCIA DOS INDICADORES DO DOMÍNIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	111
TABELA 20: PRESENÇA/AUSÊNCIA DOS INDICADORES DO DOMÍNIO DA LIBERDADE E DEMOCRACIA	113
TABELA 21: PRESENÇA/AUSÊNCIA DOS INDICADORES DO DOMÍNIO DA ECONOMIA.....	114
TABELA 22: PRESENÇA/AUSÊNCIA DOS INDICADORES DO DOMÍNIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	117
TABELA 23: PRESENÇA/AUSÊNCIA DOS INDICADORES DO DOMÍNIO DA LIBERDADE E DEMOCRACIA	118
TABELA 24: PRESENÇA/AUSÊNCIA DOS INDICADORES DO DOMÍNIO DA ECONOMIA.....	120
TABELA 25: ANÁLISE DAS MUDANÇAS NO DOMÍNIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.....	125
TABELA 26: ANÁLISE DAS MUDANÇAS NO DOMÍNIO DA DEMOCRACIA E LIBERDADE.....	128
TABELA 27: ANÁLISE DAS MUDANÇAS NO DOMÍNIO DA ECONOMIA	131
TABELA 28: INFLUÊNCIA POLÍTICA DOS PAÍSES SOCIALISTAS	135
TABELA 29: PRESSÃO POLÍTICA INTERNACIONAL PARA A DEMOCRACIA	138
TABELA 30: PRESSÃO EXERCIDA PELA OUA.....	142
TABELA 31: PRESSÃO PARA INTRODUÇÃO DE ELEIÇÕES	145
TABELA 32: CONFLITOS ARMADOS	150
TABELA 33: MUDANÇA DE FACÇÕES	153
TABELA 34: INDICADORES FINANCEIROS EXTERNOS 1984-1989 (MILHÕES DE DÓLARES DOS E.U.A)	155
TABELA 35: DESEMBOLSOS DOS EMPRÉSTIMOS DO BANCO MUNDIAL A MOÇAMBIQUE: 1990-2002	155
TABELA 36: DÍVIDA EXTERNA	158
TABELA 37: POBREZA	162
TABELA 38: MUDANÇAS NAS VARIÁVEIS DE POLÍTICA EXTERNA.....	163
TABELA 39: MUDANÇAS NAS VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS	164

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: MODELO DE ANÁLISE.....75

SIGLAS E ABREVIATURAS

ACP- África, Caraíbas e do Pacífico

AALMQ – Associação Africana de Lourenço Marques e Quelimane

BM - Banco Mundial

CIO - Central Intelligence Office

CAME - Ajuda Mutua Económica

CANL – Centro Associativo de Negros de Lourenço Marques

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAS - Country Assistance Strategy

CMP- Comparative Manifestos Project

CMP-Conselho Mundial da Paz

CPO - Causal Process Observations

COMECON - Council for Mutual Economic Assistance

CONCP- Conferências das Organizações Nacionalistas das colônias Portuguesas

ECPR- European Consortium for Political Research

EUA- Estados Unidos da América

FMI- Fundo Monetário Internacional

FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique

FRAIN - Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional

IDA - International Development Assistance

MARPOR- Manifesto Research on Political Representation

MANU- Mozambican African National Union

MLSTP – Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe

MRG- Manifesto Research Group

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

MNR - Mozambique National Resistance

NAACP- Associação Americana para o Progresso das Pessoas de Cor

NDP - National Democratic Party

NESAM -Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique

NNMS – Núcleo Negrófilo de Manica e Sofala

OSPAA- Organização da Solidariedade da África e Ásia

OSPAAAL- Organização da solidariedade dos povos de África e Ásia e América Latina

PAE- Programa de Ajustamento Estrutural
PARPA- Programa de Redução de Pobreza Absoluta
PAIGC- Partido Africano para Independência da Guine e Cabo Verde
PEC- Plano Estatal Central
PEC-PG - Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
PIB – Produto Interno Bruto
PCUS- Partido Comunista da União Soviética
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRE- Programa de Reabilitação Econômica
PRES – Programa de Reabilitação Econômica e Social
PPI- Plano Prospectivo Indicativo
RENAMO - Resistência Nacional de Moçambique
RFA - República Federativa Alemã
SRE - Scope, Range, and Extent
ONU - Organização da Nações Unidas
OTAN - Organização do Tratado Atlântico Norte
OUA - Organização da Unidade Africana
SPD - Partido Social-Democrata da Alemanha
TANU- Tanganyika African National Union
UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique
UNAMI - União Nacional de Moçambique Independente
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
URSS - União das Repúblicas Socialista Soviéticas
ZANLA - Zimbabwe African National Liberation Army

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEITUAL	25
2.1. Programas partidários: alcances e limites de seus estudos	27
2.2. Pesquisas com programas partidários no âmbito da Ciência Política	33
2.3. Debate em torno das variáveis que impactam na mudança dos programas	36
2.3.1. Variável política externa	37
2.3.2. Variável política interna:	47
2.3.4. Variável sócio-econômica	51
3. METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS DE PESQUISA	55
3.1 Process Tracing	58
3.2 Manifesto Research on Political Representation (MARPOR)	68
3.3 Modelo de análise	75
4. OS CONGRESSOS DA FRELIMO E SUAS PRINCIPAIS DECISÕES PROGRAMÁTICAS: 1962- 1991	77
4.1 Primeiro Congresso	77
4.1.1 Contexto	77
4.1.2 Indicadores do domínio das relações exteriores	84
4.1.3 Indicadores do domínio da liberdade e Democracia	86
4.1.4 Indicadores do domínio da economia	87
4.2. Segundo Congresso	88
4.2.1 Contexto	88
4.2.2 Indicadores do domínio das relações exteriores	93
4.2.3 Indicadores do domínio da liberdade e Democracia	95
4.2.4 Indicadores do domínio da economia	96
4.3 Terceiro Congresso	97
4.3.1 Contexto	97
4.3.2 Indicadores do domínio das relações exteriores	99
4.3.3 Indicadores do domínio da liberdade e democracia	101
4.3.4 Indicadores do domínio da economia	103
4.4 Quarto Congresso	104
4.4.1 Contexto	104

4.4.2	Indicadores do domínio das relações exteriores	105
4.4.3	Indicadores do domínio da liberdade e democracia	107
4.4.4	Indicadores do domínio da economia	108
4.5.	Quinto Congresso	109
4.5.1	Contexto	109
4.5.2	Indicadores do domínio das relações exteriores	110
4.5.3	Indicadores do domínio da liberdade e democracia	111
4.5.4	Indicadores do domínio da economia	113
4.6	Sexto Congresso	115
4.6.1	Contexto	115
4.6.2	Indicadores do domínio das relações exteriores	116
4.6.3	Indicadores do domínio da liberdade e democracia	117
4.6.4	Indicadores do domínio da economia	118
5.	MUDANÇAS PROGRAMÁTICAS: 1962-1991	121
5.1	MUDANÇAS PROGRAMÁTICAS EM RELAÇÃO AO DOMÍNIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	121
5.1.1	O primeiro momento-programa fundacional	121
5.1.2	O segundo momento	122
5.1.3	O terceiro momento	122
5.1.4	O quarto momento	123
5.1.5	O quinto momento	124
5.1.6	O sexto momento	124
5.1.7	Resumo dos resultados	125
5.2	MUDANÇAS PROGRAMÁTICAS EM RELAÇÃO AO DOMÍNIO DA LIBERDADE E DEMOCRACIA	125
5.2.1.	O primeiro momento	125
5.2.2	O segundo momento	126
5.2.3	O terceiro momento	126
5.2.4	O quarto momento	127
5.2.5	O quinto momento	127
5.3.6	O sexto momento	128
5.3.7	Resumo dos resultados	128

5.3 MUDANÇAS PROGRAMÁTICAS EM RELAÇÃO AO DOMÍNIO DA ECONOMIA	129
5.3.1 O primeiro momento	129
5.3.2 O segundo momento	129
5.3.3 O terceiro momento	129
5.3.4 O quarto momento	130
5.3.5 O quinto momento	130
5.4.6 O sexto momento	131
5.4.7 Resumo dos resultados	131
6. IMPACTO DAS VARIÁVEIS NAS MUDANÇAS PROGRAMÁTICAS	132
6.1. Variáveis de Política Externa:	132
A. Influência política dos países socialistas (China e URSS)	132
6.1.1 Análise dos resultados	135
B. Pressão política internacional para a democracia	136
6.1.2. Análise dos resultados	138
C. Pressão exercida pela Organização da Unidade Africana - OUA	139
6.1.3. Análise dos resultados	142
D. Pressão para introdução das eleições	142
6.1.4. Análise dos resultados	145
6.2. Variáveis políticas internas	146
E. Conflitos armados	146
6.2.1. Análise dos resultados	150
F. Mudança de facções	151
6.2.2. Análise dos resultados	153
6.3. Variáveis socioeconômicas	154
G. Dívida externa	154
6.3.1. Análise dos resultados	158
H. Pobreza	158
6.3.2. Análise dos resultados	162
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	171

1. INTRODUÇÃO

Durante o final da década de 1950 e início da década de 1960, vários movimentos revolucionários surgiram na África, desafiando a dominação colonial europeia. Um exemplo proeminente foi a formação da FRELIMO em 1962, que liderou a luta contra a presença colonial portuguesa em Moçambique. O conflito armado iniciou-se em 1964 e perdurou por aproximadamente uma década, culminando com a vitória da FRELIMO e a proclamação da independência em 1975.

Ao longo desse processo de luta, a FRELIMO recebeu apoio significativo de países socialistas, como a URSS e a China. Inicialmente, esse apoio contribuiu para a implantação de regimes socialistas em vários países africanos, conforme mencionado por Visentini (2012). No entanto, ao longo do tempo, os programas e políticas da FRELIMO passaram por transformações, levando em consideração o contexto político e econômico em que Moçambique se encontrava.

No pós-independência, a FRELIMO oficialmente adotou o regime marxista-leninista como sua orientação política em seu terceiro congresso. No entanto, com o surgimento de desafios econômicos e a crise enfrentada pelo país, a opção socialista começou a ser reavaliada durante o quarto congresso. Durante a década de 1980, a FRELIMO implementou reformas em seus programas e políticas, adaptando-se às novas realidades e demandas da época.

Essas mudanças indicam uma transformação dos programas da FRELIMO, que transitou de um partido com inclinações socialistas para um partido que adotou princípios e políticas mais alinhados ao sistema capitalista ocidental. Essas transformações foram uma resposta às condições econômicas e políticas enfrentadas por Moçambique e refletem a busca por soluções que atendessem às necessidades do país em termos de desenvolvimento e prosperidade.

Pretendemos no presente trabalho analisar a trajetória das mudanças dos programas partidários percorridos pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), partido que permanece no poder em Moçambique desde sua independência. O enfoque é identificar e analisar as variáveis que contribuíram para as metamorfoses programáticas pelas quais a legenda passou desde a sua fundação em 1962 até 1991.

A ideia principal é pesquisar como o ambiente interno e externo influenciaram as mudanças dos programas percorridas ao longo da vida da FRELIMO, visando apurar se as

características, que compõem as variáveis estão presentes, ausentes ou mudaram no decorrer do tempo.

A importância da tal preocupação explica-se, inclusive, por não haver pesquisas sobre as variáveis impulsionadoras das metamorfoses programáticas na FRELIMO. Para responder a esta preocupação, esta pesquisa situa-se em uma linha de análise específica: a análise das variáveis (internas e externas) que influenciaram as mudanças programáticas na FRELIMO.

Assim, o estudo dos programas é importante porque, como instrumentos estruturantes das atividades partidárias, eles exteriorizam e oficializam as preocupações, os debates e os posicionamentos das organizações, bem como funcionam como orientadores da ação e do poder dos partidários (KAVANAGH, 2000).

Para os partidos, nenhum outro documento é tão abrangente quanto os programas, nem capaz de apresentar as preferências do partido na totalidade – e não de seus candidatos ou facções isoladas. Por esta razão, deu-se preferência a este tipo de documento sempre que fosse aprovado por uma instância partidária (especificamente o congresso).

Os programas desempenham um papel central, tanto como documentos de campanha quanto como programas de governo e identidades no espectro doutrinário – ideológico. Há um século, eles geralmente consistiam no discurso eleitoral do líder do partido, que não tinha mais do que algumas páginas; hoje em dia, todos os principais partidos oferecem declarações detalhadas de políticas. Os programas modernos são frequentemente documentos compostos que refletem meses de debate político nos partidos, mas também procuram desenvolver um argumento convincente sobre a necessidade de continuidade ou mudança de políticas. Nesta vertente, os partidos políticos são vistos como atores estratégicos que usam diferentes programas políticos para responder às mudanças econômicas, sociais e políticas, tanto ao nível interno, assim como externo (BREMER, 2017).

No caso específico de Moçambique, a questão partidária é recente. A legislação sobre o funcionamento e organização dos partidos políticos é datada desde constituição de 1990. No entanto, a FRELIMO, foi constituída em 1962 como movimento revolucionário e mais tarde, em 1977, transformada em partido político.

A análise política em Moçambique resume-se a uma longa e interminável discussão sobre os antecedentes que concorreram para: o processo da fundação FRELIMO; as clivagens internas no seio do movimento; os principais atores; as ideologias adotadas durante a trajetória histórica, os fracassos e sucessos; o desfecho do projeto revolucionário e a

transformação da legenda de um movimento independentista a partido político e posteriormente de um partido marxista-leninista a um partido social-democrata.

Portanto, a nossa pesquisa visa trazer um olhar diferente de como a trajetória política da FRELIMO tem sido analisada, dando enfoque às metamorfoses programáticas da agremiação de 1962 a 1991. Porque consideramos que se trata de um tema que poderá contribuir para a compreensão das variáveis internas e externas que influenciaram a escolha de um determinado programa e conseqüente o processo de mudanças dele.

A principal motivação da presente tese reside na importância que o tema possui para a sociedade moçambicana. Visto que quase toda história política moçambicana ser analisada sob ponto de vista dos seus principais atores (a FRELIMO), assim como quase inexistência de um corpo coerente de estudos que analisem esta temática sob o ângulo a que nos propomos a investigar. Sendo considerado um tema atual, podemos afirmar que estudar as metamorfoses programáticas na FRELIMO aprofunda a compreensão das novas escolhas de programas políticos e sociais em Moçambique.

Portadores dos interesses partidários, os programas partidários cobrem os temas e os pontos de vista prezados pelos partidos políticos, representando, globalmente, as posições e perspectivas políticas da organização. A importância do seu estudo foi já demonstrada em outros trabalhos, tais como em: Laver e Garry, (2000); Budge et al, (2001).

Resgatar o estudo da dinâmica da Frente de Libertação de Moçambique em termos programáticos despertará aos vários setores da sociedade moçambicana a capacidade de relacionar os conhecimentos a respeito das metamorfoses programáticas e o contexto político interno e externo. A quase inexistência de pesquisas acadêmicas, a respeito do tema que nos propomos estudar, viabiliza a elaboração da pesquisa. Este hiato acadêmico motivou a produção da tese, sendo importante ressaltar o vínculo pessoal que o autor possui com o tema através de sua vivência acadêmica.

Como um dos primeiros trabalhos de pesquisa a tratar do tema metamorfoses programáticas na FRELIMO 1962 a 1991, acreditamos que o pioneirismo possa incentivar futuros pesquisadores a se interessarem por explorar o tema fortemente presente no cotidiano político moçambicano.

A opção pela FRELIMO prende-se pelo fato dela ser a primeira organização política em Moçambique, que foi inicialmente criada como movimento revolucionário e mais tarde transformada em partido político. Portanto, foi responsável pela independência de

Moçambique face ao colonialismo português e posteriormente passou a governar o país desde 1975 até a atualidade.

Tendo em vista a importância da FRELIMO para a política moçambicana, é fundamental a sua escolha para o nosso estudo. A lógica preponderante é de estudar com profundidade a trajetória programática de um partido como espécie de teste para o modelo de pesquisa proposto.

Durante o período que vai desde sua fundação até a atualidade, a FRELIMO realizou dez (10) congressos. Na presente tese serão analisados seis congressos. Sendo dois relativos ao período em que o país se encontrava sob gestão do regime colonial português e quatro sob direção do movimento independentista. A tese centra-se no estudo dos programas saídos dos primeiros seis congressos, período em que o então movimento atuou como a única organização política em Moçambique. O interesse pelo estudo desses programas justifica-se pelo fato das dificuldades que a FRELIMO teve que enfrentar desde sua fundação. Invocando por um lado pelos fatores externos como a situação internacional desfavorável e mais particularmente a ação de desestabilização económica, política e militar promovida pelo regime sul-africano. Por outro lado, fatores internos como os “erros” da FRELIMO, particularmente em termos de política rural, mas também o surgimento conflitos entre facções baseadas no regionalismo, que usando a sua posição no aparelho partidário colocaram em causa os objetivos programáticos da agremiação.

A FRELIMO foi intensamente estudada, sob diversos aspectos e perspectivas. Mas, a maioria dos estudos não se cingiu nos aspectos ligados as opções programáticas da organização e os respectivos mecanismos causais. Esta tese busca se inserir entre os estudos sobre as mudanças das ênfases programáticas da FRELIMO, contudo, afastamo-nos do amplo objetivo de um compêndio e elegemos analisar o partido sob uma linha bem delimitada: suas transformações programáticas. Ou seja, nosso foco são as variáveis internas e externas que impactaram nas opções programáticas do partido e tivemos em vista demonstrar como eles podem ser úteis, ou não, para captar mudanças no seio dos partidos. Da busca que fizemos no Arquivo Histórico de Moçambique e na sede nacional da FRELIMO, identificamos o programa fundacional do movimento (de 1962) e tendo em vista a temporalidade da presente tese nos concentramos nos cinco congressos após o congresso de fundação da organização. Nesse sentido, para o melhor entendimento, são a seguir apresentados os seis momentos de análise da presente tese:

- primeiro congresso → o programa inicial, de 23 a 28 de setembro de 1962;

- segundo congresso → as mudanças programáticas aprovadas de 20 a 25 de julho de 1968;
- terceiro congresso → as mudanças programáticas aprovadas de 3 a 7 de fevereiro de 1977;
- quarto congresso → as mudanças programáticas aprovadas em 5 de outubro de 1983;
- quinto congresso → as mudanças programáticas aprovadas em 12 de dezembro de 1989; e
- sexto congresso → as mudanças programáticas aprovadas em 29 de outubro de 1991.

A análise dos programas será feita à luz dos três domínios e categorias propostos na base do MARPOR. O primeiro domínio, dedicado ao tema Relações Exteriores, cuja categoria é o Internacionalismo, que no que lhe concerne se desdobra em quatro indicadores: a) Cooperação exclusiva com os países do bloco socialista; b) Anti-imperialismo; c) Alinhamento com os países do bloco ocidental democrático; d) Alinhamentos com Instituições africanas. O segundo domínio a ser analisado, refere-se a Liberdade e Democracia e possui como categoria a Democracia e os Direitos Humanos, os indicadores escolhidos são: e) Direitos minorias/etnias; f) Direito de existência de oposição e g) Liberdade de imprensa. Por último o terceiro domínio que se circunscreve na Economia, categoria – Planejamento Econômico e a liberalização econômica, contituido pelos seguintes indicadores: h) Defesa de Programa de Estatização e i) incentivo a livre iniciativa.

O uso desta cronologia (1962-1991), justifica-se porque, não podemos compreender as metamorfoses programáticas sem estudar o processo da sua formação e os conflitos por que passou durante o período em que atuou como única força política. Não se trata aqui a analisar a história da FRELIMO ou de Moçambique, razão pela qual serão apenas inseridas no texto informações de natureza histórica consideradas estritamente essenciais para a interpretação do processo político moçambicano. O ano de 1962 corresponde ao período em que a organização realizou o seu primeiro congresso, após a sua fundação. Tendo apresentado o seu primeiro programa que expressava o seu principal objetivo e o seu projeto para os moçambicanos. Em 1991, foi realizado o último congresso no âmbito da nossa abordagem de pesquisa. A tese cingiu-se no estudo das variáveis que impulsionaram as metamorfoses programáticas na legenda, no contexto unipartidário.

Os partidos únicos podem modificar seus programas devido a mudanças nas circunstâncias políticas, econômicas ou sociais. Por exemplo, mudanças na situação internacional, transformações na economia global, avanços tecnológicos ou mudanças demográficas podem exigir uma adaptação do programa do partido para enfrentar novos desafios e aproveitar novas oportunidades (WEBB, 2006). A mudança na liderança do partido único pode levar a uma revisão do programa. Novos líderes podem ter visões diferentes e

prioridades distintas em relação aos líderes anteriores, o que pode resultar em uma alteração do programa do partido. Isso pode refletir uma mudança na estratégia política ou nas ideologias dos líderes (LISI e VIEGAS, 2012).

À medida que os partidos únicos ganham experiência no governo, eles podem aprender com os sucessos e fracassos de suas políticas anteriores. Essa reflexão pode levar a uma revisão e atualização do programa, visando melhorar a eficácia das políticas e atender às demandas da sociedade. A pressão e as demandas da sociedade podem levar a uma revisão do programa do partido único. Mudanças nas preferências dos eleitores, movimentos sociais ou protestos podem influenciar a agenda política do partido e levá-lo a modificar seu programa para responder às demandas populares (COLEMAN e EADE, 2009).

Contudo, uma vez apontada ideia principal da pesquisa e as questões que envolvem o objeto, são apresentados os objetivos e hipótese:

Nessa linha, definimos como objetivos específicos:

- a) descrever a trajetória programática da FRELIMO;
- b) verificar em que medida as variáveis endógenas e exógenas impactaram na definição dos programas.

Assim, durante o período em análise, a variável política externa exerceu um impacto significativo, sendo seus indicadores, a influência dos países do bloco socialista e a pressão internacional dos países do bloco democrático, os mais relevantes. Além disso, a variável política interna e socioeconômica, também tiveram um impacto nas mudanças ocorridas. Nesse sentido, a hipótese que norteia esta pesquisa é que essas variáveis, combinadas, foram determinantes nas metamorfoses programáticas ocorridas na FRELIMO no período estudado.

A nossa tese foi estruturada em cinco partes, além da introdução e conclusão. A primeira parte visa fazer o enquadramento teórico e conceitual. Abordamos nesta parte os principais conceitos inerentes ao nosso tema. Também, demonstramos o alcance e limites do estudo dos programas na Ciência Política; a trajetória relacionada a pesquisa em programas partidários de base; o debate em torno das variáveis que impactam na mudança programática nos partidos políticos.

A segunda parte foi reservada para fundamentar a metodologia e estratégia de pesquisa que norteiam a nossa tese. São apresentados aspectos específicos para a compreensão dos métodos a serem usados. Nesse cenário, foi descrita detalhadamente elementos ligados ao nosso método, o *process tracing*. Apresentamos e justificamos as ênfases programáticas

retiradas da base de dados do MARPOR e por fim descrevemos o modelo de análise a ser usada no trabalho.

Na parte quatro, foram apresentados congressos da FRELIMO e as suas principais decisões. Antes da descrição dos programas anunciados nos congressos, foi apresentado o contexto da realização de cada convenção. Posteriormente analisamos a presença e ausência dos indicadores dos domínios das relações exteriores, da liberdade e democracia e da economia em cada um dos seis eventos.

A quinta parte, prendeu-se pela descrição das mudanças programáticas ocorridas entre 1962 a 1991. O procedimento, pautou-se pelo rastreamento de cada congresso, verificando o comportamento dos indicadores de cada um dos domínios em termos de dinâmica de mudanças.

A parte seis, foi destinada à análise dos impactos das variáveis nas mudanças programáticas. As variáveis divididas em políticas externa, política interna e socioeconômicas, que no que lhe concerne também foram constituídas por indicadores. Depois da breve introdução, foram analisados os impactos de cada um dos indicadores das variáveis sobre os indicadores dos domínios das relações exteriores, da liberdade e democracia e da economia.

Os principais resultados indicam que, embora tenhamos encontrado diferenças significativas ao comparar diferentes momentos ou períodos de tempo, não conseguimos identificar uma causa específica para as mudanças observadas no programa ao longo do tempo. Isso sugere a presença de outros fatores que podem ter influenciado as transformações. Essa constatação ressalta a complexidade e a diversidade de variáveis envolvidas nos programas analisados. Portanto, é recomendado que futuras pesquisas considerem a inclusão de outras variáveis relevantes e adotem métodos complementares para aprofundar nossa compreensão das dinâmicas e dos mecanismos causais subjacentes.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEITUAL

No início deste capítulo delimitaremos teoricamente a abordagem deste trabalho. Nesse sentido, consideramos importante apresentarmos o que entendemos por partido político. Em seguida fizemos a apresentação de dimensionamento do tipo de programa em estudo em nossa tese. Na sequência traremos o debate em torno dos estudos com programas no âmbito da Ciência Política, apresentando a trajetória do estudo dos mesmos. Dando seguimento também apresentamos os alcances e limites dos estudos com programas. No final do capítulo são analisadas as variáveis a serem usadas na tese.

Há pelo menos 100 anos, desde os clássicos trabalhos de Ostrogorski (1902) e Michels (1911), os partidos políticos são objeto de estudo sistemático na Ciência Política. Dessa forma, determinar o que é um partido político não é uma tarefa simples. Caracterizações conflitantes – e muitas vezes excludentes – surgiram ao longo do tempo a partir de diferentes tradições teóricas. Portanto, apresentaremos uma definição abrangente em que pesem todos esses problemas, consideramos importante apresentar o que entendemos por partido político neste trabalho e orientamos nossa escolha a partir dos seguintes fatores: a) A aplicabilidade em diferentes contextos históricos e políticos; b) A capacidade de diferenciar os partidos de outras organizações políticas. Optamos, assim, por seguir uma definição adaptada de Ware (1996, p. 5): "um partido político é uma instituição que (a) busca influência no Estado, geralmente tentando ocupar posições no governo, e (b) normalmente agrega diferentes interesses presentes na sociedade". Em ambientes democráticos, os partidos são também as únicas instituições que competem diretamente pela disputa de votos, exercendo, assim, uma atividade específica em um espaço próprio – a arena eleitoral (SCHMITTER, 2001; PANEBIANCO, 2005).

Em regimes de partidos únicos, o conceito de partido político difere significativamente daquele em sistemas democráticos pluralistas. Nos regimes de partido único, geralmente associados a regimes autoritários ou totalitários, apenas um partido político é permitido e tem controle absoluto sobre o governo e o poder político. Nesses sistemas, o partido único desempenha múltiplos papéis. Ele atua como uma estrutura de poder centralizada, exercendo controle e influência sobre todos os aspectos da sociedade. O partido único serve como o único veículo para a participação política e a tomada de decisões governamentais (SARTORI, 1980). Além disso, desempenha um papel importante na socialização política, mobilização da população e propagação da ideologia do regime. Também exerce controle sobre as

instituições estatais, como o exército, a polícia e a burocracia, garantindo assim a sua hegemonia política e a supressão de qualquer oposição ou dissidência. Geralmente, esses partidos são caracterizados por uma estrutura hierárquica rígida, com um líder ou grupo de líderes no topo, que concentra o poder decisório (LEVITSKY & WAY, 2020)

Existem muitas abordagens possíveis para o estudo dos partidos políticos. Análises sobre comportamento, estratégia, ideologia, organização e funções são algumas delas. Embora não acreditemos na separação total entre as diferentes abordagens e reconheçamos a interface existente entre elas. Dessa forma, é também fundamental delimitarmos o campo de análise da nossa pesquisa.

Relativo aos programas, Hofmeister (2021), salienta que os programas dos partidos geralmente assentam sobre a ideologia, embora não derivem diretamente deles, visto a ideologia fornecer diretrizes concretas para a estruturação da ação política. E apresenta como exemplo a:

Implantação da ideologia marxista pelo Partido Comunista na União Soviética. Marx e Engels, os criadores dessa ideologia, não descreveram como a sociedade socialista deveria ser organizada. Lenin, o fundador da União Soviética, entendia o marxismo como a eliminação da burguesia, a nacionalização de todos os meios de produção e a centralização do poder nas mãos do Partido Comunista. Outros partidos socialistas, que igualmente seguem o marxismo, tiraram dali lições diferentes para a prática política. Programas partidários, portanto, mesmo que se fundamentem em uma ideologia, são em primeiro lugar o reflexo das concepções políticas dos fundadores e membros de um partido (HOFMEISTER, 2021, p.116).

Segundo Hofmeister (2021, p.115), é possível distinguir "*três tipos de programas partidários: o programa de base, o programa eleitoral e os documentos de posição*".

No presente trabalho optamos pelo programa de base, por tratar-se do documento que contém os fundamentos e objetivos gerais, os princípios defendidos pelo partido, o que é importante para o mesmo e os propósitos a serem alcançados. Para Hofmeister (2021), esses princípios e fundamentos são norteados pela ideologia. Os programas de base são geralmente elaborados pelos fundadores durante a formação do partido. A atualização do programa pode ser realizado por um pequeno grupo da elite partidária ou com a participação e aprovação por inúmeros filiados. "*Mesmo quando os filiados não são chamados a participar do processo da nova redação, há geralmente uma discussão e votação do novo programa durante uma convenção partidária*" (HOFMEISTER, 2021, p.116).

2.1. Programas partidários: alcances e limites de seus estudos

Tal como afirmamos na introdução, são poucas as pesquisas que recorrem aos programas como objeto de estudo. Feita a consulta bibliográfica, constatamos que poucos estudos tratam dos programas como tema único ou como tema central da pesquisa. Quando utilizados, são complementarmente.

Para discutir e contribuir para o seu aperfeiçoamento ou atualização, precisamos entender antes de mais nada o que exatamente é um programa? Um programa é o objetivo de longo prazo do partido, em contraste com os de curto prazo. Os programas imediatos sobre vários assuntos são geralmente conhecidos como as políticas do partido (KAVANAGH, 1981). Assim, há uma diferença básica entre programa e política. A primeira também é conhecida como a estratégia do partido, enquanto a segunda como a tática. Existe uma relação dialética entre a estratégia e a tática, objetivos de longo prazo e objetivos de curto prazo.

A dimensão do programa vem definir o que é o partido e não o que o partido faz. Esta dimensão acomoda três subdimensões. A primeira refere-se ao grau de formalização do programa. A segunda, é composta pelos três eixos de princípios programáticos que definem posições sobre situações específicas da política atual e que têm muito a ver com a terceira subdimensão, que apesar de não fazer parte da nossa pesquisa, está formada em torno da localização ideológica no espectro esquerda — direita (MEIR, 1997).

Seguindo os passos de Kavanagh (1981) entendemos que o conceito de programa indica a prévia declaração dos partidos políticos daquilo que ponderam fazer ou o seu plano de governação durante um determinado período. Os programas partidários são constituídos pelos indivíduos e grupos que os compõem, bem como pelas estruturas, regras e organismos criados para a tomada de decisões e condução das agremiações. Nesse sentido, o conteúdo e as características dos programas podem ser influenciados por fatores endógenos aos partidos, como suas ideologias, valores e coalizões internas, bem como por fatores exógenos, como o ambiente político e econômico em que os partidos operam.

Por outro lado, os programas partidários também podem ser considerados como elementos explicativos para o comportamento e o desempenho dos próprios partidos. Eles moldam as posições políticas adotadas pelas agremiações, suas estratégias eleitorais e as políticas que buscam implementar quando no poder. Além disso, os programas também desempenham um papel importante na mobilização de eleitores e na construção da identidade partidária. Para Kavanagh (1981), os programas partidários desempenham três funções –

atuando como um mandato para novos governos eleitos a cumprir as promessas eleitorais e agindo como um contrato social entre os responsáveis do partido e os seus filiados. Para o autor, os programas partidários são considerados guias precisos ao que um partido irá fazer no governo, à medida que e quando as promessas puderem ser feitas na forma de legislação parlamentar. Os programas captam um momento particular no tempo para os partidos políticos e podem ser utilizados para traçar historicamente a continuidade política e mudanças nestes partidos enquanto procuram envolver-se com o público (SLOMAN; KOWOL, 2014).

O estudo do programa de um partido político pode ser realizado seguindo três caminhos. Em primeiro lugar estão os documentos de fundação dos partidos, incluindo a certidão de nascimento, os estatutos e as declarações de intenção de fundação. Em segundo lugar estão os programas de natureza conjuntural emanados após os congressos do Partido ou elaborados de forma ad hoc, antes das nomeações eleitorais. Seu caráter é errático, pois nem todos os partidos fazem referência ao mesmo tipo de questões nesses documentos e, além disso, costumam ser contaminados por determinados conteúdos publicitários consoante a situação e o tom das campanhas eleitorais que vão iluminar. Em terceiro lugar estão as ações do partido. No entanto, são apenas os partidos no poder que oferecem um panorama suficiente para deduzir deles o conteúdo programático que os inspira. Aqueles que estão na oposição ou geram ações simbólicas, projetando posições que poderiam se afastar de suas posições reais, ou suas ações são de negação e rejeição sistemáticas de cargos governamentais sem necessariamente buscar coerência com sua ideologia (BUDGE e ROBERTSON, 1987).

O programa de um partido político contém uma dupla faceta, que seria seu aspecto histórico e seu lado circunstancial-eleitoral. Ele é tanto sua carteira de identidade quanto sua oferta de compromisso com seus eleitores e normalmente começa por ser formalmente adotado no momento da fundação e, posteriormente, é modificado nos diversos congressos do Partido, sofrendo suas principais alterações, ou “atualizações” às vésperas dos processos eleitorais. Portanto, os programas se materializam em função de três processos, sendo o primeiro o momento fundacional, afetado por todas as subdimensões do momento e do partido originário. Dessa forma, partidos novos e com uma liderança inicial pessoal tendem a ter um programa menos elaborado ou até mesmo carecer de seus princípios programáticos por completo, isso nada mais é do que a palavra do líder. Um segundo impulso recebido pelos programas partidários vem da necessidade de os partidos irem às eleições (MEIR, 1997).

Nesse sentido, as eleições atualizam os programas e fazem com que os partidos, ao se submeterem ao eleitorado, tenham certa inclinação a modificá-los, bem como a tratá-los como

argumentos explicativos de suas ações, de sua diferenciação em relação ao adversário, consequentemente fortalecendo-os. O terceiro impulso que contribui para dar sentido ao programa é a estrutura do partido. Existem mecanismos institucionais que podem ou não facilitar o maior aprimoramento do programa de um partido. Trata-se do ritmo das reuniões estabelecidas pelos estatutos que têm como centro de discussão a modificação ou desenvolvimento do programa, se existe ou não uma comissão programática, quais são suas prerrogativas, seu calendário, seu quórum. Se os militantes tiverem acesso a sugerir iniciativas para mudar o programa.

Em alguns casos, o programa eleitoral se afasta das diretrizes clássicas do programa histórico para atender a aspectos conjunturais da vida política nacional que, por vezes, dificilmente se enquadram em sua forma e conteúdos mais estruturados e sedimentados. Enquanto o programa histórico desenvolve a filosofia do partido, seus grandes objetivos e os meios pelos quais, em um processo normalmente longo, se deseja alcançá-los, o programa partidário responde ao desafio de dar respostas urgentes aos problemas atuais, não tendo em muitas ocasiões a possibilidade de se adequar corretamente ao programa histórico, seja por falta de serenidade e amplo debate no partido, seja porque alude a novos problemas, de interpretação e resposta complicadas, conforme o arcabouço ideológico estabelecido no tempo (MORENO, 1999).

Programas políticos são escritos e divulgados em contextos específicos, o que naturalmente tem efeitos concomitantes em seu conteúdo. Dos muitos fatores contextuais com influência sobre o conteúdo e os objetivos dos programas, um particularmente forte é a experiência, notadamente na forma dos resultados das últimas eleições. As expectativas dos partidos para o futuro também podem moldar o conteúdo dos programas, que podem depender de pesquisas de opinião pública (VAN DER DOES E STATSCH, 2016). O ambiente político externo ao nível nacional e internacional, incluindo os programas de outras forças políticas, os pontos fortes e fracos do partido político no poder, os escândalos políticos e de corrupção, por exemplo, a crise política, social e econômica e a política externa, provavelmente exercerão influência sobre os programas partidários. A discórdia no partido político, como conflitos internos de objetivos e lutas de liderança, bem como a decisão de apostar na continuidade ou na mudança (ADAMS, 2012) também podem determinar a função e o conteúdo do programa político. Finalmente, o panorama social e as tendências entre os constituintes que os partidos políticos desejam conquistar provavelmente se refletirão nos tópicos abordados e na linguagem dos programas.

Segundo Kavanagh (1981), entre as funções duradouras do programa, podemos apontar o seguinte: a) Ele fornece uma agenda para os candidatos cantarem na época da eleição. Tanto a oposição política quanto a mídia exploram rapidamente as divergências entre os candidatos. Um programa é uma declaração oficial do que o partido planeja efetuar no governo. Por exemplo, em 1997, o compromisso de Gordon Brown de aceitar os gastos governamentais e os planos tributários existentes foi crucial para enfrentar as acusações de que o Partido Trabalhista ainda era um partido responsável pelos impostos e despesas. b) fornece um livro de referência para os candidatos responderem a perguntas de grupos de pressão. c) fornece uma resposta às perguntas da comunidade política. Um público mais crítico precisa ser convencido de que um partido refletiu sobre suas políticas, tais como: padrões educacionais, combate à inflação ou o cuidado de longo prazo com os idosos. d) o lançamento do programa garante uma divulgação massiva do partido. Um grande partido pode esperar que seu programa seja o item principal dos boletins de transmissão do dia e coberto pela imprensa nacional.

Os programas partidários comunicam os valores e as preocupações de um partido político, bem como as ideias, as políticas que defende e as demandas que deseja ver implementadas. Os programas partidários desempenham um papel fundamental nos sistemas políticos democráticos, ao moldarem as decisões dos eleitores durante as eleições, servem como pontos de referência para avaliar o desempenho dos partidos políticos, definem agendas políticas e propõem soluções para enfrentar os desafios da sociedade. Além disso, eles estruturam interações entre forças políticas e podem moldar significativamente a política governamental (VAN DER DOES e STATSCH, 2016). Há quatro aspectos importantes a considerar ao analisar os programas partidários: sua função, o contexto em que são concebidos, como são criados e seu conteúdo. Os programas geralmente cobrem uma ampla variedade de questões políticas, estrategicamente descritas, interpretadas e enfatizadas pelo partido para expressar sua posição ideológica (DOWNS, 1999). Nessa linha, Eder, Jenny e Müller (2016) distinguem três funções que um programa pode cumprir: a) fornece uma posição partidária; b) estabelecer supremacia sobre outras posições políticas do mesmo partido e assim agilizar a campanha do partido; c) informar os seus militantes.

Além disso, os programas políticos podem desempenhar um papel importante na estruturação dos processos de formação de governo após uma eleição (função interpartidária), enquanto fornecem a base para negociações com outros partidos para a construção de uma coalizão governista (VAN DER DOES e STATSCH, 2016). Podem também servir como um

meio para chegar a um acordo em um partido ou salvaguardar a coesão partidária através do compromisso do partido com as iniciativas incluídas nos seus programas (função intrapartidária) (VAN DER DOES e STATSCH, 2016; THOMSON 2001).

A relevância dos programas políticos não é apenas um reflexo das declarações e temas políticos incluídos na versão final. Na verdade, os processos e atores envolvidos na elaboração de manifestos não são apenas constitutivos do conteúdo de um manifesto, mas também revelam muito sobre a agenda política por trás de um programa partidário e a posição desse partido sobre questões abordadas – e omitidas – do próprio manifesto. Van der Does e Statsch (2016) identificam cinco componentes principais dos procedimentos de redação: inclusão, centralização, deliberação, estrutura e participação. Por exemplo, o número de pessoas envolvidas na elaboração de um programa político pode determinar sua extensão, pois quanto mais autores, maiores as chances de discordância e maior a probabilidade de inclusão de temas adicionais para atender aos diversos interesses. O grau em que o processo de redação é centralizado (por exemplo, coordenado ao nível nacional) ou descentralizado (por exemplo, envolvimento dos demais militantes) também pode ter implicações significativas nos tópicos e prioridades incluídos nos programas. Por mais extensa que seja essa deliberação, a diversidade dos participantes e a forma de sua participação também podem moldar e transformar as preferências iniciais do partido.

O conteúdo dos programas políticos pode variar dependendo da ênfase, tipo e formulação de diferentes princípios e políticas. Por exemplo, nem todas as declarações de um programa podem ter o mesmo valor para o partido político; algumas declarações podem representar compromissos firmes com uma política específica, enquanto outras podem ser de natureza retórica (ROYED, 1996).

Essa ponderação diferenciada implica que nem todos os conteúdos de um programa político comunicam necessariamente uma posição política e que, muitas vezes, os compromissos políticos sejam complementados com outros tipos de texto (VAN DER DOES e STATSCH, 2016). Esses textos complementares podem ser a descrição das realizações do partido, demonstrações financeiras, informações detalhadas dos candidatos do partido e assim por diante. A forma como o conteúdo do programa é formulada, por exemplo, em termos de como eles se dirigem aos militantes ou seus diferentes públicos, também pode ser informativo.

Concluindo, o alcance dos estudos dos programas partidários pode se resumir no seguinte: em termos de análise ideológica, eles se concentram na compreensão da ideologia

que fundamenta o programa partidário, suas origens históricas, os princípios políticos que defende e os valores que promove. No que diz respeito a análise temática: possibilitam a avaliação da abrangência e a profundidade das propostas apresentadas pelo partido, tais como economia, saúde, educação, segurança, direitos humanos, meio ambiente, entre outros temas relevantes para a sociedade. Relativo à viabilidade, avaliam a exequibilidade e a factibilidade das propostas apresentadas pelo partido, considerando aspectos como recursos financeiros, capacidade de implementação, impacto social e político. Relativo à análise comparativa, visa comparar os programas partidários de diferentes partidos políticos, a fim de identificar semelhanças, diferenças e pontos de convergência ou divergência entre eles.

Os estudos sobre programas no âmbito da Ciência Política, se circunscrevem na divergência entre o discurso e a prática, geralmente, os partidos políticos apresentam propostas que não correspondem ao seu programa. Portanto, a análise dos programas partidários pode não refletir necessariamente o que o partido irá fazer uma vez no poder. O outro elemento importante refere-se nas mudanças no cenário político e econômico, nesse sentido, os programas partidários são elaborados com base em uma determinada conjuntura política e econômica. Entretanto, essas condições podem mudar rapidamente, o que pode afetar a viabilidade das propostas apresentadas. Por último, sobre as incoerências e contradições, temos a referir, que os programas partidários podem apresentar incoerências e contradições internas, o que pode dificultar a avaliação precisa das propostas apresentadas.

Estudar os programas dos partidos pode ajudar a percebermos as políticas que eles defendem, permitindo uma compreensão mais aprofundada sobre os fatores e atores que guiam suas ações. A análise dos programas dos partidos possibilita a avaliação, viabilidade e consistência das propostas apresentadas, permitindo uma comparação das diferentes visões políticas.

Em relação aos limites, aventa-se a existência de discrepância entre discurso e ação, nem sempre as ações dos partidos correspondem aos programas apresentadas. As omissões e generalidades, também fazem parte das limitações, porque, os programas dos partidos podem ser vagos ou omitir detalhes importantes, deixando espaço para interpretações divergentes. Algumas legendas podem adotar posturas genéricas para agradar a diferentes grupos, sem fornecer detalhes sobre suas políticas.

Nesse sentido, a nossa linha de pesquisa, diante dos fundamentos apresentados, não se cinge na análise dos programas em termos de conteúdos, omissões, funções ou natureza dos programas. O caminho escolhido, seguiu os passos de Budge e Robertson (1987), que se

prende no estudo das variáveis endógenas e exógenas que podem influenciar as metamorfoses programáticas de um determinado partido.

2.2 Pesquisas com programas partidários no âmbito da Ciência Política

A pesquisa em programas de partidos políticos é uma área importante da ciência política, uma vez que os programas de partidos refletem suas ideologias, objetivos e prioridades políticas. As abordagens de pesquisa em programas de partidos políticos incluem análise comparativa de programas de partidos, cujo foco prende-se na comparação os programas de partidos políticos de diferentes países ou regiões, visando identificar padrões e tendências; mudança nos programas de partidos, analisamos como os programas de partidos mudaram ao longo do tempo, refletindo mudanças na sociedade ou na ideologia do partido; coerência ideológica, objectiva o exame da coerência entre a ideologia de um partido político e seu programa, bem como as contradições entre suas posições ; influência dos programas de partidos, tem em vista investigar a influência dos programas de partidos na formulação de políticas públicas, bem como sua influência nas escolhas dos eleitores.

Segundo Andrieu (1984), se pode num primeiro momento referir à palavra "programa" e sua evolução semântica. Como aponta Skinner (2001), que o aparecimento de um novo termo, ou a atribuição de um novo significado a uma palavra já existente, pode permitir que atestem a aparência de uma nova realidade a ser nomeada. A evolução dos usos da palavra "programa" registrada pelo dicionário é, neste caso, sugestivo. O dicionário histórico da língua francesa especifica que: "Com a Revolução (1789), os programas assumem o significado da apresentação geral de intenções e projetos políticos (de uma pessoa, um grupo). Esse entendimento se espalhou no século XIX " (SKINNER, 2001). No entanto, os dicionários levaram várias décadas para integrar esse significado político. O seu sentido político, no entanto, apareceu em 1873 no Dicionário de Língua Francesa de Émile Littré. "Constava no tal dicionário que o significado estava ligado exibição e exposição dos detalhes de uma política pública", também designava, mas em um sentido figurativo, a "indicação geral de uma política, de uma doutrina" (SKINNER, 2001, p. 11). Em 1900, o dicionário enciclopédico de Armand Colin viu assim no programa uma "apresentação sumária da conduta que um determinado grupo se propunha a manter: programa político". Esses elementos sucintos da semântica histórica confirmam de algum modo a grande raridade do uso do termo "programa" antes do advento da Terceira República.

Os "grandes programas" cuja história preservou a memória constituem uma segunda porta de entrada e um elemento de identificação para uma história dos programas. No âmbito dessa trajetória, são elencados o programa dos cartistas ingleses de 1838, como o manifesto comunista de Marx e Engels (SKINNER, 2001). Como qualquer gênero estabelecido, o gênero programático é construído através da identificação retrospectiva de textos fundadores que são também modelos a serem imitados e subvertidos. Em outras palavras, os “grandes programas” retidos pelos livros didáticos de história não podem ser dissociados do trabalho de construção de uma “memória histórica” partidária que assume formas específicas nos diferentes polos do campo político.

Vários fatores tornam plausível, a ideia, de que programas políticos surgiram nos movimentos socialistas e mais amplamente à esquerda. No entanto, não se pode descartar, pelo menos no caso da França, que a velha institucionalização dos partidos socialistas e comunistas, assim como o papel das dimensões históricas e ideológicas na construção das identidades partidárias que eles promovem, possam reforçar essa primazia da esquerda no cânone programático (FERTIKH e HAUCHECONE, 2016).

Para aumentar a relevância dos programas partidários, foi criada na década de 70 a base de dados do MARPOR (Manifesto de Pesquisa sobre Representação Política), que leva em tais programas como informação primária e que tem sido utilizado em inúmeros investigações de política comparada, competição partidária, abordagem e elaboração de políticas públicas, preferências cidadãos e posicionamento partidário.

O MARPOR, é um banco de dados construído para coletar e analisar os programas eleitorais dos partidos políticos. Embora esta base tenha sido estabelecida em 1979 como um grupo de pesquisa do European Consortium for Political Research (ECPR), suas origens remontam a Robertson (1976) que elaborou o Manifesto Coding Instructions, um esquema de classificação que facilita a codificação de programas eleitorais. No qual o autor estuda as estratégias adotadas pelos partidos políticos da Inglaterra após a Segunda Guerra Mundial.

A base de dados MARPOR tem sido utilizada para inúmeras investigações. Muitos autores realizaram estudos usando-o para testar as teorias nas quais o próprio banco de dados se baseia, outros usaram a metodologia de codificação e outro grupo criticou o banco de dados. Dado o crescimento do número de publicações que utilizam o MARPOR, a mesma equipe lança um novo projeto denominado Scope, Range, and Extent of Manifesto Project Data Usage (SRE), que consiste numa compilação bibliográfica dos artigos utilizados pelo MARPOR. A referida compilação é realizada através da análise de conteúdo dos textos que

citam a base de dados, resultando em 245 artigos publicados entre 2000 e 2015. As conclusões que o MARPOR obtém desta compilação são, por um lado, que os temas mais tratados são os da concorrência e a estratégias partidárias, relações partido-eleitor, posições partidárias e formação de coalizões, embora também descubra que os artigos críticos se concentram no indicador RILE (direita-esquerda). Por meio desse projeto, facilita-se o acesso à literatura e, no que lhe concerne, a identificação dos temas, países e políticas trabalhadas. O projeto também socializa as diferentes opções de uso oferecidas pelo MARPOR (VOLKENS et al, 2015).

Dois outros projetos derivados do Projeto Manifesto são baseados em sua metodologia: o Projeto Euro manifestos (WÜRST e VOLKENS, 2003), que codifica os programas dos partidos dos países da União Europeia com base na segunda edição do "Manifesto Coding Instructions" de Andrea Volkens do WZB (Centro de Ciências Sociais de Berlim) (VOLKENS, 2002); e o Projeto Manifestos Regionais, criado em 2010 para medir as preferências políticas dos partidos participantes nas eleições regionais, cuja base de dados oferece atualmente informações sobre as eleições regionais na Espanha, Escócia e País de Gales (ALONSO et al, 2013). Tanto a metodologia como a evidência empírica e os três projetos derivados do MARPOR dão solidez e expressam a pertinência e validade desta ferramenta para o estudo dos fenômenos políticos. No que lhe concerne, esse conjunto de elementos responde às críticas sobre a pertinência e validade dos programas como unidade de análise ou objeto de estudo no campo da Ciência Política. Esse argumento também é utilizado por autores como Downs (1957), Manin, Przeworski e Stokes (2001) e Körösenyi e Sebok (2013) que em suas obras defendem os programas como instrumento fundamental para a política.

As críticas feitas ao MARPOR, estão relacionadas a problemas de confiabilidade e de validade que emergem a partir de sua capacidade explicativa. Por confiabilidade, entende-se o grau em que uma ferramenta de avaliação produz resultados estáveis e consistentes e, por validade, o quão bem esse instrumento mede o que se cogita medir. Mais especificamente, a extensão do seu escopo para países do terceiro mundo e a validade das categorias de esquerda representam desafios para a adaptação do método fora do contexto europeu. Parte da literatura (LOWE et al, 2011; BENOIT et al, 2012; TAROUCO e MADEIRA, 2013) crítica a tendência à centralização das posições partidárias do método, enquanto outros (SLAPIN; PROKSCH, 2008) focam na grande variabilidade das classificações de partidos mais extremos. Budge e Meyer (2014) se debruçaram para tentar resolver parte desse problema, focando na

capacidade de tais categorias conseguirem medir a longo prazo preferências político partidárias. Por outro lado, críticas ao método apontam para a incapacidade dos manifestos representarem posições reais (HANSEN, 2008; DINAS; GEMENIS, 2009; GEMENIS, 2013). A expansão da aplicação do método padrão do Manifesto Project para o cenário político extra-europeu desperta preocupações relativas à sua adequação. Características distintas do contexto europeu como abertura política recente, desigualdade social, e ainda a presença de clientelismo e populismo criam desafios que impactam diretamente na estimação das posições ideológicas dos manifestos de partidos africanos.

Argumenta-se também, que a aplicação de um esquema de codificação elaborado durante a Guerra Fria e com o propósito de analisar a política partidária em um contexto ocidental é inadequada para ilustrar a dinâmica dos programas em países do Terceiro Mundo, por ser construída com referência à realidade europeia, em que os conteúdos programáticos são distintos. A maior dificuldade reside nas especificidades históricas e socioeconômicas do contexto africano que influenciou diretamente o comportamento dos movimentos independentistas que posteriormente transformaram-se em partidos políticos. Não identificamos uma estrutura analítica que examine os programas dos partidos africanos de uma perspectiva específica (africana). Argumentar contra a aplicação do esquema de codificação MRG / CMP na África antes que tal aplicação tenha sido conduzida e antes que os resultados de tal exercício sejam conhecidos seria uma injustiça a toda a noção de comparar sistemas historicamente diversos (ELISCHER, 2010).

2.3. Debate em torno das variáveis que impactam na mudança dos programas

A mudança no ambiente político, social e econômico desafia a vida cotidiana dos partidos políticos e os força a se adaptar e mudar (PANEBIANCO, 2005; DALTON et al., 2011). Os autores, também enfatizam a necessidade de pesquisas comparativas sobre como, quando e por que os partidos políticos mudam seus programas. Com a intenção de identificar as variáveis que influenciam as metamorfoses programáticas, apresentamos uma revisão abrangente de pesquisas sobre mudança de programas partidários.

Harmel e Janda (1994) desenvolveram uma teoria integrada de objetivos partidários e mudança programática, projetada para explicar por que os programas dos partidos mudam em várias dimensões. De acordo com essa teoria, os partidos são organizações essencialmente conservadoras que resistem à mudanças. Quando uma alteração ocorre, presume-se que seja causada por fatores internos. Tal como, uma mudança de liderança; uma mudança de facção

dominante ou, alternativamente, por estímulos externos: as transformações no cenário político e econômico internacional (HARMEL e JANDA, 1994, p. 266-8).

Neste sentido, foram identificadas as seguintes variáveis:

2.3.1. Variável política externa

No que diz respeito as variáveis de política externa, começamos pelas mudanças nas condições econômicas e políticas mundiais. Aqui, Adams et al. (2009) levantaram a hipótese de que os partidos ajustam sistematicamente seus programas políticos em resposta à mudança econômica global e, além disso, que os partidos de esquerda o fazem em menor grau do que os partidos que não pertencem à esquerda. A evidência empírica apoia essa expectativa; os partidos de centro e direita da Europa Ocidental são, de fato, considerados mais responsivos às mudanças na economia global do que os partidos de esquerda (Adams et al.). Essas descobertas são parcialmente corroboradas por Andrea Haupt (2010), que descobriram que os partidos sistematicamente ajustam suas posições em resposta às exportações, importações e mudanças na mobilidade de capital, mas que as direções não são uniformes.

O argumento de que a mudança programática nos partidos políticos é condicionada pela globalização é baseado em duas teses principais. Em primeiro lugar, a tese da eficiência sugere que o aumento da competição internacional limita a capacidade dos governos nacionais de agir de forma independente, o que reduz as diferenças entre os partidos políticos, uma vez que todos os governos - independentemente de suas diferenças ideológicas - respondem a essas pressões de maneira semelhante, por meio da redução de impostos e dos gastos públicos. Em segundo lugar, a tese da interdependência argumenta que a globalização leva à integração econômica e política entre países, o que leva a uma convergência nas políticas públicas e nas agendas políticas dos partidos em todo o mundo (por exemplo, STRANGE, 1995; HALL & SOSKICE 2001). Por outro lado, há evidências que sugerem que a exposição à globalização aumenta a percepção de risco econômico pelos indivíduos e sua demanda por mais proteção social (WALTER, 2017). Além disso, grupos vulneráveis são mais propensos a votar em partidos de esquerda em países com maior exposição à globalização (ROMMEL & WALTER, 2018). Estudos também apontam que, com o aumento da globalização, a esquerda política tende a enfatizar questões pró-bem-estar social, em contraposição à direita política, que tende a se concentrar mais em questões de mercado e de eficiência econômica (BURGOON, 2012). Assim, segundo a teoria da compensação e dada a predisposição pró-bem-estar da esquerda, as diferenças partidárias podem aumentar com a

abertura econômica, já que os partidos de esquerda devem estar particularmente dispostos a responder às demandas de compensação (BURGOON, 2012).

Em resumo, o cenário político internacional pode ter uma influência significativa na mudança de programas partidários, pois eventos globais e relações internacionais afetam as políticas domésticas. Por exemplo, mudanças nas relações comerciais entre países podem ter um impacto significativo na economia nacional e, conseqüentemente, influenciar a mudança de programas partidários relacionados ao comércio exterior, tributação e desenvolvimento econômico. Além disso, eventos internacionais como guerras, desastres naturais e conflitos diplomáticos podem alterar a opinião pública e as prioridades dos eleitores em relação à política externa.

Outra maneira pela qual o cenário político internacional pode influenciar a mudança de programas partidários é através da cooperação e competição internacional. A adesão a acordos internacionais pode exigir que os partidos políticos ajustem suas plataformas para se alinhar com as políticas estabelecidas pelos países membros. Além disso, a competição política internacional pode levar os partidos a mudarem seus programas para se destacar em relação aos seus concorrentes e se alinhar com as políticas de outros países (FAGERHOLM, 2015).

A. Influência política dos países socialistas (ex-URSS e a china)

O surgimento das duas superpotências no final da Segunda Guerra Mundial, professando ideologias universalistas conflitantes e uma reivindicação de liderança, forma o contexto estrutural imediato para o conflito que se seguiu.

O vácuo geopolítico produzido no continente europeu, o qual inspirou a propensão da busca da consolidação de influências e, acima de tudo, do poder real entre as duas superpotências vencedoras, os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Produziu um novo padrão no sistema internacional; “o constante confronto das duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial na chamada ‘Guerra Fria’” (HOBSBAWM, 2008, p. 223).

De acordo com Vizontini (2004), os elementos constituintes dos resultados da Segunda Guerra Mundial são fundamentais para o entendimento e compreensão do desencadeamento de eventos que culminará no embate da Guerra Fria.

A URSS “*desempenhara um papel decisivo na derrota da Alemanha nazista e gozava de imenso prestígio diplomático e militar*” (ARAUJO, 2015, p.7). Dessa forma, o Estado soviético não poupou esforços em praticar a política externa em busca de seus interesses.

Ela viu-se em situação delicada, mesmo com o prestígio militar e político de vencedora da 2ª Guerra Mundial. Stalin, entendia perfeitamente a situação da nação e agia com sua principal arma, o prestígio do Exército Vermelho. E, assim, entendia que a URSS devia manter suas áreas territoriais conquistadas como pagamento “pelas vitórias soviéticas e pelo sofrimento heroico do povo russo” (ARAUJO, 2015, p.8).

Nesta fase, a União Soviética não demonstrou interesse em atuar fora da sua zona de influência (o Leste Europeu). E não havia indicações de tendências em apoiar movimentos comunistas armados em outras partes do mundo. A postura soviética no pós-guerra era abertamente defensiva devido à destruição sofrida pelo país como consequência da Segunda Guerra Mundial (MENESES, 2020).

A ideia por trás da ação americana em impôr-se como nação hegemônica na Europa e no mundo é explicada pelos interesses de Truman em manter elevados os índices de crescimento econômico do país. Assim, o discurso dualista praticado pelos americanos começou a ser proferido também pelos soviéticos, e as relações dos dois países ao nível internacional passaram a ser baseadas no boicote). No campo militar, foi criada a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), em 4 de abril de 1949. A ideia da OTAN era criar uma aliança militar de países alinhados aos Estados Unidos visando a impedir uma posição de agressão dos soviéticos. A OTAN foi uma forma de os EUA imporem a sua hegemonia sobre o continente europeu. Os soviéticos criaram o Pacto de Varsóvia, em 1955. A ideia era garantir a segurança das nações do bloco comunista e evitar uma possível agressão realizada pelos estadunidenses. Assim, se uma nação fosse agredida, todas as outras se mobilizariam em defesa dela (MENESES, 2020, p. 11).

A nova ordem mundial encontrava-se, desse modo, dividida ideologicamente. *"A despeito da total oposição dos sistemas sociais e políticos entre as duas potências hegemônicas, não ocorreu uma Terceira Guerra Mundial entre EUA e URSS"*. No entanto, a realidade na periferia mundial foi outra. *"A situação em que se encontrava a Europa não era propícia nem possível de manter suas colônias na Ásia e na África, a partir dos anos 50 e 60 entraram em luta por independência"*. *"Aonde os impérios coloniais iam sendo derrubados, e muitos apoiados de diversas formas pela URSS"* (ARAUJO, 2015, p.9).

Torna-se importante frisar que questões africanas receberam pouca atenção durante esses anos. O quadro mudou levemente no início da década 50, momento em que as políticas soviéticas viraram o olhar para África no contexto da guerra fria.

Segundo Araujo (2015, p. 10), a tradição soviética de expansão, de uma maneira geral, *"antes dos anos em que Krouchtchev subiu ao poder, foram marcadas fortemente pela continuidade territorial – para o Oeste, com o Leste europeu; ou para o Leste, em direção à*

China, à Coréia ou ao Vietnã, como podemos comprovar na fala de Brzezinski", Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos durante a presidência de Jimmy Carter, entre 1977 e 1981:

O comportamento soviético é sintomático do impulso histórico à longo prazo no qual a potência militar suplanta a ideologia marxista como força motriz fundamental. O impulso em direção ao Golfo Pérsico é um elemento histórico fundamental da política externa soviética. » (BRZEZINSKI, 1985, citado por ARAUJO, 2015, p.10)

Para Araujo (2015, p.10), o interesse dos líderes russos em relação ao continente africano foi muito maior do que o de Stalin. "*Ainda que ele tivesse pouca informação sobre a África, havia ficado bastante impressionado pela força da retórica anti-imperialista dos líderes africanos no contexto das descolonizações*". A gestão de Kruchchev marcou o início de um período inicial em que a União Soviética começou a oferecer suporte às lutas de independência dos países que surgiram da dissolução dos impérios francês e britânico.

Em resposta ao auxílio recebido pela URSS, os movimentos independentistas tiveram numa primeira fase reestruturar os seus programas, incorporando elementos do modelo socialistas. Após a independência, muitos deles adotaram o socialismo como ideologia oficial.

Em síntese, a influência dos países socialistas na mudança de programas de partidos em África pode ser vista em diferentes contextos históricos e políticos. Durante a Guerra Fria, os países socialistas, liderados pela União Soviética, procuraram expandir sua influência global e estender seu modelo de governo socialista para outros países em desenvolvimento, incluindo vários países africanos que lutavam pela independência.

Nesse contexto, muitos movimentos políticos africanos buscaram inspiração ideológica e apoio financeiro e militar dos países socialistas para alcançar seus objetivos políticos, incluindo a luta contra o colonialismo e a conquista da independência.

Alguns desses partidos políticos africanos adotaram o marxismo-leninismo como sua ideologia oficial e estabeleceram laços estreitos com os países socialistas, como a União Soviética, China e Cuba. Esses laços muitas vezes resultaram em assistência econômica, técnica e militar significativa.

B. Pressão política internacional para a democracia (EUA/Europa)

A importância das pressões internacionais para a democratização da África foi crucial para explicar o início dos seus processos de liberalização e transição para a democracia. O processo de democratizações revelou um cenário de disposição rumo a liberalização política

justificadas primeiramente pela conjuntura externa, mas também sustentadas pelas pressões domésticas importantes advindas da sociedade civil, assim como de algumas facções nos partidos políticos. A situação econômica interna, os conflitos pós-independências, as exigências dos doadores internacionais foram usadas como elementos para metamorfoses políticas que ocorreram em África e conseqüentemente em Moçambique.

De acordo com Silva (2019), a partir dos meados da década 80, os doadores internacionais passaram a dar prioridade aos Estados que fossem democráticos ou que se comprometessem a flexibilizar as reformas com vista ao processo de democratização e que respeitassem os direitos humanos. Essas exigências obrigaram a muitas autoridades políticas a referenciar nos seus posicionamentos a importância da democracia. Nesse contexto, o ex-Embaixador norte-americano Thomas R. Pickering ressaltou a diretriz do seu país em um discurso à ONU, no qual afirmou: "*It is not our role to decide who governs any country, but we will use our influence to encourage governments to get their people to make that decision for themselves*" (KPUNDEH, 1992, *apud* SILVA, 2019, p. 83).

Grande parte dos líderes dos países do Terceiro Mundo perceberam a importância que as reformas políticas teriam para o continente e para a realidade de cada país no contexto da Nova Ordem Mundial.

Para uma melhor compreensão desta variável, é importante mencionar que, ao longo dos últimos dois séculos, Huntington identificou três períodos distintos de processos de democratização. O primeiro período teve início na década de 1820, com a expansão do direito de voto para uma parcela significativa da população masculina nos Estados Unidos da América. Essa onda de democratização resultou em vinte e seis novas democracias até 1926. No entanto, a partir de 1926 até 1942, ocorreu um retrocesso nesse processo, iniciado em 1922 com a Marcha de Mussolini contra Roma (SILVA, 2019).

Após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu a Segunda Onda de Democratização, impulsionada pelo êxito da democracia em países como Alemanha Ocidental, Japão, Áustria e Coreia. Nesse período, houve um ressurgimento da democracia em países como Turquia, Brasil, Grécia e Costa Rica. Apesar de ser relativamente curta, essa onda resultou em trinta e seis países democráticos até 1962. No entanto, a partir da década de 1960, uma onda reversa começou a se manifestar, representada pelo surgimento de regimes militares na América Latina. Essa tendência teve início no Peru em 1962 e se espalhou para o Brasil e Bolívia em 1964, Argentina em 1966, Equador em 1972 e, por fim, Chile e Uruguai em 1973 (SILVA, 2019).

A Terceira Onda de Democratização foi caracterizada pela adoção de regimes democráticos por mais da metade dos países ao redor do mundo. Esse processo teve início em Portugal com a Revolução dos Cravos em 1974 e se espalhou rapidamente por diferentes regiões, como Europa Meridional, América Latina, Leste, Sudeste e Sul da Ásia. Como resultado, aproximadamente trinta nações adotaram sistemas democráticos entre os anos de 1974 e 1990. De acordo com Huntington (1996), a década de 1990 testemunhou um aprofundamento significativo no processo de democratização, impulsionado por eventos como o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e dos países da Europa Central e Oriental, bem como o surgimento de regimes democráticos na América Central e na África Subsaariana - contexto no qual o partido analisado nesta tese se insere (SILVA, 2019).

Em suma, a pressão política ocidental teve um impacto significativo na mudança programática dos partidos políticos do Terceiro Mundo. Em particular os partidos africanos. No período colonial, os países africanos foram subjugados pelas potências coloniais ocidentais que impuseram seus sistemas políticos, econômicos e sociais. Os países africanos foram explorados e saqueados pelos colonizadores, e seus recursos foram usados para enriquecer as potências coloniais.

No final do período colonial, os países africanos lutaram por sua independência política e, uma vez alcançada a independência, muitos desses países cortaram relações com o sistema capitalista vigente até aquele momento. Buscando desenvolver outros modelos políticos e econômicos. Nesse sentido, muitos acabaram optando pelo modelo socialista, tendo em conta que o bloco socialista esteve do lado dos africanos durante a luta pela independência. No entanto, a pressão política ocidental persistiu, uma vez que muitos desses países dependiam de ajuda e investimento ocidentais para desenvolver suas economias.

Em meados da década de 1980, os partidos africanos foram pressionados a adotar políticas econômicas neoliberais, que promoviam a privatização e a liberalização dos mercados, a redução dos gastos governamentais e a atração de investimentos estrangeiros. Essas políticas foram promovidas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, que impuseram condições aos países africanos para receberem ajuda financeira. Como resultado, muitos países africanos adotaram políticas econômicas neoliberais.

Além disso, a pressão política ocidental também impactou nas mudanças programáticas dos partidos africanos em relação aos direitos humanos e à democracia. Os

países africanos foram pressionados a adotar medidas para combater a corrupção, promover os direitos das mulheres e minorias e garantir eleições livres e justas.

C. Pressão exercida pela Organização da Unidade Africana

A Organização da Unidade Africana (OUA) foi estabelecida durante a Cúpula dos Estados Africanos Independentes, realizada em Adis-Abeba, capital da Etiópia, de 22 a 25 de maio de 1963. Seu principal objetivo era eliminar o colonialismo, promover a solidariedade entre os povos e abordar os desafios decorrentes da descolonização. A organização também buscava garantir a autonomia do continente africano na resolução de seus próprios problemas, sem interferências externas, e buscar uma posição internacional para a África (LANGA, 2020).

Inicialmente, a OUA enfrentou desafios políticos significativos, como fortalecer os territórios africanos tanto em âmbito nacional quanto internacional e conquistar a independência política e econômica. Essa era uma tarefa difícil, uma vez que o mundo estava polarizado entre os Estados Unidos e a União Soviética, que dominavam o cenário político, econômico e ideológico global. (LANGA, 2020).

Devido aos objetivos compartilhados pelas nações africanas, elas se reuniram em 1963, em Addis Abeba, para discutir a independência política do continente, apoiar movimentos de libertação e estabelecer uma posição unificada nas Nações Unidas. A OUA desempenhou um papel crucial como um mecanismo para buscar autonomia e reconhecimento para o continente africano, além de servir como um modelo de inserção internacional. A organização, conhecida como a "mãe do continente", surgiu em um contexto marcado por conflitos internos e disputas pelo poder. Suas raízes estão no pan-africanismo, que incentivou os Estados africanos a buscar unidade política e econômica. Ao longo das décadas seguintes à sua fundação, um dos principais objetivos da OUA passou a ser a manutenção da estabilidade entre os Estados (LANGA, 2020).

Segundo Fernandes (2016, p. 101), temas de interesse geral entre os membros da OUA que foram afirmados ao longo das cúpulas aqui consideradas foram os seguintes:

1. Denúncia do colonialismo e da interferência externa na África; pedidos pela total e completa independência do continente;
2. Apoio aos movimentos nacionalistas; condenação do apartheid na África do Sul e de sua postura colonialista no continente;
3. Clamores pelo fim da corrida armamentista e da posse de armas nucleares; preocupações com os padrões sociais e de saúde vigentes na África;

4. Busca de uma posição comum entre os membros da OUA na ONU e a afirmação de que esta organização deveria possuir um critério justo de representação no Conselho de Segurança;
5. Apontamento da necessidade de reestruturar o comércio internacional para que ele se tornasse mais justo com os países africanos;
6. Condenação da segregação nos EUA; preocupação com conflitos e com a situação dos refugiados no continente;
7. Destaque da importância das candidaturas dos países africanos nas agências da ONU;
8. Ênfase na atuação africana nos processos de desenvolvimento de melhores padrões sociais e de modernização através de pesquisas realizadas no próprio continente;
9. Afirmação da importância da participação dos jovens no desenvolvimento da África; e, por fim;
10. A recomendação de que o sistema educacional dos países africanos se modificasse para fornecer uma educação que fosse capaz de transmitir a realidade do continente.

Os dez elementos acima apresentados, demonstram a preocupação da OUA relativo às prioridades no âmbito da política africana. Embora a OUA não pudesse impor diretamente mudanças programáticas nos partidos políticos africanos, ela exerceu pressão indireta para promover a democracia, os direitos humanos e a governança responsável na África. Isso influenciou muitos partidos políticos a mudar seus programas para se adaptar às normas democráticas internacionais e a participar de eleições livres e justas.

D. Pressão para introdução de eleições

A pesquisa sobre mudança programática em partidos políticos esta intimamente ligada aos processos eleitorais e pode ser dividida em duas tradições. A primeira análise, iniciada por Robert Harmel e Kenneth Janda no início dos anos 1990. Com base em pesquisas anteriores que tratam de organizações partidárias e, mais especificamente, em um trabalho influente de Angelo Panebianco (2005), Harmel e Janda (1994) desenvolveram uma teoria integrada de objetivos partidários e mudança partidária, projetada para explicar por que os partidos mudam em várias dimensões. De acordo com essa teoria, os partidos são organizações essencialmente conservadoras que resistem à mudança. Quando uma mudança, no entanto, ocorre, presume-se que seja causada por fatores internos, como uma mudança de liderança ou uma mudança de facção dominante, ou, alternativamente, por estímulos externos, como uma mudança indesejável no desempenho eleitoral do partido (HARMEL; JANDA, 1994).

A segunda tradição de pesquisa é fortemente influenciada por um artigo de Ian Budge (1994), que parcialmente inspirado pela literatura sobre competição política, iniciada por

Anthony Downs (1957), identificou cinco formas para a formulação e mudanças de programas em partidos políticos em contexto de competição eleitoral. O modelo *"put"* sustenta que os partidos endossam mais ou menos as mesmas posições de eleição para eleição, enquanto o modelo de alternância, afirma que os partidos, ao contrário, alteram suas posições em direções diferentes entre cada eleição como uma resposta à pressão externa. O modelo de resultados anteriores, presume que os partidos avaliam seus programas com base no sucesso de mudanças anteriores; o modelo de expectativas racionais onde os partidos avaliam suas políticas com base em suas expectativas sobre as próximas eleições e o modelo de partido marcador que os partidos alterem suas posições a fim de se distanciarem dos partidos rivais vizinhas.

A maioria da literatura anterior sobre mudanças de programas entre eleições em amplas posições políticas dos partidos é derivada de modelos espaciais que preveem como os partidos seguem conscientemente estratégias de maximização de votos (BUDGE, 1994; ADAMS et al., 2009; ADAMS et al., 2004; ADAMS, 2012;). O modelo espacial assume que as preferências do eleitor são exógenas e relativamente fixas, enquanto os partidos variam suas posições políticas para maximizar seu apelo eleitoral (DOWNS, 1999). Por exemplo, Bill Clinton, Tony Blair e Gerhard Schröder perseguiram notavelmente programas ideológicos mais centristas em tentativas bem-sucedidas de ganhar mais votos - e controle do governo - para seus respectivos partidos.

Assim, quando um partido perde votos, também há uma maior probabilidade desse partido mudar de programa para buscar novos eleitores. Mas a direção de mudança esquerda-direita para os perdedores é mais complexa. Em alguns casos, as perdas de votos podem encorajar um movimento em direção ao eleitor central e mediano. Esse raciocínio é frequentemente aplicado a sistemas eleitorais majoritários com alguns grandes partidos disputando a posição de maioria. As eleições de Bill Clinton e Tony Blair representam o exemplo dessa lógica. Em outros casos, um partido pode adotar uma posição política mais distinta para se distanciar de seus concorrentes próximos em um sistema multipartidário (ADAMS, 2004). Budge (1994) estendeu a hipótese eleitoral passada para argumentar que se os partidos perdessem votos na última eleição, eram mais propensos a se mover em uma direção ideológica diferente do que no ciclo eleitoral anterior. Com base nas análises das posições partidárias do Comparative Manifestos Project (CMP), Budge (1994) descobriu que a hipótese das eleições anteriores era uma das explicações mais bem-sucedidas de mudança de programa.

A maioria das análises de mudança de programas dos partidos com base no projeto CMP descobriu que o deslocamento da esquerda para a direita em uma eleição está negativamente correlacionado com a mudança na eleição anterior (ADAMS et al., 2004; BUDGE, 1994). Budge (1994) descreve isso como o modelo de alternância de políticas.

A análise da mudança de programas entre eleições nas posições partidárias requer uma medida confiável dessas posições. A lógica downsiana da análise espacial sustenta que a maioria dos sistemas partidários pode ser descrita como abrangendo uma única dimensão da competição política. Seguindo estudos anteriores, aceita-se que a dimensão Esquerda-Direita serve para resumir as posições amplas de partidos e eleitores (BUDGE et al., 2001; ADAMS et al., 2004; DALTON; FARRELL; MCALLISTER, 2011).

O anterior desempenho eleitoral é enfatizado por Harmel e Janda (1994) e Budge (1994). As primeiras investigações empíricas, com foco em um número comparativamente pequeno de casos, indicaram, no entanto, que uma derrota eleitoral não é uma causa suficiente para mudança programática e pode deixar de ser necessária para pelo menos alguns tipos e níveis de mudança (HARMEL et al., 1995). Ainda mais céticas são as conclusões de Adams et al. (2004), que não encontrou suporte estatístico para a hipótese de que os resultados das eleições anteriores influenciam as políticas partidárias. Zeynep Somer-Topcu (2009), entretanto, sugere que uma dimensão de tempo de existência da legenda deve ser incluída no desenho da pesquisa. Portanto, e em suma: há evidências de que os partidos respondem a eleições anteriores (nacionais), pelo menos se essa eleição foi realizada recentemente e resultou em uma perda eleitoral considerável.

A pressão para introdução de eleições teve um impacto significativo na mudança programática na África, mas esse impacto variou em diferentes países e contextos. Em alguns países, a introdução de eleições foi acompanhada por uma abertura política mais ampla e pela adoção de políticas mais democráticas. Isso ocorreu principalmente nos países onde houve uma pressão significativa da comunidade internacional para democratização, bem como em países onde a oposição política havia se organizado e mobilizado para exigir mudanças políticas.

No entanto, em outros países, a introdução de eleições não levou necessariamente a uma mudança programática significativa. Em alguns casos, as eleições foram realizadas fraudulentamente ou limitada, ou foram manipuladas por governos autoritários para manter seu poder. Além disso, em alguns casos, a introdução de eleições foi acompanhada por um aumento da violência e da instabilidade política.

No geral, pode-se considerar que a introdução de eleições, foi um importante elemento catalisador para a mudança programática em África, mas outros fatores, como a pressão internacional, a mobilização popular e as circunstâncias políticas e econômicas locais, também foram importantes para determinar o grau de mudança alcançado em cada país. É importante ressaltar que durante o período de pesquisa desta tese, não houve a realização de eleições em Moçambique. As eleições surgiram como resultado das pressões provenientes do Ocidente no final da década de 1980.

2.3.2. Variável política interna:

Quanto a variável política interna, ela pode afetar a mudança dos programas dos partidos políticos das seguintes formas: mudanças ideológicas-as mudanças nas ideologias ou nas bases ideológicas dos partidos políticos podem afetar como os programas são formulados e mudados ao longo do tempo; a mudanças de liderança, em um partido político pode levar a uma mudança na direção política do partido, o que pode levar a uma mudança nos programas e nas políticas do partido; pressão de grupos internos-os grupos internos em um partido político podem exercer pressão para mudanças nos programas do partido, a fim de se adaptar às mudanças políticas ou às necessidades dos eleitores; pressão dos eleitores (HARMEL e JANDA 1994).

E. Conflitos armados

De acordo com Walter (2022), no período após a Segunda Guerra Mundial, a maioria das guerras civis do século XX era motivada por polarizações ideológicas e conflitos relacionados a questões de classe social. No entanto, a partir de meados do século passado, houve uma mudança significativa nos padrões de conflito. Em vez de ocorrerem principalmente entre grupos políticos, as guerras civis passaram a ser travadas entre diferentes grupos étnicos e religiosos, com o objetivo de dominar ou, em casos extremos, exterminar uns aos outros. Desde o final da Guerra Fria, aproximadamente 75% de todas as guerras civis ocorreram entre facções étnicas.

A autora cita diversos exemplos de guerras civis que chamaram a atenção nas últimas décadas, como Síria, Iraque, Iêmen, Afeganistão, Ucrânia, Sudão, Etiópia, Ruanda, Myanmar, Líbano e Sri Lanka. Todas essas situações envolveram conflitos entre grupos divididos por linhas étnicas e religiosas, e muitas vezes por ambos.

Walter (2022) argumenta que um indicador da probabilidade de um país vivenciar uma guerra civil é se ele está se aproximando ou se afastando da democracia. Ela destaca o exemplo da Hungria, que se tornou uma democracia plena em 1990, mas desde então, o primeiro-ministro Viktor Orbán tem gradualmente levado o país de volta a uma forma de ditadura. A autora descreve essa condição como "anocracia", uma zona intermediária entre autocracias absolutas e democracias plenas. Nesse estado de limbo, as guerras civis tendem a surgir, pois essas sociedades estão em um espaço intermediário e instável. Na sua pesquisa, chegou a conclusão de que:

As guerras civis aconteciam não necessariamente por conflitos étnicos e religiosos, mas somente quando tais conflitos ganharam uma forma aguda de polarização política chamada por ela de "faccionalismo". Quando os países se tornam "faccionalizados" os partidos políticos ganham forte base identitária e apostam em inflexibilidade, intransigência e violência (WALTER, 2022, p.64).

Foi na base destes elementos acima apresentados, que se chegou ao entendimento da importância desta variável na mudança programática dos partidos políticos. A partir do momento em que, o pós-Segunda Guerra Mundial impulsionou um sentimento de autodeterminação dos povos africanos, que se moldou pautado em aspectos nacionalistas ao redor de todo o continente. A intransigência das potências coloniais em conceder a independência resultou em levantamentos armados. Vários movimentos independentistas acabaram por reestruturar os seus programas, dependendo das alianças que iam fazendo de modo a prosseguir com o seu objectivo primário. A presença de guerras civis no período do pós-independência constituiu um dos principais fatores diretos que explicaram na instabilidade social, política e econômica do continente. Como consequência os partidos tiveram que ajustar os seus programas num sentido de responder a esses desafios.

Pode-se considerar, que conflitos armados podem ter um grande impacto na mudança dos programas dos partidos políticos, pois esses eventos podem expor falhas ou deficiências nas políticas e estratégias atuais, bem como criar novas demandas e necessidades na sociedade. Em muitos casos, os conflitos armados podem levar à radicalização política, com os partidos políticos se tornando mais extremistas em sua abordagem para lidar com o conflito. Isso pode levar a mudanças significativas nos programas políticos, incluindo uma maior ênfase na segurança nacional, na defesa dos direitos humanos e na resolução pacífica de conflitos.

Além disso, os conflitos armados podem afetar a opinião pública e aumentar a pressão sobre os partidos políticos para adotarem medidas mais firmes para resolver o conflito. Isso

pode levar a uma mudança de foco em relação a questões como a reforma política, a redução da corrupção e o aumento da participação cívica, para resolver as causas subjacentes do conflito.

Em linhas gerais, podem forçar os partidos políticos a responder às necessidades e demandas da sociedade em um momento de crise. No entanto, é importante notar que essas mudanças podem ser tanto positivas quanto negativas, dependendo das circunstâncias específicas do conflito e da resposta dos partidos políticos a ele.

F. Mudança da liderança/Mudança da facção dominante

Uma mudança na liderança partidária é frequentemente considerada importante para alterações programáticas nos partidos políticos. No entanto, pesquisas empíricas não conseguiram confirmar essa expectativa. Em um dos primeiros estudos focalizando explicitamente a mudança programática, Harmel *et al.* (1995a, p.12-14) referiu que a mudança de liderança às vezes é uma causa, mas de forma alguma suficiente, para alterar o programa. Após estudar três partidos britânicos e três alemães, a mudança de liderança foi considerada, principalmente quando os partidos conservadores mudaram de posição. Isso levou os autores a concluir que uma mudança na liderança pode fazer a diferença, especialmente em partidos com fortes estruturas de liderança (HARMEL *et al.*, 1995). As conclusões apresentadas em pesquisas mais recentes são, no entanto, um pouco mais cautelosas. Em um estudo de caso do Partido Social-democrata dinamarquês, Bille (1997, p. 389) observou que uma "mudança de líder do partido por si só não causou nenhuma mudança nos manifestos do partido". Da mesma forma, em um estudo sobre mudança programática na Dinamarca, Alemanha e Reino Unido, Harmel *et al.* (2008, p. 101) encontraram apenas "um mínimo de apoio" para a relação hipotética entre mudança de liderança e mudança de programa. O estudo mais abrangente sobre o tema é fornecido por Meyer (2013, p. 152), que em uma ampla análise das alterações de lideranças de dez países da Europa Ocidental - não encontrou suporte para a expectativa de que a mudança de liderança evoque alterações nos programas. Em contraste, a evidência indica que os novos líderes partidários podem ter menos probabilidade de mudar a posição política do partido. Portanto, não há evidências convincentes de que as mudanças nas políticas dos partidos sejam causadas por uma mudança no líder do partido, embora uma mudança na liderança sob certas condições facilite a mudança no partido.

As razões que podem explicar a não alteração do programa por conta da mudança de liderança, provavelmente estejam ligados aos fatores como: a) a cultura e tradição partidária, muitos partidos políticos têm uma cultura e tradição profundamente enraizadas que podem ser difíceis de alterar, mesmo com uma nova liderança. Por exemplo, se um partido político sempre se identificou com uma certa ideologia ou plataforma, pode ser difícil para uma nova liderança mudar essa identidade em curto prazo; b) pressão de grupos de interesse, os partidos políticos muitas vezes têm que lidar com pressões de grupos de interesse, que podem ter uma forte influência nas decisões programáticas do partido; c) burocracia partidária, alguns partidos políticos têm uma estrutura burocrática complexa que pode dificultar a implementação de mudanças. As decisões muitas vezes precisam passar por vários níveis de aprovação, e a burocracia pode ser resistente a mudanças significativas.

Sobre a mudança da facção dominante, Harmel et al. (1995a, p. 17) afirma que "é razoável postular que uma combinação de liderança e mudança faccional possa criar oportunidades para mudança", mas que as conclusões que podem ser tiradas de sua análise preliminar permanecem "em terreno instável". Em um estudo mais recente de cinco partidos no Reino Unido e na Alemanha, Harmel e Tan (2003, p. 421) chegaram a uma conclusão semelhante: "nem uma facção dominante coesa, nem uma nova liderança é, por si só, uma condição necessária para um que um partido mude o seu programa".

Embora não haja evidências empíricas fortes que sustentem a expectativa de que os partidos políticos tendam a mudar suas posições como consequência de uma mudança de facção dominante ou da liderança, é como observado por Budge et al. (2010), altamente desejável focar mais atenção em como as lutas faccionais nos partidos afetam as políticas partidárias.

A mudança de facções nos partidos políticos pode influenciar a metamorfose programática dos partidos políticos de várias formas: primeiro, uma mudança de facções pode levar a alterações na composição do partido político, incluindo nos líderes do partido, membros do comitê executivo e outros membros influentes. Essas modificações na liderança podem levar a transformações na orientação política do partido e, conseqüentemente, uma revolução no programa do partido. Segundo, uma mudança de facções pode ocorrer em resposta as mutabilidades nas opiniões públicas ou modificação das necessidades políticas do momento. Por exemplo, se a opinião pública mudar em relação a um determinado problema, os partidos políticos podem alterar a facção para se alinhar com as novas opiniões e, conseqüentemente, transformar o programa do partido para se adequar a essa nova orientação.

Terceiro, a alteração das facções pode ocorrer como resultado de pressões externas, como metamorfoses nas políticas de outros partidos políticos, pressões de grupos de interesse, mudanças nos governos de outros países ou mesmo transformações nos mercados financeiros globais. Essas pressões externas podem levar os partidos políticos a modificar a facção e, em consequência, revolucionar os seus programas políticos.

Em suma, a mudança de facções pode ter um impacto significativo na alteração de programas dos partidos políticos, pois as facções nos partidos representam diferentes correntes ideológicas e interesses políticos. Quando um partido passa por uma mudança de facção, é provável haver uma mudança na liderança e na direção política do partido, o que pode levar a uma mudança no programa do partido.

2.3.4. Variável sócio-econômica

As variáveis de natureza sócio-econômicas são destacadas, na medida em que, estão diretamente relacionadas às condições sociais e econômicas da população e, conseqüentemente, às suas demandas políticas. Por exemplo, mudanças econômicas significativas, como a recessão econômica ou o crescimento econômico, a dívida pública, podem levar a mudanças nas prioridades da população e, nas demandas políticas (FAGERHOLM, 2015). Os partidos políticos podem, então, alterar seus programas para se adequarem a essas novas demandas. Da mesma forma, fatores socioeconômicos, como a desigualdade de renda, a pobreza, o desemprego e a insegurança econômica, também podem levar a mudanças nos programas partidários. Partidos políticos que antes defendiam políticas mais conservadoras podem se tornar mais progressistas em resposta a essas questões (ADAMS et al., 2009). Portanto, as variáveis socioeconômicas podem ter um impacto significativo nas mudanças nos programas partidários, pois essas mudanças refletem as demandas e necessidades da sociedade em constante evolução.

G. Dívida externa

Nesta dimensão identificamos como indicador a dívida externa. Em resposta à turbulência econômica, os partidos reavaliam os seus programas sobre as questões econômicas. Muitos estudos, que mostram que os programas dos partidos são relativamente estáveis, concentraram sua análise nas tendências de longo prazo durante os períodos de relativa estabilidade econômica. Em contraste, uma literatura crescente em economia política

ênfatiza a importância das crises como momentos críticos que pressionam mudanças políticas (CAPOCCIA e KELEMEN, 2007; COLLIER e COLLIER, 1991). Na Europa, os partidos social-democratas no auge da crise de 2008 aumentaram a relevância das questões econômicas em resposta à crise (BREMER, 2017).

Não há, tanto nas ciências jurídicas, quanto econômicas, qualquer definição expressa do conceito de dívida externa. A conceituação normalmente baseia-se nas formulações de algumas convenções, tal como a de Viena sobre Sucessão de Estados a Respeito da Propriedade Estatal, Arquivos e Dívidas, de 1978, em que a dívida externa é apresentada como “toda obrigação financeira do Estado conforme ao direito internacional e assumida perante outros Estados, organizações internacionais e outros sujeitos de direito internacional”, (WAIBEL, 2011, p. 45). A dívida externa é uma expressão utilizada para designar o montante de dinheiro que um país deve a entidades estrangeiras. Esse conceito é central para entender as relações econômicas entre os países e suas implicações políticas, sociais e culturais.

Para o economista brasileiro Furtado (1989), a dívida externa é uma das maiores ameaças à autonomia econômica dos países em desenvolvimento. Segundo ele, essa dívida surge da necessidade de os países financiarem seu desenvolvimento com recursos estrangeiros, muitas vezes sob condições desfavoráveis.

Por sua vez, o economista estadunidense Stiglitz (2004), salienta que, a dívida externa pode ser vista como uma forma de submissão dos países periféricos aos interesses das potências mundiais. Para ele, a imposição de políticas de ajuste estrutural pelos credores internacionais como condição para a renegociação da dívida é uma forma de manter esses países subordinados aos interesses das grandes potências econômicas. Que por sua vez, tendem a mudar as suas posições programáticas para se conciliar com a nova realidade.

Essa visão crítica da dívida externa é compartilhada por muitos movimentos sociais e organizações não governamentais que lutam por uma mudança nas relações econômicas internacionais. Para esses grupos, a dívida externa é uma forma de neocolonialismo que perpetua a dependência econômica dos países em desenvolvimento em relação às potências mundiais.

Os impactos da dívida externa sobre a economia são um recorrente tema de discussão entre economistas sob diferentes ângulos de análise. O cerne do debate varia entre a discussão clássica sobre o papel do Estado na economia (Smith, 1776; Ricardo, 2004; Kotlikoff, 1984; Placone, Ulbrich & Wallace, 1985; Musgrave & Musgrave, 1989) e as abordagens quantitativas sobre qual deve ser o nível sustentável de dívida externa e/ou qual o impacto da

dívida externa sobre o crescimento econômico. Logo, é responsabilidade do Estado, através do aumento de gastos públicos, gerar um efeito multiplicador que inverta a tendência da economia e crie expectativas otimistas de rendimentos futuros.

A economista Susan George (1992), argumenta que a dívida externa é usada como uma ferramenta de controle pelos países credores, que exigem reformas econômicas neoliberais como condição para a renegociação da dívida. Segundo ela, isso levou a uma mudança dos programas dos partidos políticos em todo o mundo, com a adoção de políticas mais favoráveis ao mercado e menos preocupadas com a justiça social.

Bello (2014), também refere que, a dívida externa tem sido usada para impor políticas neoliberais aos países devedores, levando a uma mudança dos programas dos partidos políticos em todo o mundo. Bello (2014), argumenta que é necessário cancelar a dívida externa como forma de permitir que os países devedores possam implementar políticas mais justas e equitativas. Além disso, a dívida externa também pode afetar a capacidade do governo de implementar suas políticas e programas. Quando a dívida externa é alta, o governo pode ter menos recursos disponíveis para investir em novas iniciativas e pode ser forçado a se concentrar mais em pagar a dívida existente. Isso pode levar a mudanças programáticas nos partidos, que podem ter que priorizar a redução da dívida em detrimento de outras políticas (BELLO, 2014).

H. A Pobreza

A pobreza é um estado em que uma pessoa ou comunidade não possui recursos suficientes para atender às suas necessidades básicas, como alimentação, moradia, vestuário, educação e cuidados de saúde. A pobreza pode ser medida de várias maneiras, incluindo renda, acesso a serviços básicos e qualidade de vida (ROMÃO, 1982).

Existem diferentes concepções de pobreza, que podem variar de acordo com o contexto econômico, social e cultural de cada região. Em geral, a pobreza é vista como um problema social que pode afetar a vida das pessoas de diversas maneiras, como aumentando o risco de doenças, limitando as oportunidades de educação e emprego, e restringindo o acesso a recursos e serviços essenciais.

Além disso, a pobreza pode ter efeitos duradouros na vida das pessoas, como perpetuar a desigualdade social e econômica, limitar a capacidade de participação na vida pública e política, e aumentar o risco de exclusão social e marginalização. Por esses motivos,

a luta contra a pobreza é uma das principais prioridades das políticas públicas em todo o mundo (KOHUT, 1999).

A pobreza pode ter uma grande influência na mudança dos programas dos partidos políticos, especialmente em democracias onde a opinião pública e o voto são importantes. Quando a pobreza é um problema generalizado na sociedade, os partidos políticos podem sentir a necessidade de incluir questões relacionadas à pobreza e às desigualdades sociais em seus programas para atrair eleitores (GEORGE, 1978).

Por exemplo, um partido político pode mudar seu programa para incluir políticas econômicas voltadas para a criação de empregos e redução da pobreza, ou políticas de assistência social, como programas de transferência de renda, para ajudar as pessoas mais necessitadas. Essas mudanças podem ser uma resposta direta às preocupações dos eleitores sobre a pobreza e suas consequências, como a fome, a falta de acesso a serviços básicos e a exclusão social.

A pobreza pode ser um tema importante para organizações da sociedade civil, grupos de defesa de direitos humanos e outras entidades que trabalham em questões relacionadas à justiça social e à igualdade. Essas organizações podem pressionar os partidos políticos a incluir políticas e propostas específicas relacionadas à pobreza em seus programas.

3. METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS DE PESQUISA

Durante a pesquisa de campo realizada entre janeiro e outubro de 2021, foi necessário visitar a sede nacional da FRELIMO para obter informações sobre os programas do partido. Isso ocorreu devido à falta de disponibilidade de muitos documentos nas bibliotecas e arquivos existentes em Moçambique. No entanto, é importante ressaltar que os documentos encontrados na sede nacional da organização estão em péssimas condições de conservação devido à falta de cuidados adequados.

O acesso à biblioteca da sede nacional é livre, sendo necessário apenas apresentar a carteira de identidade. Existem dois tipos de arquivos: aqueles de acesso livre e aqueles de acesso restrito. Os documentos que consultei estão classificados como de acesso livre, incluindo relatórios de congressos, resoluções, programas e estatutos. Além disso, alguns documentos foram localizados no Arquivo Histórico de Moçambique, onde estão disponíveis apenas em formato digitalizado.

A coleta sistemática de dados sobre a FRELIMO foi realizada por meio de pesquisa documental, utilizando as informações oficiais disponíveis nos relatórios dos congressos como base. Essas informações foram complementadas com dados encontrados em diversos documentos elaborados pelo partido no intervalo entre os congressos.

Os principais documentos consultados foram os programas da FRELIMO, elaborados e aprovados nos congressos nacionais, sejam eles ordinários ou extraordinários. Esses programas forneceram os dados primários necessários para a pesquisa, sendo utilizados como base para a construção de indicadores empíricos operacionalizáveis.

No intuito de logarmos os nossos objetivos, nos serviremos do método histórico, tal qual compreendido por Lakatos (1991, p.81) “consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para perceber a sua influência na sociedade contemporânea, para melhor compreender o papel que estes atualmente desempenham na sociedade”. Neste caso será imperiosa uma busca no passado desde a fundação da FRELIMO até 1991, a procura de indicadores históricos que foram relevantes nas grandes mudanças de programas que ocorreram nos programas da FRELIMO.

Procede-se nesta pesquisa o estudo comparado das variáveis que contribuíram para mudanças programáticas mediante o estudo de caso, análise bibliográfica e o process tracing.

Seguindo uma estratégia de identificação dos fatores internos e externos que explicam a metamorfoses programáticas na FRELIMO.

O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa utilizada em diversas áreas do conhecimento, como a psicologia, sociologia, educação, administração, entre outras. Ele consiste em uma abordagem detalhada de um caso específico, seja ele uma pessoa, um grupo, uma organização ou um evento, com o objetivo de compreender seu funcionamento e características particulares.

De acordo com Yin (1984), a pesquisa fundamentada no estudo de caso, é particularmente útil em situações em que é necessário obter uma compreensão mais profunda de um fenômeno, quando se deseja explorar relações complexas entre variáveis ou quando se quer examinar um evento em seu contexto real.

Enquanto Stake (2000), define o estudo de caso como um tipo de pesquisa que se concentra em uma unidade específica de análise, com o objetivo de compreender sua complexidade e singularidade. Para Stake (2000), abordagem é útil quando se deseja examinar casos em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas.

Já para Flyvbjerg (2011), o estudo de caso é uma abordagem que permite o exame aprofundado de uma situação complexa, a partir de uma perspectiva holística e compreensiva. O autor argumenta que essa metodologia é especialmente adequada para a investigação de questões que envolvem processos sociais, culturais, políticos e econômicos.

Por fim, é importante destacar que o estudo de caso não tem como objetivo fazer generalizações universais a partir dos resultados obtidos. Sua principal contribuição é fornecer *insights* e informações detalhadas sobre um caso específico, que podem ser utilizados para a construção de teorias e hipóteses em futuras pesquisas.

A ênfase no estudo de caso é valiosa, pois permite uma análise específica e aprofundada de um único caso ou de um pequeno conjunto de casos, o que possibilita a concentração em um assunto específico de pesquisa. Essa abordagem pode fornecer contribuições significativas para o desenvolvimento teórico, uma vez que certos padrões e insights podem ser identificados por meio dessa estratégia de pesquisa. Lijphart (1971) e Johnson & Joslyn (1991) propuseram alguns tipos ideais de estudo de caso e destacaram como eles podem enriquecer o conhecimento científico por meio de suas características únicas e detalhadas.

A presente pesquisa adotará uma abordagem baseada em um estudo de caso único com uma análise comparativa temporal dos programas. O objetivo é examinar um caso específico em diferentes momentos ou períodos de tempo, buscando identificar e compreender as mudanças, tendências ou padrões que se manifestam ao longo do tempo dentro desse único caso. Neste sentido, o foco principal da pesquisa está na comparação dos diversos momentos que ocorreram dentro desse caso particular. Desta forma, foram numa primeira fase identificados os domínios e categorias programáticas que pretendemos observar. Os mesmos foram selecionados na base de dados designada de MARPOR. Seguidamente, com base na literatura sobre metamorfoses dos programas de base dos partidos, identificamos três tipos de variáveis (política externa, política interna e socioeconômicas) e seus respectivos indicadores, que utilizamos para analisar como elas impactaram nas alterações dos programas em seis momentos.

Relativo as variáveis de política externa, pretendemos com ela analisar como a FRELIMO estabeleceu alianças com outros países e organizações internacionais. Na sequência compreender se a mudança na natureza e na qualidade dessas alianças pode explicar as metamorfoses programáticas. Para tal, a análise teve em conta elementos como: Alianças internacionais entre a FRELIMO e os diferentes países ao longo de sua história, especificamente, a União Soviética e China. Essa cooperação e posterior mudança indicou uma alteração na ideologia e orientação política. Em relação a ajuda externa, importa realçar que a legenda dependeu fortemente dela para reconstruir o país após a guerra civil. Esse auxílio de alguma forma explica as metamorfoses nas políticas econômicas e orientação política da FRELIMO. O investimento estrangeiro ocidental, que permitiu a organização adotar políticas mais liberais nas décadas de 1980 e 1990. O nível e o tipo de investimento e os condicionalismos, também podem indicar alterações nas políticas econômicas. A pressão internacional relacionada a questões de direitos humanos terão influenciado nas transformações programáticas. Portanto, a maneira como o partido responde às críticas internacionais pode indicar modificações na sua orientação política e ideologia. A participação da FRELIMO em organizações internacionais, também foi pesquisada, no intuito de verificar se a cooperação com essas organizações contribuiu para a alterar o programa.

Nas variáveis de política interna, procuramos estudar a evolução dos conflitos em Moçambique, particularmente a guerra pela independência (1964-1975) e a guerra civil (1977-1991). A FRELIMO liderou a luta pela independência de Moçambique contra o

governo colonial português e, posteriormente, contra a RENAMO, um grupo armado apoiado pelo regime do apartheid da África do Sul. A análise da evolução desses conflitos pode ajudar a entender como a legenda mudou suas posições programáticas.

Além disso, pesquisamos também a questão referente a mudança de facções dentro da legenda. Tendo em conta que o partido passou por mudanças internas ao longo de sua história, incluindo a divisão entre uma facção mais radical liderada por Samora Machel e uma facção mais moderada liderada por Lázaro Nkavandame. O estudo dessas dinâmicas internas pode fornecer informações sobre como o partido evoluiu e como as diferentes facções influenciaram nas alterações programáticas.

No que diz respeito as variáveis sócio-econômicas, identificamos a dívida externa como indicador importante para entender como ela contribuiu na mudança programática. Por exemplo, se a dívida externa de um país estiver alta, um partido político pode incluir em seu programa a necessidade de renegociar a dívida ou reduzi-la, como forma de aliviar o impacto econômico sobre a população. Isso pode levar o partido a buscar alianças com outros partidos que compartilhem dessa mesma preocupação e a buscar apoio de organizações internacionais para pressionar por uma renegociação da dívida.

Da mesma forma, a pobreza é um problema social que pode ser incluído como uma das principais preocupações de um partido político em seu programa. Nesse caso, o partido pode propor medidas para reduzir a pobreza, como programas de assistência social, investimentos em educação e saúde, incentivos fiscais para empresas que gerem empregos, entre outros. Essas propostas podem ser desenvolvidas em conjunto com outras forças políticas e podem ser influenciadas por pressões da sociedade civil, organizações internacionais e grupos de interesse.

3.1 *Process Tracing*

Nesta seção, é introduzido o método de investigação chamado *Process Tracing*, que é uma abordagem relevante para estudos de caso. Esse método oferece uma maneira valiosa de conduzir pesquisas qualitativas de alta qualidade nas Ciências Sociais. O *Process Tracing* é definido por George e Bennett como um método que tem como objetivo identificar o processo causal entre uma ou mais eventos independentes e o resultado da variável dependente. Em outras palavras, o *Process Tracing* busca rastrear e entender os mecanismos causais que ligam as variáveis independentes aos resultados observados na variável dependente (STEINER,

2016). Falleti *apud* Steiner (2011), também apresenta o método de *theory-guided process-tracing*, que vai além do método original, sugerindo que a pesquisa deve fornecer narrativas teoricamente explícitas que rastreiem e comparem as sequências de eventos do processo. Essa abordagem ampliada do *process tracing* enfatiza a importância de narrativas claras que descrevam os componentes causais e o contexto envolvido. Ao fazer isso, o método de *theory-guided process-tracing* permite uma estruturação da análise que facilita a consecução dos objetivos propostos. Em suma, esse método fornece uma estrutura organizada para analisar e compreender os processos causais, destacando sua relevância contextual e promovendo uma narrativa teórica explícita.

O *Process Tracing*, ou rastreamento de processos, é um método utilizado para analisar as cadeias causais que conectam um determinado fenômeno a um resultado específico. Collier *apud* Silva (2019), definiu o rastreamento de processos como um exame sistemático de evidências selecionadas e analisadas à luz das questões de pesquisa e hipóteses propostas pelo pesquisador. Trata-se de uma abordagem que permite fazer inferências causais com base em evidências encontradas em uma sequência temporal de eventos. O objetivo do *process tracing* é buscar evidências em um caso específico que possam explicar determinado fenômeno.

De acordo com Silva (2019), o rastreamento de processos envolve a análise de evidências sobre processos, sequências e conjunções de eventos em um caso específico, com o intuito de desenvolver ou testar hipóteses sobre os mecanismos causais que podem explicar o caso em questão. Ambas as definições convergem ao indicar a importância do desenvolvimento ou teste de hipóteses, que servirão como guia para a análise da sequência de eventos.

Silva e Cunha (2014) compreendem o rastreamento de processos como um método de pesquisa qualitativa que se concentra na construção de uma cadeia causal, a ser testada, que leva a um resultado específico. A análise baseia-se em evidências e na observação sistemática de um caso particular. O *Process Tracing* também é considerado um conceito abrangente que engloba diferentes formatos e propósitos de análise sequencial de eventos, podendo ser intensivo ou extensivo, e baseia-se em narrativas de trajetórias históricas e/ou testes de hipóteses (Silva, 2019).

Numa outra perspectiva, Lima (2017), apesar das diferentes definições de *process tracing*, converge ao identificar o método como um instrumento analítico e não somente descritivo, distinguindo-se de uma simples descrição ao ter uma finalidade de análise em relação ao fenômeno e ao ser guiada com um enquadramento teórico. Apesar de muito

referenciado, não se considera que o método seja sempre muito bem percebido, aplicado com rigor (COLLIER, 2011). Tem sido uma ferramenta possível para o método histórico-comparativo. Na atualidade têm recebido importantes contribuições no sentido de sua formalização, explicitação e sistematização, com objetivo de reduzir erros inferenciais (SILVA, 2019).

Inicialmente, o método de *Process Tracing* foi aplicado na psicologia cognitiva para examinar os passos intermediários em um processo de tomada de decisão. Posteriormente, o cientista político Alexander L. George, da Universidade de Stanford, utilizou esse método para descrever e analisar o uso de inferências em um caso específico, com o objetivo de alcançar explicações históricas (SILVA, 2019). Essa ampliação de escopo permitiu a aplicação do *Process Tracing* em explicações macroestruturais, indo além do nível individual. Essa evolução demonstra como o método se expandiu de sua origem na psicologia cognitiva para se tornar uma ferramenta valiosa na análise política e histórica (SILVA, 2019).

Desenvolvido primeiramente na década de 1960, tem sido cada vez mais utilizado pelas Ciências Sociais (SILVA e CUNHA, 2014). Portanto, destaca que, embora o método seja utilizado nas Ciências Humanas e Sociais, provavelmente por mais de quatro décadas, apenas recentemente passou a compor o conjunto de metodológico da Ciência Política. Tal como a Psicologia Cognitiva, a ciência política, atribui-se também a sua origem aos estudos da narrativa histórica que, por meio da estrutura cognitiva dos indivíduos ou dos efeitos da ação coletiva e da estrutura social, respectivamente, procuram identificar as sequências de eventos que culminam em uma determinada escolha, e não apenas o resultado do processo (SILVA e CUNHA, 2014)..

Conforme destacado por Silva (2019), o *Process Tracing* se destaca por sua abordagem baseada em mecanismos causais na explicação de fenômenos políticos. No entanto, há um certo ceticismo em relação à possibilidade de generalizar explicações devido à complexidade desses fenômenos. Alguns adeptos das leis gerais acreditam que cabe ao analista ou pesquisador estabelecer uniformidades empíricas que serão tratadas por meio de modelos gerais. Por outro lado, Silva (2019) argumenta que a capacidade explicativa com base em mecanismos e processos é uma abordagem que busca identificar mecanismos recorrentes em processos complexos.

Os mecanismos são entendidos como conjuntos de eventos que transformam relações entre elementos específicos de maneira idêntica ou muito similar em diferentes situações. No entanto, aqueles que adotam essa abordagem não buscam encontrar leis gerais para analisar os

fenômenos, pois reconhecem que os mesmos mecanismos recorrentes podem ter efeitos diferentes dependendo das circunstâncias iniciais e das condições contextuais. Portanto, a ênfase está na compreensão dos mecanismos causais específicos e em como eles operam em contextos variados, em vez de buscar generalizações universais (SILVA e CALMON, 2018).

Em resumo, o *Process Tracing* se baseia na identificação de mecanismos causais recorrentes em processos complexos e reconhece a importância das condições contextuais na determinação dos efeitos desses mecanismos. Isso diferencia essa abordagem da busca por leis gerais para explicar fenômenos políticos, destacando a necessidade de análises mais específicas e contextualizadas.

No *Process Tracing*, os conceitos centrais são tempo e mecanismos causais. Os mecanismos causais referem-se a eventos que geram mudanças semelhantes ao longo do tempo. A análise desses mecanismos é conduzida levando em consideração a teoria que indica como o processo deve ou pode se desenvolver em diferentes situações (SILVA e CALMON, 2018).

As evidências desempenham um papel importante no *Process Tracing*, sendo classificadas como evidências circunstanciais ou diretas. Elas são informações que possuem algum valor inferencial e são consideradas em conjunto com generalizações, independentemente de serem baseadas em análises científicas ou não. As inferências realizadas no *Process Tracing* são testadas com o objetivo de identificar os eventos ou processos que ocorreram, os eventos ou processos que os sucederam e a conexão causal entre eles (SILVA, 2019).

Em resumo, no *Process Tracing*, analisa-se a relação entre tempo e mecanismos causais, utilizando evidências para inferir e testar os eventos e processos que ocorreram ao longo do tempo, bem como a conexão causal entre eles. Essa abordagem permite uma compreensão mais detalhada e contextualizada dos fenômenos em estudo.

Numa primeira fase, os pesquisadores do *Process tracing* consideravam dois tipos de testes para as evidências: um que afere a necessidade de uma determinada condição explicativa em um mecanismo causal e outro que estima a suficiência de uma condição explicativa. Esses testes são denominados *Hoop Test* e *Smoking Gun Test*:

A hoop test proposes that a given piece of evidence—namely, a specific causal-process observation—must be present for a hypothesis to be valid. Failing a hoop test eliminates a hypothesis, but passing a hoop test does not confirm a hypothesis. Smoking gun tests, by contrast, propose that if a given piece of evidence—namely, a specific CPO—is present, then the hypothesis

must be valid. Passing a smoking gun test lends decisive support in favor of a hypothesis, though failing a smoking gun test does not eliminate a hypothesis (MAHONEY *apud* SILVA, 2018, p. 4).

No processo de aplicação do *Process Tracing*, são estabelecidas inferências que procuram identificar a presença da causa e do efeito em análise. Ou seja, busca-se determinar se existem condições necessárias para a ocorrência do fenômeno estudado. No entanto, passar nesse teste inicial não confirma a hipótese, enquanto sua não aprovação indica sua fragilidade. Nesse sentido, o primeiro passo é questionar se existem evidências da existência do evento em questão. Em seguida, são verificadas as inferências ou indícios que apontam para a ocorrência dessa causa ou resultado. Um exemplo utilizado para ilustrar esse processo é o teste da "arma fumegante", que faz uma analogia com um crime em que a posse da arma fumegante é uma condição suficiente para comprovar o crime. No entanto, a ausência dessa prova não invalida a existência do fenômeno em estudo (SILVA e CALMON, 2018).

Silva (2019) apresenta uma síntese dos quatro tipos de testes associados ao *Process Tracing*.

Tabela 1: Modelos de testes do *Process tracing*

Modelo de testes	Resultados esperados
<i>Hoop Test</i>	Evidência que é certa, mas não única. Passar nesse teste não aumenta muito a confiança na hipótese, mas não passar reduz a confiança.
<i>Smoking Gun Test</i>	Passar nesse teste afirma uma hipótese, mas não passar não é necessário para confirmá-la.
<i>Doubly Decisive Test</i>	Evidências que são singulares e certas, ou necessárias e suficientes
<i>Straw-In-The-Wind Test</i>	Aponta evidências que não são nem necessárias, nem suficientes, mas seu acúmulo pode corroborar com uma hipótese

Fonte: Adaptado a partir do Bennett e Checkel *apud* e Silva (2019).

Portanto, na presente tese, se utiliza a metodologia *process tracing*, para compreensão das metamorfoses programáticas de um partido político. No entanto, a generalização necessariamente não se torna uma preocupação, embora alguns elementos sejam passíveis de observação também em outros fenômenos.

Quanto à necessidade de os mecanismos serem observáveis, além de inferidos, reforça-se que as inferências serão acompanhadas de evidências, construídas na base de um conjunto de variáveis observadas.

De acordo com Silva (2019), para realizar um bom *Process Tracing*, é fundamental que os pesquisadores tenham um conhecimento consistente do caso em estudo, bem como das teorias explicativas relevantes. Isso permitirá identificar as principais variáveis envolvidas e os mecanismos causais em ação. A identificação das evidências necessárias para o método é embasada em conhecimentos prévios fornecidos pelos arcabouços conceituais, por evidências empíricas recorrentes e pela formulação teórica que explica os eventos observados de forma consistente. Esses elementos fornecem o diagnóstico necessário para a aplicação do *Process Tracing*.

No método de *Process Tracing*, a descrição detalhada dos fenômenos desempenha um papel crucial, pois é necessário entender os passos fundamentais de cada processo antes de abordar as mudanças e sequências dos eventos. Essa descrição é essencial para compreender as causas e a sequência causal envolvidas. Além disso, é importante considerar os limites temporais e determinar quais elementos devem ser incluídos na análise (SILVA, 2019).

Falleti (2016) classifica o *Process Tracing* em duas abordagens: extensiva e intensiva. Na abordagem extensiva, a análise abrange desde a causa, os mecanismos intermediários até os resultados finais. São examinadas as condições explicativas que são consideradas relevantes para explicar o efeito em estudo. Por outro lado, na abordagem intensiva, a causa e os efeitos não são objetos de análise.

É importante ressaltar que ambas as abordagens lidam com mecanismos causais, e a distinção entre elas não está relacionada à profundidade ou extensão do estudo. Em outras palavras, a diferença está em incluir ou não as causas e os efeitos como elementos do *Process Tracing*. Falleti (2016) sugere que o *Process Tracing* extensivo é mais adequado para testar hipóteses e teorias, enquanto o intensivo é mais adequado para gerar teorias.

Para concluir, Silva e Calmon (2018) destacam pontos fundamentais para a aplicação adequada do rastreamento de processos. Eles se referem a três elementos principais: i) Aspecto meta-teórico: é essencial que o processo de rastreamento esteja fundamentado em uma compreensão filosófica e ontológica consistente da realidade social, bem como na adoção de uma abordagem metodológica pluralista. ii) Aspecto contextual: por meio do uso do pluralismo metodológico, é necessário reconstruir a sequência causal e ampliar a compreensão do contexto em que o fenômeno está inserido. iii) Aspecto metodológico: é importante considerar a equifinalidade, ou seja, reconhecer que diferentes caminhos podem ter levado ao mesmo resultado investigado. Além disso, é necessário explorar alternativas e diferentes trajetórias que possam ter influenciado o desfecho do processo analisado.

Com base nessas orientações, Silva (2019), propõem uma lista de 10 passos que podem ser seguidos para realizar um rastreamento de processos eficiente.

Tabela 2: Principais diretrizes para o desenvolvimento do *Process Tracing*

Diretrizes	Descrição
1. Amplie a busca por explicações alternativas	Buscar explicações alternativas a serem verificadas, pois a hipótese a ser testada não será convincente se não as considerar. Buscar explicações oferecidas por especialistas, além de traduzir teoricamente análises de jornalistas e

	participantes do caso. Identificar se explicações relacionadas com o binômio agente/estrutura e categorias explicativas mais gerais de fenômenos sociais foram consideradas, como poder, instituições, legitimidade, etc.
2. Ser igualmente rígido com as explicações alternativas	Procurar analisar as explicações alternativas, procurando evidências, de forma a evitar o viés apenas para as explicações aventadas pelo autor. Buscar teorias implícitas ou explícitas, acadêmicas ou populares, sobre mecanismos causais e suas implicações observáveis. Identificar evidências que possam ser submetidas aos testes de hipótese. Buscar prós e contras de cada alternativa.
3. Considere os potenciais vieses das fontes de evidência	Considerar os interesses das fontes de evidência, buscando contrastar as informações fornecidas com seus interesses conhecidos e atualizar os interesses a partir das informações fornecidas. Contexto e posição de quem fala também devem ser levados em consideração.
4. Leve em consideração se o caso é mais ou menos provável de suportar explicações alternativas	Por meio do PT, é possível reavaliar teorias prévias. Pode-se, por exemplo, suscitar uma revisão da teoria, a partir do impacto de novas variáveis descobertas na pesquisa.
5. Tome uma decisão justificável sobre quando começar	Embora sempre arbitrário, o ponto de partida não deve ser tão distante ou muito próximo do resultado estudado. Uma possibilidade é identificar conjunturas críticas em que caminhos alternativos poderiam ser tomados diante de uma dependência de trajetória. O ponto de partida pode ser baseado em um ator estratégico, em situações como seu ingresso no contexto ou alteração em alguma de suas características.
6. Seja implacável em reunir provas diversas e relevantes, mas faça uma decisão justificável sobre quando parar	Buscar cercar as evidências por meio de triangulação de fontes, para evitar que diferentes evidências de uma mesma fonte, e com os mesmos vieses, confundam o pesquisador se corroborando mutuamente. Mesmo buscando evidências diversas e em profundidade, o pesquisador deve parar quando as evidências se tornam

	repetitivas.
7. Combine PT com comparações de casos quando útil para o objetivo da pesquisa e quando viável	Sempre que possível, promover desenhos de pesquisa com casos comparados, pois permite, por meio de acompanhamento de variáveis similares ou díspares, analisar resultados comuns ou diferentes e assim reforçar as hipóteses da pesquisa.
8. Estar aberto para insights indutivos	Uma das vantagens apontada do uso do PT é a possibilidade de identificar fatos e evidências inusitados ao longo do detalhamento da sequência de eventos. Nesse sentido, é preciso explorar essas oportunidades e tratar de explicá-las teoricamente ou indicar novas agendas de pesquisa.
9. Use a dedução para perguntar "se a minha explicação é verdadeira, qual será o processo específico que leva ao resultado?"	O pesquisador deve, a priori, tentar estabelecer seus pressupostos sobre o processo e detalhar os caminhos a serem percorridos antes de iniciar o PT. Além disso, é preciso buscar operacionalizar ao máximo os pressupostos teóricos em relação ao caso a ser analisado.
10. Lembrar que PT conclusivo é bom, mas nem todo bom PT é conclusivo.	Quando não for possível obter todas as evidências e houver mais de uma hipótese plausível, por exemplo, é importante deixar claro o nível de incerteza. Essa honestidade dará mais credibilidade à análise.

Fonte: Silva (2019).

Segundo Pedersen e Beach (2013), existem três variações de rastreamento de processos que se diferenciam de acordo com o propósito da pesquisa, a compreensão da generalidade do mecanismo causal e os tipos de inferências possíveis. A primeira variação é conhecida como "*Theory-test process-tracing*" (Rastreamento de Processo para Teste Teórico). Nesse caso, o objetivo é deduzir uma teoria a partir da literatura existente e testar se as evidências demonstram a presença das partes do mecanismo causal no caso em estudo e se elas funcionam conforme o esperado. A segunda variação é o "*Theory-building process-tracing*" (Rastreamento de Processo para Construção Teórica). Nessa abordagem, o objetivo é construir uma explicação teórica geral com base em evidências empíricas, inferindo um mecanismo causal mais amplo a partir de um caso específico. A terceira variação é chamada de "*Descriptive process-tracing*" (Rastreamento de Processo Descritivo). Nesse tipo de abordagem, o foco está na descrição detalhada e compreensão de um processo específico, sem a intenção de testar ou construir teorias mais amplas.

O processo de construção da explicação dos resultados combina dedução e indução. Na abordagem dedutiva, são realizados testes nos mecanismos existentes apontados pela teoria, a fim de verificar se eles podem explicar os resultados específicos observados. No entanto, nem sempre a teoria oferece esses mecanismos, o que leva à necessidade de recorrer à abordagem indutiva. Essa abordagem utiliza evidências empíricas para buscar uma explicação plausível dos mecanismos causais que levaram ao resultado observado. Esse processo pode ser repetido várias vezes até que o pesquisador esteja satisfeito com as explicações elaboradas para os resultados específicos (SILVA, 2019).

Em resumo, utilizamos a abordagem metodológica do *process tracing* para identificar as variáveis que impactaram nas metamorfoses programáticas, analisando os processos causais que as desencadearam. Nesse contexto, apresentamos o passo a passo que seguimos do rastreamento do processo na pesquisa sobre mudanças programáticas no partido FRELIMO entre 1962 e 1991.

O primeiro passo foi definir claramente o fenômeno a ser estudado, ou seja, as metamorfoses programáticas na FRELIMO. Foi importante estabelecer o objeto de estudo para orientar as etapas seguintes da pesquisa.

No segundo momento, selecionamos o caso a ser estudado, que foi a FRELIMO, devido às mudanças significativas em seus programas ao longo do tempo. A escolha da FRELIMO baseou-se em critérios ligados ao seu histórico e sua importância na construção do Estado moçambicano.

No terceiro passo, estabelecemos hipóteses a serem testadas durante a pesquisa. Elas foram formuladas com base na literatura existente sobre a mudança programática nos partidos políticos.

O quarto passo concentrou-se na coleta dos dados necessários para a pesquisa, que foram obtidos a partir de diversas fontes, como documentos partidários (programas, discursos de líderes partidários durante os congressos, arquivos de entrevistas feitas aos membros do partido nos congressos).

No quinto passo, desenvolvemos um modelo causal que foi utilizado para analisar os dados coletados. Identificamos as variáveis independentes (ou fatores) que influenciaram as metamorfoses programáticas na FRELIMO, bem como as variáveis dependentes (os domínios e categorias) que foram afetadas por essas variáveis.

O sexto passo foi reservado para a análise de *process tracing* propriamente dito. A análise consistiu em examinar de forma detalhada como as variáveis independentes (política

externa, política interna e socioeconômicas) influenciaram as metamorfoses programáticas dos partidos na FRELIMO, através da identificação de mecanismos causais específicos (os indicadores) que ligam as variáveis independentes às variáveis dependentes. No final, foi feita a interpretação dos resultados da análise de *process tracing*.

3.2 *Manifesto Research on Political Representation (MARPOR)*

O MARPOR, é um projeto que tem como objetivo mapear e analisar os programas dos partidos políticos em diferentes países. O projeto utiliza uma série de categorias e domínios para classificar as ênfases programáticas dos partidos políticos.

A ferramenta, apresenta alguns domínios e categorias que consideramos úteis para a pesquisa dos programas dos partidos políticos, a saber: a) A ideologia: nesse quesito, o MARPOR permite a classificação dos partidos políticos em relação às suas posições em diferentes questões políticas, como economia, direitos civis, política externa, entre outros. A análise da mudança de posição dos partidos em relação a essas questões pode fornecer informações importantes sobre a evolução de suas políticas e ideologias; b) O programa político, acolhe o exame dos programas dos partidos políticos ao longo do tempo. A comparação entre diferentes programas de um mesmo partido em diferentes momentos, pode mostrar as mudanças em suas propostas e ideias; c) Participação política, possibilita a classificação dos partidos políticos em relação à sua relação com a democracia e com outras instituições políticas e por último a d) A organização partidária: a categoria da organização partidária do MARPOR que a análise da estrutura e funcionamento interno dos partidos políticos. Ela pode indicar uma alteração na forma como os partidos tomam decisões e formulam políticas.

Relativamente a nossa pesquisa, fizemos o uso do ponto referente aos programas, onde usamos os domínios das relações exteriores, da liberdade – democracia e economia. Eles nos auxiliaram na construção de escolhas das dimensões a serem investigadas e na elaboração dos indicadores. Para tal, inspiramo-nos em algumas das 56 categorias analíticas, que, por cobrirem uma variada gama de temáticas que nos permitiram identificar aquelas mais salientes em cada programa experimentado pela legenda em estudo.

Importa salientar que os domínios e categorias apresentadas pelo MARPOR/CMP, para além auxílio na estruturação das dimensões e indicadores, também serviram para identificar mudanças que planejamos verificar na nossa pesquisa, tais como: a opção por um

determinado modelo econômico e a consequente mudança para outro modelo; a opção por determinado modelo político e a sua posterior mudança.

Para deixar clara a nossa intenção em relação ao MARPOR/CMP, apresentamos na tabela 3, as 56 categorias:

Tabela 3: Domínios e categorias do método padrão do MARPOR

Domínio	Categoria	Domínio	Categoria
1-Relações exteriores	101 - Relações externas especiais 102 - Relações externas especiais 103 - Anti-imperialismo 104 - Fortalecimento militar 105 - Fortalecimento militar 106 - Paz 107 - Internacionalismo 108 - Integração europeia 109 - Internacionalismo 110 - Integração europeia	5 – Bem-estar e Qualidade de Vida	501 - Proteção ambiental 502 - Cultura 503 - Justiça social 504 - Expansão do estado de bem-estar 505 - Limitação do estado de bem-estar 506 - Expansão da educação 507 - Limitação da educação
2 – Liberdade e Democracia	201 - Liberdade E direitos humanos 202 - Democracia 203 - Constitucionalismo 204 – Constitucionalismo	6 – Princípios da Sociedade	601 - Modo de vida nacional 602 - Modo de vida nacional 603 - Moralidade tradicional 604 - Moralidade tradicional 605 - Lei e ordem 606 - Harmonia social 607 - Multiculturalismo 608 – Multiculturalismo
3 – Sistema Político	301 – Descentralização 302 - Centralização 303- Eficácia administrativa e governamental 304 - Corrupção política	7 – Grupos Sociais	701 - Classes trabalhadoras: 702 - Classes trabalhadoras 703 - Agricultura, agricultores 704 - Grupos profissionais

	305 - Autoridade política		705-Grupos minoritários desprivilegiados 706 - Grupos demográficos não econômicos
4 Economia	401 - Livre iniciativa 402 - Incentivos 403 - Regulação de mercado 404 - Planejamento econômico 405 - Corporativismo 406 - Protecionismo 407 - Protecionismo 408 - Objetivos econômicos 409 - Gerenciamento keynesiano da demanda: 410 - Produtividade 411 - Tecnologia e infraestrutura 412 - Economia controlada 413 - Nacionalização 414 - Ortodoxia econômica 415 - Análises marxistas 416 - Controle do crescimento		

Fonte: Klingemann et al. (2006).

Da tabela apresentada identificamos os seguintes domínios e categorias:

1. Domínio das Relações exteriores

Após a ilustração da tabela de domínios e categorias do método padrão do MARPOR, a seguir faremos menção dos elementos retirados e a respectiva argumentação da sua importância para a nossa pesquisa. Importa referir que para além dos domínios e categorias serão acrescentados os indicadores que demonstram o tipo de mudança que cogitamos pesquisar.

Na dimensão política, especificamente na sua componente externa, optamos pelo domínio político das Relações exteriores e como categoria identificamos o internacionalismo. Esse domínio sugere que uma visão das relações exteriores seria balizada pelo não-

intervencionismo, busca pela paz e pela cooperação via instituições internacionais. No quadro teórico das relações internacionais essa visão pode ser caracterizada de duas formas. Ressaltando-se o não-intervencionismo e a crítica à todas as formas de imperialismo (CONTRERA et al, 2018).

a) Categoria - Internacionalismo

Sobre a categoria internacionalismo, o MARPOR refere-se à necessidade de cooperação entre Estados, apoio às organizações internacionais e às estruturas de governança global. Foi uma política fortemente influenciada pela tradição liberal das relações internacionais. Diante da natureza conflituosa decorrente da anarquia no sistema internacional, os liberais vislumbram a possibilidade de transformá-la via uma ordem mais cooperativa, possibilitada por meio de instituições internacionais, cuja visão decorre, sobretudo, dos escritos de Immanuel Kant (2003).

Kant (2003), propõe que, mesmo na ausência de uma autoridade central que governe todos os Estados, é possível alcançar uma convivência pacífica no cenário internacional. Ele argumenta que os Estados, por razões racionais, teriam interesse em se aproximar uns dos outros, reconhecendo os benefícios da paz e os aspectos irracionais da guerra. Segundo essa visão, as repúblicas desempenhariam um papel fundamental na condução de um pacto internacional, formando uma federação de nações livres (SILVA, 2019). Nessa perspectiva, o uso da violência, como o emprego das forças armadas, para resolver conflitos decorrentes da anarquia é rejeitado. Pelo contrário, há uma ênfase nas relações pacíficas que as repúblicas democráticas mantêm entre si e na possibilidade de cooperação internacional (CONTRERA et al, 2018).

A escolha deste domínio e categoria, justifica-se pelo facto de poder explicar a situação em que Moçambique se encontrava no início da década 60. A FRELIMO começou sua luta armada como uma resposta à incapacidade do governo português em reconhecer a necessidade histórica da descolonização. Durante o conflito, houve uma sólida aliança entre o movimento de libertação e os camponeses. A contínua influência do Ocidente em apoiar o controle político e econômico de Portugal sobre o território levou a FRELIMO a fortalecer suas alianças internacionais com a China e a União Soviética.

2. Domínio da Liberdade e Democracia

De acordo com a Freedom House (2021), a liberdade é definida como a capacidade de agir espontaneamente em áreas que não estão sujeitas ao controle governamental ou de outros poderes centralizados. Essa liberdade é avaliada com base nos direitos políticos e nas liberdades civis. Os direitos políticos garantem a participação dos cidadãos no processo político de uma sociedade, por meio do direito ao voto, da competição por cargos públicos e da escolha de representantes que influenciam nas políticas públicas. Já as liberdades civis estão relacionadas à liberdade de expressão, crença e associação, garantia do Estado de Direito e autonomia pessoal diante da interferência estatal (SILVA, 2019).

Portanto, é essencial considerar esse aspecto e sua respectiva categoria ao analisar como a FRELIMO incorporou esses elementos em seu programa.

a) Categoria - Democracia e Direitos humanos

Na presente tese, adotaremos a concepção de democracia conforme apresentada por Robert Dahl em sua obra "Poliarquia" de 1971. Nessa abordagem, tanto os direitos políticos quanto as liberdades civis são considerados fundamentais (SILVA, 2019). Dahl (1971) enfatiza a importância da igualdade dos indivíduos na democracia, na qual cada pessoa possui a capacidade de escolher e expressar suas preferências em relação à sociedade e ao governo por meio de ações individuais ou coletivas. Essas escolhas devem ser tratadas de forma igualitária nos processos burocráticos, sem discriminação com base em seu conteúdo ou causa.

Conforme destacado por Silva (2019), Robert Dahl desenvolveu o conceito de "procedimento mínimo", que consiste em oito condições principais - garantias institucionais - que caracterizam uma sociedade democrática. Essas condições incluem: 1) liberdade para formar e associar-se a organizações, 2) liberdade de expressão, 3) direito ao voto, 4) elegibilidade para cargos públicos, 5) direito dos líderes políticos de competir por apoio, 6) acesso a fontes alternativas de informação, 7) realização de eleições livres e justas, e 8) existência de instituições que formulam políticas governamentais.

3. Domínio da Economia

No domínio da economia, o nosso objetivo passa pelo entendimento das mudanças na categoria da Planificação econômica e liberalização econômica:

a) Categoria - Planificação Econômica

Referimos-nos a planos a longo prazo, de políticas e estratégias. Trata-se de um mecanismo de alocação de recursos contrastado com o mecanismo de mercado. Rosa Luxemburgo (1954) defendia que o fim do capitalismo marcaria o fim da economia política como ciência; com a transição para um modo planificado de produção conscientemente organizado por toda a força de trabalho da sociedade, não haveria mais uma ciência das leis de desenvolvimento da economia (LUXEMBURGO, 1954), mas presumivelmente apenas um corpo de técnicas de planificação. Em conjunto, a estratégia da planificação conduzida por uma economia controlada tornou-se prática corrente nas economias socialistas. Consideramos no presente trabalho planificação econômica a situação inversa à da livre iniciativa empresarial privada. Ou seja, a iniciativa empresarial é centralizada por decisão estatal. Não resta, nesse modelo econômico, espaço de decisão para o particular empreender por conta e vontade própria. Pretendemos neste sentido observar as mudanças sobre esta categoria nos seis programas que perfazem a presente pesquisa. Nos concentraremos nos seguintes indicadores: a) Defesa de Estatização e b) Defesa de uma economia planejada via Estado.

b) Categoria - Liberalização econômica

A liberalização econômica tem o seu sentido relacionado às políticas de desestatização dos investimentos, desregulamentação da ação privada e valorização do sistema de preços de mercado como o fenômeno econômico mais perfeito do funcionamento de uma economia capitalista (FERNANDES, 2001). Ao optarmos por esta categoria para observar as metamorfoses no diz respeito ao processo de liberalização econômica nos programas da FRELIMO, tendo em vista visualizar a presença e mudança do indicador ligado a livre iniciativa nos programas saídos dos seis congressos em estudo nesta tese.

Tabela 4: Domínios e categorias: Dimensão política do programa

Dimensão política do programa		
Domínio	Categoria	Indicadores
Relações exteriores	Internacionalismo	1. Cooperação exclusiva com os países do bloco socialista internacional. 2. Anti-imperialismo 3. Alinhamento com os países do bloco ocidental democrático 4. Alinhamentos com Instituições africanas.
Liberdade e Democracia	Democracia Direitos Humanos	5. Direito das minorias/etnias 6. Direito de existência de oposição 7. Liberdade de imprensa

Fonte: Adaptado do MARPOR.

Tabela 5: Domínios e categorias: Dimensão econômica do programa

Dimensão econômica do programa		
Domínio	Categoria	Indicadores
Economia	Planejamento econômico	8. Defesa de Estatização
	Liberalização econômica	9. Incentivo a livre iniciativa

Fonte: Adaptado do MARPOR

Visando a construir uma análise mais completa e holística do estudo, essas variáveis serão destinadas a explicar seis universos temporais distintos, a saber:

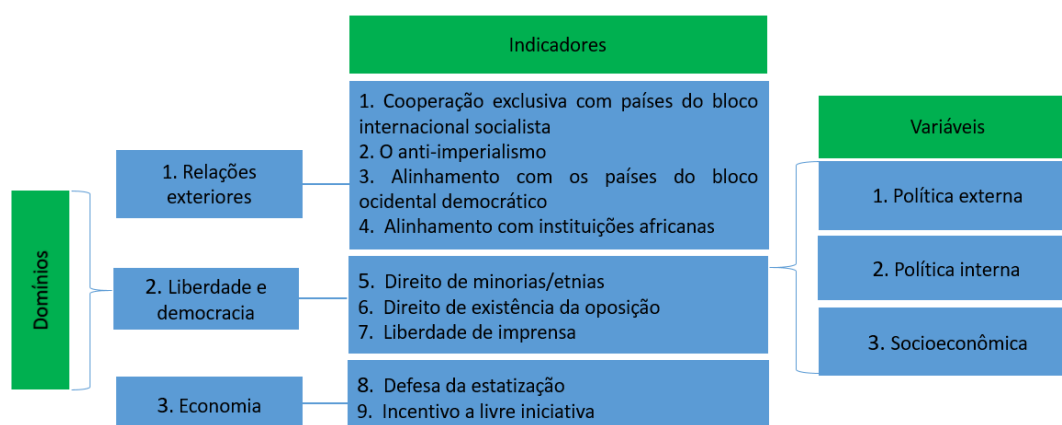
Tabela 6: Os congressos da FRELIMO

Congressos	Data da realização
Primeiro congresso	23 a 28 de setembro de 1962
Segundo congresso	20 a 25 de julho de 1968
Terceiro congresso	3 a 7 de fevereiro de 1977;
Quarto congresso	5 de outubro de 1983
Quinto congresso	12 de dezembro de 1989
Sexto congresso	29 de outubro de 1991

Fonte: o autor.

3.3 Modelo de análise

Figura 1: Modelo de análise



Fonte: o autor.

Nesta seção, descrevemos o modelo de análise que será aplicado na tese. No primeiro momento, o modelo tem como foco a quarta parte do trabalho, que tem por objetivo identificar a presença ou ausência dos indicadores dos domínios nos programas da FRELIMO. Para isso, será apresentado o contexto de cada momento e, em seguida, os programas serão analisados em busca desses indicadores em cada fase.

No segundo momento, o modelo, se refere a quinta parte da presente tese, onde faremos a análise das mudanças programáticas relacionada aos indicadores dos domínios das relações exteriores, da liberdade e democracia e economia. O objetivo do modelo é observar a dinâmica dos indicadores em cada um dos congressos, com o intuito de identificar possíveis alterações. É importante ressaltar que, no tempo 1, serão analisadas apenas as presenças e ausências, já que se trata do primeiro congresso e, portanto, não é possível avaliar mudanças.

Por último, analisaremos o impacto das variáveis política externa, política interna e sócioeconômica sobre os indicadores dos domínios. Nesta parte do trabalho, se cogita explicar como cada variável influenciou na metamorfose dos indicadores dos domínios sempre que se detectou uma alteração. Torna-se importante realçar que, as mudanças não se verificaram em todas as fases. Portanto, o impacto só será analisado nas fases em que as modificações ocorreram.

Por último, nas considerações finais, para além da sintetização das principais conclusões, será feita a análise das variáveis quanto a necessidade e suficiência no âmbito do *process tracing*.

Com o uso do modelo, as variáveis de política externa, política interna e socioeconômica serão submetidas ao teste denominado *Doubly Decisive Test*¹, que busca determinar, se essas variáveis são necessárias e suficientes; necessárias, mas insuficientes ou não necessárias para explicar as mudanças programáticas ocorridas em cada fase e *hoop test*², realizado dentro do processo de rastreamento (*process tracing*), que procura evidenciar que uma variável é necessária, mas não suficiente, para explicar uma determinada mudança.

¹ Modelo de teste do *process tracing*, que procura demonstrar se as evidências são singulares e certas, ou necessárias e suficientes (MAHONEY,2012).

4. OS CONGRESSOS DA FRELIMO E SUAS PRINCIPAIS DECISÕES PROGRAMÁTICAS: 1962- 1991

Na parte quarto, apresentar-se-ão as seis convenções em pesquisa no nosso trabalho, começando pela descrição dos contextos em que os congressos foram realizados. O objetivo central é de descrever a presença/ausência dos indicadores dos domínios e categorias escrutinadas. Contudo, antes, e para que as próprias informações centrais façam mais sentido, é fundamental mencionar alguns aspectos ligados aos antecedentes, contextualização de cada congresso e na sequência a fundação da FRELIMO, o objeto da nossa tese.

4.1 Primeiro Congresso

4.1.1 Contexto

Durante a primeira metade do século XX, houve uma mudança significativa na ordem mundial, especialmente no período entre as duas Guerras Mundiais. Essa mudança foi crucial para criar as condições internacionais necessárias para o surgimento e disseminação de ideias nacionalistas na África. Essas ideias, em grande parte, foram geradas fora do continente africano e espalhadas principalmente na década de 1920 por grupos de intelectuais descendentes de africanos que residiam nos Estados Unidos da América, nas Caraíbas ou nas grandes capitais europeias (ARAÚJO, 2015).

William Du Bois, conhecido como uma figura central do Pan-africanismo³, foi o fundador da Associação Americana para o Progresso das Pessoas de Cor (NAACP). Em 1919, ele organizou o primeiro Congresso Pan-africano em Paris, que reivindicou a adoção de um "*Código de Proteção Internacional aos Indígenas da África*". Esse código defendia direitos fundamentais, como o direito à terra, à educação e ao trabalho livre. No IV Congresso, realizado em Nova York em 1927, Du Bois entrou em conflito com Marcus Garvey, um defensor do "*retorno à África*". Garvey promovia o que chamava de "sionismo negro" e havia

³ O pan-africanismo é uma ideologia que surgiu como uma resposta crítica e de resistência à escravidão, ao colonialismo e à discriminação racial contra as populações de ascendência africana. Ele se manifestou por meio de duas correntes principais: o regionalismo e o continentalismo. O pan-africanismo busca estabelecer um quadro federal africano que promova a democracia e os direitos humanos, com o objetivo de alcançar o autogoverno dos africanos por meio de respeito às minorias raciais e religiosas que desejam viver na África junto à maioria negra. O termo "pan-africanismo" é comparável a outros programas amplos, como o pangermanismo ou o pan-americanismo (DIALLO, 2005).

estabelecido uma companhia marítima chamada Black Star Line, que mobilizou mais de três milhões de afro-americanos (DIALLO, 2006).

Em 1945, durante um V Congresso, em Manchester, George Padmore, natural de Trinidad, conseguiu aprovar um manifesto que proclamava, com orgulho: “Resolvemos ser livres [...] Povos colonizados e subjugados do mundo, uni-vos.” Foi sob sua proteção que a tocha do pan-africanismo militante passou à geração dos futuros líderes da África independente: Jomo Kenyatta (Quênia), Peter Abrahams (África do Sul), Hailé Sellasié (Etiópia), Namdi Azikiwe (Nigéria), Julius Nyerere (Tanzânia), Kenneth Kaunda (Zâmbia) e Kwame Nkrumah (Gana) (DIALLO, 2005, p.10)

Após a Segunda Guerra Mundial, houve uma mudança significativa na situação política do continente africano, com vários territórios conquistando a independência. Esse processo ocorreu principalmente nas décadas de 1960 e 1970. A independência desses estados possibilitou o estabelecimento de organizações regionais, seguindo o modelo existente em outros continentes. Essas organizações desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento da proteção dos direitos humanos, embora muitas vezes apresentassem diversidade de objetivos e métodos. Os estados africanos, no período pós-guerra, enfrentaram duas realidades desafiadoras para conciliar. Por um lado, havia a reconstrução global e a necessidade de reestruturar esforços visando à proteção em diversos aspectos. Por outro lado, havia a progressiva libertação das antigas metrópoles coloniais no âmbito continental, o que exigia uma construção e estruturação completa, partindo quase do zero, tanto em termos políticos, econômicos e jurídicos (em comparação aos padrões ocidentais estabelecidos) (DIALLO, 2005).

A criação de uma organização unitária no continente africano tem suas raízes nos ideais do pan-africanismo, que impulsionaram os movimentos de libertação do colonialismo, especialmente no período pós-guerra. Os primeiros passos em direção à unidade foram dados com as independências de Gana em 1957 e da Guiné (Conacri) em 1958. Esses dois países exploraram a possibilidade de uma federação, que acabou não se mantendo, mas abriu caminho para um movimento de unidade com outras nações africanas. Em 1961, isso resultou na formação do Grupo de Casablanca, sendo que o ano de 1960 é amplamente reconhecido como o Ano da África, quando 17 países conquistaram sua independência (DIALLO, 2006).

Em 1963, foi estabelecida a Organização da Unidade Africana (OUA), juntamente com a criação do Comitê da OUA para a coordenação da luta de libertação da África. A OUA tinha como objetivo principal combater o colonialismo, promover o pan-africanismo e lutar contra o apartheid. Além disso, buscava aumentar a cooperação entre os países membros,

fortalecer a unidade e a solidariedade dos Estados africanos, defender a integridade territorial, a independência e a soberania de seus membros. A organização atuava em áreas como economia, defesa, segurança coletiva e cultura. A Carta da OUA, conhecida como uma carta de libertação, refletia as preocupações essenciais dos Estados africanos, que incluíam a unidade africana, a não interferência nos assuntos internos dos países individualmente e a libertação não apenas do sistema colonial, mas também do neocolonialismo (DIALLO, 2005).

A luta pela autodeterminação nas colônias africanas, caso das colônias portuguesas localizadas na região sul do continente, foi particularmente complexa e demorada em comparação com as colônias inglesas, francesas e belgas. Isso se deve em parte às diferenças de mentalidade dos colonizadores e ao momento histórico em que cada processo de independência ocorreu. As colônias inglesas e francesas obtiveram sua independência mais cedo do que as colônias belgas e portuguesas. O papel das elites africanas foi crucial no movimento de libertação nacional, porém, como destacado pelo historiador M'Bokolo, seu papel teria sido insignificante sem o apoio das massas populares. Essas elites africanas, muitas vezes beneficiadas com educação e estudos superiores na metrópole colonial, utilizaram a língua colonial e ocuparam posições na administração colonial ou na classe mercantil. No entanto, apesar de alguns privilégios relativos, eles eram tratados de forma diferenciada em relação aos colonos brancos. Essa elite africana começou a desenvolver uma consciência de sua identidade africana, reconhecendo sua diferença em relação aos europeus. No entanto, eles enfrentavam restrições significativas, como o acesso limitado a empregos, mesmo que tivessem qualificações inferiores em relação aos colonos brancos. Além disso, eles eram impedidos de ter acesso às terras mais férteis e estrategicamente localizadas, que frequentemente eram alocadas aos colonos recentemente chegados das metrópoles. Essas restrições incluíam diversas formas de submissão e privações, como a falta de direitos naturais sobre a terra (ZECA, 2019).

A persistente sensação de injustiça decorrente das disparidades entre africanos e europeus nas colônias criou um sentimento de dualidade entre as identidades africana e europeia. A observação das práticas de luta por mudanças, tanto pacíficas quanto não pacíficas, durante a estadia dos estudantes africanos nas metrópoles colonizadoras, juntamente com os eventos das relações internacionais da época, levaram à formação de partidos políticos nacionalistas e sindicatos. Essas organizações buscavam alcançar seus principais objetivos, que inicialmente incluíam a busca pela igualdade de direitos e, posteriormente, a politização do movimento e a conquista da autodeterminação. No contexto português, os historiadores

Curtin e M'Bokolo concordam que qualquer forma de organização era ilegal, levando os movimentos de libertação à clandestinidade. Eles eram considerados terroristas e insurgentes, pois não compartilhavam dos interesses e ideais do Estado Novo português, que buscava manter as "províncias ultramarinas" sob seu controle. Como reação à opressão colonial, as ações dos colonizados estimulavam a repressão por parte dos colonizadores, resultando em um ciclo de rebelião armada por parte dos colonizados (ZECA, 2019, p.52)

Como resultado da Conferência de Berlim (novembro 1884 – fevereiro de 1885), foi estabelecido o princípio da ocupação "efetiva", um marco importante para o estabelecimento do sistema colonial. Com a tal deliberação, Portugal esforçou-se em ocupar efetivamente o território moçambicano. Não tendo capital financeiro para tal empreendimento, optou pelo capital estrangeiro (Inglaterra, Bélgica, Suíça), intercalando com as fases nacionalistas. Em simultâneo, o Estado português, por uma legislação específica, permitiu a formação de sociedades de ações denominadas companhias, tendo o Estado transferido à responsabilidade de parte do território moçambicano visando aliar-se aos privados e minimizar os encargos econômicos nas futuras colônias (MARQUES, 2001).

A reação dos moçambicanos as medidas ligadas ao nacionalismo econômico, foi notável e tomou diversas formas, nomeadamente: a resistência rural contra os elevados impostos, contra o recrutamento para o trabalho compulsivo e as injustiças laborais nas plantações; greves e manifestações dos trabalhadores contra os maus tratos e salários baixos; a luta dos intelectuais nas zonas urbanas através da imprensa e dos movimentos associativos (TEMBE, 2014).

O período pós-guerra mundial, trouxe uma nova tendência de resistência ao regime colonial, surgiram associações e movimentos juvenis, tais como o Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique (NESAM); o Núcleo Negrófilo de Manica e Sofala e os Centros e Associações de Lourença Marques e Quelimane, as confissões religiosas, a imprensa serviam de subterfúgio para uma série de reivindicações sócio-políticas. As atividades das associações juvenis foram visíveis na última metade da década de 1940 e em princípios da década de 1950, não obstante, a repressão pelas autoridades coloniais (TEMBE, 2014).

A conjuntura internacional, favorável à autodeterminação dos povos, permitiu a radicalização dos movimentos nacionalistas, o que culminou com a declaração de independências em países sob o domínio colonial no continente africano. O papel econômico atribuído as colônias durante a guerra levaram a expansão dos diferentes setores da economia, incluindo a exploração de recursos minerais estratégicos (especialmente cobre e o urânio).

Esta expansão exigia mais trabalhadores semiespecializados, especializados, daí, registou-se um relativo aumento de trabalhadores africanos em sectores modernos, na sequência o seu treinamento para tarefas burocráticas e técnicas. Este processo tornaria os africanos numa classe emergente que começaria por exigir oportunidades econômicas e igualdade no período pós-guerra (TEMBE, 2014).

Os efeitos da internacionalização da época impulsionaram, de certa forma, a disseminação da consciência nacionalista nas ex-colônias africanas. Nas colônias britânicas e francesas, uma preocupação de maior abertura para a formação de africanos em níveis secundários e universitário. O número cada vez crescente de intelectuais, influenciados pela situação interna e pelos ideais nacionalistas como o pan-africanismo e a negritude, passou progressivamente a liderar o processo de contestação contra o colonialismo nos seus territórios (TEMBE, 2014).

A guerra fria, também teve um papel importante no processo revolucionário. Tendo a segunda guerra produzida duas superpotências – os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que tinham ideologias diferentes, a capitalista e a socialista. Apesar de uma forte ligação com os países colonizadores, os EUA tinham uma tradição democrática e anticolonial que se tornou ativa ao defenderem a descolonização de África e a promoção da ideia do estabelecimento de relações econômicas com os países africanos já independentes. URSS defendia uma ideologia anti-imperialista, contra a dominação colonial, o anticolonialismo dos soviéticos tornou-se mais visível e demonstrou maiores interesses no continente africano, apoiando abertamente os movimentos independentistas (TEMBE, 2014).

A formação da Organização das Nações Unidas (ONU), em São Francisco, EUA, em 1945, constituiu um elemento fundamental ao nacionalismo africano. A Organização mostrou-se mais dinâmica e interventiva em relação a qualquer ameaça à paz. Abriu-se um espaço de reivindicação dos direitos de cidadania dos povos colonizados, naturalmente violados, atingindo facilmente a opinião pública global. A este fator, se acresce a conferência de Bandung, em 1955, que representou o marco formal do que passou a denominar-se de terceiro mundo como unidade ideológica, tendo claramente impulsionado o surgimento dos movimentos independentistas (TEMBE, 2014).

A União das Repúblicas Socialistas, a par de outras nações progressistas e do movimento dos não-alinhados, teria um papel fundamental na ONU, quando apoiou massivamente proposta de resolução contra o colonialismo em África (Declaração Universal

contra o colonialismo), resolução 1541 aprovada a 14 de dezembro de 1960. A declaração constituiu um momento histórico ao apelar a aplicação do princípio de autodeterminação e independência dos povos e a observância da declaração dos direitos humanos, inscritos na carta das Nações Unidas. Na assembleia-geral de dezembro de 1960, para pressionar o regime Salazarista de Portugal e seus aliados, a ONU aprovou as resoluções 1541 e 1542. As intransigências de Portugal perante as decisões da ONU levariam a organização a aprovar a Resolução 1669 de dezembro de 1961, apelando à condenação de Portugal (TEMBE, 2014).

A Líbia foi o primeiro país que alcançou a independência no período após a Segunda Guerra Mundial, em 1951. Na sequência, o Marrocos, Tunísia e Sudão, em 1956. Estes países foram cruciais no auxílio a luta contra o colonialismo no resto do continente. A Argélia só tornaria-se independente em 1962, fruto do processo revolucionário iniciado em 1954. Este país foi importante no apoio aos movimentos revolucionários através da Conferência das Organizações Nacionalistas das colônias Portuguesas (CONCP) e exclusivamente a FRELIMO, que enviou militantes para treinos militares (TEMBE, 2014).

Portanto, o processo de independências expandiu-se ao Sul do Sahara em finais dos anos 50. Na região Austral, os movimentos revolucionários foram visíveis no início da década 60.

Em reação ao ambiente revolucionário que caracterizava o continente africano, Portugal optou pela integração política das suas colônias, estabelecendo um novo estatuto, passando a designá-las por províncias ultramarinas, justificando-se, desse modo, junto a ONU, a não existência de colônias em sua posse. A referida medida criaria a constituição da chamada "zona monetária do Estado português". Outras medidas reformadoras, acompanhadas por uma legislação, foram sendo tomadas, com destaque para a política econômica social, controle das atividades políticas, antes consideradas subversivas (BRITO, 2019).

O massacre de Moeda⁴ em 1960, foi notavelmente a reação radical do regime colonial contra as manifestações de reivindicação da liberdade e justiça social em Moçambique. Foi

⁴ O massacre de moeda em Moçambique em 1960 refere-se a um evento histórico conhecido como "Massacre de Mueda". Em 16 de junho de 1960, um protesto pacífico organizado pela população de Mueda, uma cidade na província de Cabo Delgado, contra o regime colonial português acabou se transformando em um violento confronto com as forças de segurança. O protesto foi motivado pela opressão e repressão enfrentadas pelos moçambicanos sob o domínio colonial português. Durante o evento, a população local ergueu uma bandeira nacional e cantou hinos de resistência. No entanto, as forças portuguesas responderam de forma violenta, resultando em um massacre. Estima-se que centenas de manifestantes tenham sido mortos e muitos outros tenham sido feridos.

precedido por várias petições da população local, exigindo uma administração autônoma dessa região. Após sucessivos fracassos de negociação, em 1959 um grupo de nativos dirigiu-se a administração de Moeda para se reunir com o administrador, não havendo consenso, o administrador ordenou que o exército disparasse sobre a população, causando centenas de mortes. A partir deste momento, ficou claro que o regime colonial não estava interessado em conceder a independência ao povo moçambicano, mas sim na exploração de recursos e mão de obra barata e que a luta pacífica não teria espaço (BRITO, 2019).

Com ambiente interno desfavorável a atividades políticas, a imigração foi a opção escolhida por vários moçambicanos que lutavam em defesa das liberdades políticas. Foi nesse contexto que nasceram na diáspora formações políticas nacionalistas como a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), em 1960, dirigida por Adelino Guambe e constituído por moçambicanos originários das províncias do Sul do Save, Manica e Sofala. Na Rodésia do Sul (atual Zimbabwe), nasceu em 1961 a *Mozambican African National Union* (MANU), constituída por emigrantes moçambicanos que trabalhavam na Tanzânia e no Quênia e os seus membros eram originários das províncias de Cabo Delgado e Niassa. Por último foi formada União Nacional de Moçambique Independente (UNAMI) também em 1961, constituída maioritariamente por indivíduos residentes na província de Tete e posteriormente exilados no Malawi (BRITO, 2019).

A Transferência da UDENAMO para Dar-es-Salam (capital da Tanzânia), deu início a aproximação direta entre os movimentos nacionalistas moçambicanos, intensificando a mobilização de membros no interior de Moçambique e seu envio para Tanzânia, de onde partiam para congressos internacionais de angariação de apoios e denúncia da crueldade do regime colonial português. A participação de movimentos nacionalistas moçambicanos em congressos internacionais africanos, particularmente na conferência de 1962, organizada pela Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), no Gana, serviu como um meio à consciência política dos nacionalistas das colônias portuguesas e possibilitou o alerta ao mundo sobre a crítica situação político, econômico e social dos territórios ocupados. Acelerou a aproximação entre os líderes da MANU e da UDENAMO, culminando com a criação de frente unida entre ambos, sob orientação de Kwame Nkrumah. A frente significou a antecipação ao processo de unificação dos movimentos, servindo de

O Massacre de Mueda tornou-se um marco significativo na luta pela independência de Moçambique, aumentando a conscientização sobre a opressão colonial e intensificando os movimentos de resistência. O evento desencadeou um crescimento na luta armada contra o domínio português, culminando na guerra de independência de Moçambique, que durou de 1964 a 1974

embrião a formação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), criada a 25 de junho de 1962, integrando nesta fase a UNAMI, tendo sido eleito como primeiro presidente o Phd. Eduardo Chivambo Mondlane presidente (TEMBE, 2014).

Primeiro país fronteiriço de Moçambique a tornar-se independente, a Tanzânia não pertencia ao complexo da África Austral, não tinha nenhuns laços de dependência económica em relação aos países da região sob domínio branco. Estava, por isso, em posição de apoiar a oposição ao regime colonial português sem temer o risco de eventuais represálias económicas. A partir desse momento, as várias formações moçambicanas podiam contar com o apoio oficial de um Estado soberano e estabelecerem escritórios em Dar es Salaam. Isso foi importante especialmente para a UDENAMO, que estava ameaçada de extinção. Na verdade, os líderes desta organização próximos do *National Democratic Party* (NDP) de Joshua Nkomo tinham visto as suas atividades proibidas na Rodésia do Sul, onde já se esboçava o processo que levaria alguns anos depois à declaração unilateral de independência pelos colonos (1965) (BRITO, 2019, p.78).

Após a eleição foi marcada a data da realização do primeiro congresso para setembro do mesmo ano e criada a comissão que prepararia os Estatutos e os demais documentos da organização. Importa salientar, que a conferência que deu origem a FRELIMO não esteve isenta de conflitos, a UDENAMO e alguns dirigentes da MANU, não reconheceram a nova liderança sufragada, abandonaram a organização. A FRELIMO conseguiu mobilizar mais militantes no interior de Moçambique e nos países vizinhos e ganhou auxílio internacional, portanto estes elementos permitiram a FRELIMO consolidar e legitimar a sua posição, como o único movimento revolucionário de Moçambique reconhecido pela Organização de Unidade Africana (OUA) (BRITO, 2019).

4.1.2 Indicadores do domínio das relações exteriores

Objetiva-se explorar os aspectos ligados as relações entre a FRELIMO, Bloco socialista, o ocidente e as organizações internacionais africanas. Começamos pela análise da presença ou não dos indicadores no primeiro momento.

Com os indicadores: cooperação exclusiva com os países do bloco socialista internacional (1); o anti-imperialismo (2); alinhamento com os países do bloco ocidental democrático (3) e alinhamento com as instituições africanas (4), do domínio das relações exteriores, categoria – internacionalismo, pretende-se verificar a trajetória programática da

presença ou ausência destes elementos no período em análise (1962-1991). Sem, no entanto, focar-se nas mudanças. Essas serão tratadas na parte cinco, referente as mudanças programáticas.

Em relação ao *indicador (1)*, a Cooperação exclusiva com os países do bloco socialista internacional, o congresso da FRELIMO considerou ser necessário estabelecer laços com os países que se encontravam envolvidos na luta revolucionária. O programa saído do primeiro congresso continha 24 pontos, dos quais nenhum em concreto referiu-se à cooperação exclusiva com o bloco socialista. Justificava-se na altura pelo facto de a FRELIMO não ter aderido aos blocos militares no âmbito da guerra fria, como pode-se verificar no ponto 21 do programa da FRELIMO- "a não adesão aos blocos militares" (FRELIMO, 1962, p, 30). Pode-se nesse sentido chegar a conclusão de que O indicador A não estava presente de forma explícita no programa da FRELIMO.

Quanto ao anti-imperialismo, o nosso *indicador (2)*, a esse respeito, é clara a contribuição da teoria marxista em relação à categoria "Anti-imperialismo". O MARPOR define o escopo desta categoria na identificação, nos manifestos partidários, de referências negativas ao comportamento imperial ou manifestação de forte influência, seja política, militar ou econômica, de um Estado sobre outros Estados e também de organizações financeiras internacionais sobre Estados. Essa categoria encontra fundamento na obra de Vladimir Lênin. Para Lênin (2010), a luta de classes no plano internacional manifesta-se por meio do conflito entre Estados nacionais, que ele classifica como "oprimidos" e "opressores", sendo os primeiros caracterizados como imperialistas. Estes, na fase monopolista do capitalismo, expandiram a busca de novos territórios (as colônias), criando condições para a exportação de capital e apropriação de novos mercados para investimento e novas fontes de matérias-primas. Lênin (ibid) acreditava, contudo, que a internacionalização do capitalismo por meio da expansão colonial das potências imperialistas levaria ao conflito e à guerra. O programa fundacional da FRELIMO é bastante claro em relação à presença do *Indicador (2)*. Como pode ser visto nos seguintes números:

2. Liquidação geral do colonialismo português em todas as suas formas de manifestações; 3. Luta por todos os meios para a liquidação, em Moçambique, da dominação colonial portuguesa e todos os vestígios do colonialismo e imperialismo; 13. Liquidação de todas as relações econômicas de tipo colonialista e imperialista; 17. Liquidação da educação e cultura colonialista e imperialista, reforma do ensino em vigor, combate enérgico e rápido ao analfabetismo. (FRELIMO, 1962, p. 26-29).

O Alinhamento com os países do bloco ocidental democrático, *indicador (3)*. Refere-se ao posicionamento da FRELIMO face ao bloco ocidental. Observando o programa não é claro o tal alinhamento referido no indicador. Neste sentido consideramos a ausência do *indicador (3)*, mesmo após analisar o ponto nº 23, que se refere a "colaboração com todos os povos do mundo inteiro na base do respeito mútuo, da soberania nacional e da integridade territorial, não agressão, não ingerência nos negócios interiores, igualdade e reciprocidade de vantagens, coexistência pacífica" (FRELIMO, 1962, p. 30).

O *indicador (4)*, referente ao alinhamento com as instituições africanas não está explícito no programa, apesar de o ponto nº 5 referir-se a:

Colaboração com todos os povos africanos que lutam pela independência" e no 22, ater-se na questão da "colaboração na edificação da unidade de todos os povos do continente Africano, na base do respeito da liberdade, da dignidade e do direito ao progresso político, econômico e social desses povos" (FRELIMO, 1962, p. 30).

Por este motivo consideramos presente no programa fundacional da agremiação, a questão do alinhamento com as organizações internacionais africanas.

Tabela 7: Presença/ausência dos indicadores do domínio das relações exteriores

Indicadores	Presença/Ausência
1	N
2	S
3	N
4	S

S-Presente; N- Ausente
Fonte: FRELIMO (1962).

4.1.3 Indicadores do domínio da liberdade e Democracia

No concerne ao *indicador (5)*, *direito minorias/etnias* do domínio da Liberdade e Democracia, a legenda inscreveu no seu programa fundacional que "União e mobilização de todos os moçambicanos de todas as camadas sociais residentes em Moçambique e no estrangeiro, sem discriminação de origem étnica, de condições de fortuna, de confissão religiosa ou de sexo"(FRELIMO, 1962, p.26). Fica claro que a organização pautava pela unidade nacional sem discriminação, o que em síntese pode-se dizer que a FRELIMO era contra a identificação dos moçambicanos baseadas na questão étnica e tribal.

A justificativa pode estar relacionada aos conflitos internos de poder entre diferentes grupos durante a formação da FRELIMO e durante a luta de libertação. Durante esse período, foram relatadas manifestações de etnicismo, sendo a mais significativa a realização de reuniões periódicas e clandestinas por parte dos militantes oriundos da região sul, conhecidos como o "*Grupo do Sul*". Essas reuniões ocorriam à margem das estruturas estabelecidas nos estatutos da organização e visavam determinar a estratégia a ser adotada dentro do movimento para manter a hegemonia regional e garantir a permanência no poder. Embora esses indivíduos estivessem cientes de que suas ações quebravam a unidade da guerrilha, eles pareciam indiferentes às implicações ou consequências para o futuro da FRELIMO (BARNABÉ NCOMO, 2003; BRITO, 2018).

Em relação ao *indicador (6)*, o *direito de existência da oposição*, não há menção alguma desta questão. Essa ausência pode ser explicada pela própria postura da FRELIMO que sempre se assumiu como única força capaz de liderar o processo de luta pela independência.

O *indicador liberdade de imprensa (7)*, também não é tido nem achado no primeiro programa da FRELIMO. Se considera deste modo ausente.

Tabela 8: Presença/ausência dos indicadores do domínio da liberdade e democracia

Indicadores	Presença/Ausência
5	N
6	N
7	N

S-Presente; N- Ausente

Fonte: FRELIMO (1962).

4.1.4 Indicadores do domínio da economia

Analisando o programa fundacional sobre a presença dos indicadores do domínio da economia, se pode observar que o *indicador (8)*, *defesa de estatização*, categoria – planejamento econômico, não foi mencionado pela organização. Dos aspectos relacionados a economia se distinguem os seguintes pontos:

1. Direito inalienável da nação moçambicana de dispor de si mesma no plano político, diplomático, econômico, social, cultural, ou qualquer outro plano.

2. Liquidação de todas as relações econômicas de tipo colonialista e imperialista.
3. Reconstrução econômica e desenvolvimento da produção a fim de transformar Moçambique, de um país colonial e subdesenvolvido, num país economicamente independente, industrial, desenvolvido, moderno, próspero e forte (FRELIMO, 1962, p.27).

Também não foi feita qualquer menção relacionada tanto à liberalização econômica, assim como do *indicador (9)*, ligado a *livre iniciativa*. Seguindo o modelo de análise da presente tese, consideramos a ausência do indicador.

A citação acima, leva-nos a concluir que no programa fundacional da legenda, os *indicadores (8) e (9)* estavam ausentes.

Tabela 9: Presença/ausência dos indicadores do domínio da economia

Indicadores	Presença/Ausência
8	N
9	N

S-Presente; N- Ausente

Fonte: FRELIMO (1962).

4.2. Segundo Congresso

4.2.1 Contexto

A partir de 1965, com o avanço da luta nas províncias de Cabo Delgado e Niassa, várias zonas foram abandonadas pela administração colonial. Portanto, nestes espaços, que se estendiam por vários quilômetros, o sistema colonial sobrevivia somente da força repressiva. O surgimento desses espaços, dava início ao processo de materialização da ação revolucionária encabeçada pela FRELIMO. Naturalmente exigia-se a definição de uma linha clara de orientação que concretizasse os objetivos da frente (FRELIMO, 1977).

Segundo a FRELIMO (1977), desaparecida a presença administrativa e econômica das autoridades coloniais, permaneciam, no entanto, estruturas feudais e com elas as autoridades antidemocráticas (autoridades tradicionais)⁵, a opressão da mulher, da juventude e

⁵ A organização considerou as "autoridades tradicionais" como os novos exploradores do povo moçambicano. As autoridades tradicionais eram líderes locais que governavam as comunidades rurais e mantinham laços estreitos com as autoridades coloniais portuguesas. A FRELIMO viu essas autoridades como colaboradores do regime colonial e como uma das principais barreiras para a libertação de Moçambique do domínio português. Como

divisionismo tribal. Surgiram, por outro lado, os novos exploradores, elementos que começaram a manifestar intenção de substituir os colonialistas na exploração do povo.

Foi neste contexto que teve lugar a sessão do comitê central da FRELIMO em 1966. A sessão analisou o processo de luta e os principais problemas decorrentes do aparecimento das zonas semi-libertadas. Definiu orientações que permitiriam criar uma nova organização econômica e social. Para a FRELIMO (1977), o processo foi particularmente difícil em Cabo Delgado. As estruturas locais (autoridades tradicionais) eram elementos que viam na revolução a possibilidade de substituir as autoridades coloniais. Revelaram-se abertamente nas fileiras, elementos com ambições econômicas, o que desencadeou uma luta ideológica e política no seio da organização. Corroborando com os dizeres da FRELIMO, Brito (2019, p.63) afirma:

Em 1968 surgiu uma nova conjuntura que pressionou a FRELIMO a reavaliar o seu programa. Depois de algum sucesso no processo revolucionário surgiram as chamadas "zonas libertadas" onde a influência e administração colonial haviam sido eliminadas. Se por um lado o processo de luta continuava intacta, por outro havia necessidade de estabelecer diretrizes para lidar com essas zonas. Foi neste sentido estabelecida uma organização político-militar integrada. Através da reorganização das "zonas libertadas" e nomeadamente da implantação da nova estrutura de poder, ignorando oficialmente o poder e a organização social linhageira⁶, a liderança da FRELIMO estabelecia na prática os mecanismos para incluir as sociedades rurais no seu projeto nacionalista e revolucionário. As "zonas libertadas" tornaram-se assim uma prefiguração do futuro Estado independente.

A questão deu origem a um choque entre duas linhas ideológicas opostas na Frente, a saber, uma facção "socialista revolucionária" e "pequeno-burguesa". A versão lançada pelos vencedores em 1969 argumentou-se que a polarização foi o resultado de visões conflitantes sobre como a produção deveria ser organizada nas zonas libertadas. Com o passar do tempo,

resultado, a FRELIMO lançou uma campanha para mobilizar as comunidades rurais e derrubar a autoridade das autoridades tradicionais, a fim de enfraquecer o controle do governo colonial em Moçambique (FRELIMO, 1977).

⁶ Segundo o antropólogo britânico Pritchard (1940, p.21), que estudou as sociedades africanas, uma organização social linhageira é um tipo de organização social em que as relações sociais e políticas são estruturadas em torno de grupos de parentesco e linhagens. Essa organização é comum em sociedades tradicionais, em que a transmissão de propriedade e poder é feita de geração em geração, seguindo uma linhagem específica. Nesse tipo de organização social, a descendência é vista como uma linha contínua, e a lealdade e o compromisso com o grupo são baseados nas relações de parentesco. A linhagem pode ser matrilinear (quando a descendência é rastreada através da linhagem feminina) ou patrilinear (quando a descendência é rastreada através da linhagem masculina).

ficou claro que o conflito era, na verdade entre visões relacionadas à natureza de um Moçambique pós-independente (SIMPSON, 1993, p. 6).

Dispostos de um lado estavam os notáveis Makonde⁷ do dominante grupo étnico na província mais setentrional de Cabo Delgado, onde A FRELIMO iniciou a sua luta armada. Liderados por Lázaro Nkavandame, eles tentaram entrar no vácuo criado nas áreas liberadas pela saída de agricultores e lojistas portugueses, e procuraram definir-se como agentes econômicos privados responsáveis pela comercialização de excedentes de camponeses através da fronteira na Tanzânia, e como gerentes das cooperativas de consumo estabelecidas pela FRELIMO. Esses "novos exploradores", para empregar o termo posteriormente anexado a este grupo de indivíduos, eram supostamente vistos pelos camponeses como sendo tão exploradores quanto os portugueses. Os líderes da facção radical no movimento, ansiosos para evitar a degeneração da luta armada em um exercício de simples substituição de rostos negros por brancos, começou a alargar sua agenda política, perspectivando incluir a eliminação das desigualdades criadas pelo colonialismo e o fim da exploração do homem por homem.

Após a vitória da facção socialista no segundo Congresso em julho de 1968, foram encorajadas a agricultura cooperativa, uma escolaridade básica e um sistema de saúde primário. Além disso, foram criados comitês de aldeia democraticamente eleitos para realizar funções administrativas, judiciais e atividades básicas. Acredita-se que a receptividade popular a essas reformas tenha contribuído para o sucesso subsequente da FRELIMO em Cabo Delgado.

As clivagens surgiram numa primeira fase, sob forma de divergências de opiniões, mas na realidade mascaravam a luta de seguimentos sociais distintos. As estruturas locais se opunham à coletivização da produção e ao estabelecimento das cooperativas. Queriam manter a propriedade privada, opondo-se a criação de lojas controladas pela FRELIMO, tinham a intenção de dar continuidade ao modelo das lojas coloniais.

De acordo com a FRELIMO (1977), os colonizadores tentaram estabelecer uma definição do inimigo com base na cor da pele, usando essa camuflagem para ocultar sua

⁷ Os macondes são um grupo étnico que vive principalmente no norte de Moçambique, na região da província de Cabo Delgado. Eles são um dos maiores grupos étnicos de Moçambique e têm uma rica história e cultura próprias. Os macondes são conhecidos por sua habilidade artística, especialmente na escultura em madeira e na produção de máscaras tradicionais. Suas esculturas são apreciadas internacionalmente e são reconhecidas por sua expressividade e detalhes intrincados. Tradicionalmente, os macondes têm uma organização social baseada em clãs e são predominantemente agricultores, cultivando principalmente mandioca, milho, feijão e outros produtos agrícolas. Durante o período colonial, os macondes enfrentaram repressão e marginalização, assim como outros grupos étnicos em Moçambique. No entanto, após a independência de Moçambique em 1975, houve um esforço para promover a diversidade étnica e cultural do país, reconhecendo e valorizando as contribuições dos macondes e de outros grupos étnico

natureza exploradora e inimiga. Eles buscaram impor uma visão distorcida do inimigo, afirmando erroneamente que não havia exploradores negros, e que apenas os brancos eram exploradores. Eles incitaram as massas a atacarem os soldados brancos capturados. A militância e o patriotismo eram avaliados com base no grau de pigmentação. Aqueles considerados verdadeiros militantes e patriotas eram os negros, enquanto todos os outros, independentemente de suas tarefas ou como as realizavam, eram considerados inimigos ou colaboradores. Essas posições de classe tinham o objetivo de confundir as massas na identificação do verdadeiro inimigo, a fim de perpetuar o sistema de exploração. *"A prática demonstrou-nos que, os defensores destas posições eram os mesmos que exploravam o povo, que se opunham às cooperativas, que desviavam fundos da comercialização para as suas contas bancárias"* (FRELIMO, 1977, p. 20).

Logo após o estabelecimento das zonas libertadas, surgiram diversos problemas que afetaram a coesão interna do movimento. A existência de dois grupos com visões divergentes sobre o curso da luta armada gerou conflitos internos, resultando em confrontos abertos, conspirações e assassinatos. As principais contradições diziam respeito à natureza da guerra (curta ou longa duração), às táticas empregadas (guerrilha ou guerra regular) e à gestão administrativa das zonas libertadas (autoridade central, sistema econômico e comercial). Além disso, havia disputas de liderança no movimento e falta de consenso em relação à expansão da guerra para a região de Tete, entre outros problemas (CHINGOTUANE, 2015).

Segundo Chingotuane (2015), com o objetivo de resolver as tensões e conflitos internos que atingiram o ponto mais crítico em 1968, a FRELIMO decidiu realizar seu II Congresso. A realização desse congresso era crucial para a sobrevivência do movimento. Com o intuito de demonstrar sua força e controle sobre uma parte significativa do território nacional, e também de estabelecer sua legitimidade perante a comunidade internacional, a FRELIMO optou por realizar o congresso em solo moçambicano. Assim, em julho de 1968, o II Congresso da FRELIMO foi realizado em Matchedje, na província do Niassa, marcando a primeira vez que o congresso ocorria em Moçambique. Entre as várias decisões tomadas durante o congresso, três destacaram-se e confirmaram a natureza revolucionária da guerra: a reafirmação da continuidade da guerra popular como forma de luta, o estabelecimento do poder popular para administrar as zonas libertadas e o reconhecimento da importância das milícias populares em apoiar as forças de guerrilha.

Enquanto que, o primeiro Congresso de setembro de 1962 deu ênfase à libertação, em 1968 surgiu uma nova conjuntura que obrigou a FRELIMO a reavaliar o seu programa

político. O sucesso do movimento em estabelecer as "zonas libertadas" onde o poder do colonialismo português foi eliminado, significava que as questões sobre os objetivos finais da revolução foram inevitavelmente colocadas em primeiro plano, e surgiu uma disputa sobre como esses espaços deveriam ser organizados.

Dessa forma, o segundo congresso contou com a presença de 170 delegados e observadores, provenientes de todas as províncias do país e envolvidos em diferentes setores da luta. A participação significativa daqueles que estavam engajados na luta armada e derrotavam o exército colonial assegurou a representatividade do congresso. Além disso, permitiu um amplo debate que levou ao aprofundamento da linha de orientação e criou condições políticas para que os militares e as massas se distanciassem dos novos exploradores (FRELIMO, 1977).

O segundo congresso estabeleceu as bases para resolver as contradições existentes dentro da FRELIMO, entre aqueles que defendiam os interesses do povo moçambicano e aqueles que apenas buscavam substituir o colonialismo português como uma nova força exploradora. Foram definidas diretrizes para o sucesso da luta armada e para alcançar os objetivos da Revolução Democrática Nacional, que incluíam o fim da dominação colonial, a eliminação das estruturas opressivas feudais e fascistas, e a disseminação das liberdades democráticas em todo o país. O congresso impulsionou os combatentes e as massas nas zonas libertadas a iniciar o processo de transformação da luta armada em uma Guerra Popular Revolucionária. Aprovou a estratégia da Guerra Popular Prolongada, que se baseava na ampla mobilização e participação das camadas populares, visando derrubar o sistema de exploração (FRELIMO, 1977).

Durante o mesmo congresso, foi aprovada a tese política de clemência em relação aos prisioneiros de guerra, o que demonstrava e aprofundava a definição do inimigo. Além disso, foi anunciada a tese fundamental do estabelecimento do Poder Popular. Com o objetivo de consolidar e expandir as áreas libertadas, buscando promover o progresso econômico e social das massas e transformar as bases sociais da sociedade, tornava-se necessário estabelecer um novo tipo de poder. Esse poder deveria atender às profundas aspirações de transformação e justificar os grandes sacrifícios realizados, tanto em sua natureza, métodos e objetivos (FRELIMO, 1968).

No Congresso, também foram aprovadas as teses relacionadas à política externa da FRELIMO, que situaram a luta como parte integrante da luta global dos povos pela construção de uma sociedade livre da exploração do homem pelo homem. O colonialismo e o

sistema imperialista, foram definidos como os inimigos a serem combatidos. O Congresso saudou os países africanos que apoiavam a luta, especialmente aqueles que serviam como retaguarda segura, e também saudou os países socialistas pelo cumprimento de seu dever internacionalista. A FRELIMO reafirmou seu internacionalismo, expressando solidariedade com as lutas de outros povos (FRELIMO, 1968).

Em termos de estrutura, o programa do segundo congresso está dividido em quatro partes, a saber: i) Resoluções sobre a luta armada; ii) Resoluções sobre a reconstrução nacional; iii) Resoluções sobre administração das zonas libertadas e iv) Resoluções sobre a política externa.

4.2.2 Indicadores do domínio das relações exteriores

Descrevendo especificamente o *indicador (1)*, ligado a política externa, importa referir que enquanto no primeiro congresso não estavam descritos aspectos inerentes a cooperação com os países do bloco socialista, no segundo este elemento é referido em diversos momentos, tal como podemos observar no terceiro parágrafo do ponto n° 2:

O congresso aprecia e estimula a importante ajuda que os países socialistas da Europa e da Ásia tem dado a luta do povo moçambicano, e que constitui uma contribuição de grande relevo para o sucesso da revolução moçambicana. E no primeiro parágrafo do ponto n° 5: "o congresso constata que a luta dos governos dos países socialistas pela consolidação do socialismo, é uma grande contribuição à luta geral dos povos contra o imperialismo, e um apoio importante para os movimentos de libertação nacional" (FRELIMO, 1968, p.11).

Ficou patente ainda que segundo a FRELIMO (1968), os sucessos alcançados pelo povo moçambicano na luta armada contra o colonialismo português e o imperialismo, são devidos em particular ao auxílio material que a FRELIMO tem recebidos dos países socialistas. As relações de cooperação e solidariedade entre a organização e os governos dos países socialistas, revestia-se de uma grande importância, e constituíam um fator de progressão da luta contra o imperialismo, por isso o congresso:

- a) Declara a solidariedade total da FRELIMO e de todo povo moçambicano para com os povos, organizações e governos dos países socialistas que estão empenhados na luta pela consolidação do socialismo e contra o imperialismo;

- b) Decide intensificar ainda mais as relações de cooperação, amizade e de solidariedade entre a FRELIMO e os países socialistas (FRELIMO, 1968, p.12)

O *indicador (1), cooperação exclusiva com os países do bloco socialista internacional* se mostrou ausente no segundo congresso, não representando uma mudança.

Sobre o *indicador (2), o anti-imperialismo* está patente em quase todo texto, tal como foi no primeiro congresso. Mas com maior incidência no segundo momento. Do texto podemos retirar os seguintes trechos que atestam a presença do indicador:

No nº1, o congresso reforça o seu empenho na luta armada contra o colonialismo e o imperialismo, para a conquista da independência nacional e a instalação de uma ordem social popular em Moçambique. A luta deve ser integrada no movimento mundial de emancipação dos povos, que visa a liquidação total do colonialismo e o imperialismo e a construção de uma sociedade livre de exploração de homem para homem. O congresso declara que a FRELIMO e todo povo moçambicano continuarão a desenvolver e a consolidar as suas alianças e a dar a sua máxima contribuição ao movimento popular mundial contra o colonialismo e o imperialismo, para emancipação econômica, política, social e cultural dos povos, e para a construção de uma sociedade livre da exploração de homem para homem. No nº, o congresso refere que, a luta que o povo moçambicano, sob a liderança da FRELIMO, está travando contra o colonialismo português e o imperialismo, goza da simpatia e apoio mundiais (FRELIMO, 1968, p.11).

No que concerne ao *indicador (3), alinhamento com os países do bloco ocidental democrático*, pode-se apurar que a FRELIMO defendia que o sucesso e continuação da guerra por parte de Portugal contra o povo moçambicano era devido à ajuda que lhe era concedida, principalmente pelos seus aliados da república sul-africana e da Rodésia do Sul, pelos países ocidentais e seus aliados da OTAN (Organização do tratado Atlântico Norte). Portanto, para a FRELIMO estes países, através da OTAN, ou diretamente apoiavam a política criminosa do governo colonial português, por isso o congresso:

- a) Condenava a aliança dos governos de Portugal, África do Sul e da Rodésia do Sul, que constituí uma conspiração imperialista contra a liberdade e a independência dos povos da África Austral, e visa perpetuar a supremacia branca nesta região do globo. b). Condena os países membros da OTAN, em particular os Estados Unidos da América, a Alemanha ocidental, a França, a Inglaterra, a Itália, a Bélgica, bem como o Japão pelo apoio militar, financeiro e moral que dão ao governo colonialista-fascista português, e que permite a este, continuar a realizar a sua política colonialista, retrógada e criminosa de guerra genocida contra o povo de Moçambique, e, também, contra os povos de Angola e da Guine (FRELIMO, 1968, p.12)

As considerações dão conta de que o *indicador (3)* não pode ser considerado como presente no programa do segundo congresso da FRELIMO.

Relativo ao *indicador (4)*, *alinhamento com a instituições africanas*, esta patente no programa da FRELIMO no item que aborda a questão da política externa, no ponto nº1 refere o seguinte:

A luta integra-se no movimento mundial de emancipação dos povos, que visa a liquidação total do colonialismo e o imperialismo, a construção de uma sociedade livre de exploração de homem para homem. Por isso a FRELIMO desenvolveu e criou relações de solidariedade e amizade com os povos, as organizações e governos que lutam para a realização desses objetivos. A FRELIMO estabeleceu relações com todos os países socialistas e organizações progressistas do mundo ocidental. A FRELIMO é membro das seguintes organizações internacionais: Conferencia das organizações nacionalistas das colônias portuguesas (CONCP); Organização da Unidade Africana (OUA); Organização da Solidariedade da África e Ásia (OSPAA); Organização da solidariedade dos povos de África e Ásia e América Latina (OSPAAAL) e o Conselho Mundial da Paz (CMP) (FRELIMO, 1968, p.8).

Resumindo pode-se chegar ao entendimento de que o *indicador (4)* estava presente no segundo momento, diferente do congresso anterior, onde não estava explicito quais organizações a FRELIMO estava alinhada. No entanto, no segundo momento, descritivamente são indicadas as principais organizações internacionais africanas nas quais a agremiação estava filiada.

Tabela 10: Presença/ausência dos indicadores do domínio das relações exteriores

Indicadores	Presença/ausência
1	N
2	S
3	S
4	S

S-Presente; N- Ausente

Fonte: FRELIMO (1968).

4.2.3 Indicadores do domínio da liberdade e Democracia

No segundo momento, o *indicador (5)*, relativo ao *direito das minorias/ étnicas*, também está ausente e não representou alteração em relação ao posicionamento do anterior congresso. Segundo a FRELIMO (1968) o fracasso das lutas passadas foram o resultado da falta da organização e principalmente da unidade entre as várias tribos de Moçambique. E

quando a FRELIMO foi criada em 1962, ela fixou como tarefas fundamentais a realização da unidade de todo povo para a luta. Seguindo a linha traçada no congresso anterior, propunha:

Engajar a participação de todas as forças patrióticas moçambicanas, de todas as camadas sociais, no campo, nas povoações e nas cidades. Eliminar todas as causas de divisão entre os diferentes grupos étnicos moçambicanos e construir a nação moçambicana na base da igualdade de todos e do respeito pelas particularidades regionais (FRELIMO, 1968, p.8-9).

Os indicadores (6) direito de existência de oposição e (7) liberdade de imprensa, não são mencionados nos documentos programáticos do segundo congresso.

Tabela 11: Presença/ausência dos indicadores do domínio da liberdade e democracia

Indicadores	Presença/Ausência
5	N
6	N
7	N

S-Presente; N- Ausente

Fonte: FRELIMO (1968).

4.2.4 Indicadores do domínio da economia

Tal como o primeiro congresso, o foco do programa do segundo congresso visava estabelecer instrumentos para o alcance da independência nacional. As questões de natureza econômica não foram debatidas ao detalhe a ponto de se optar por um determinado modelo econômico. Mas importa referir neste período a FRELIMO já havia libertado duas províncias da ocupação portuguesa (Cabo-Delgado e Niassa). Colocando-se a necessidade de encontrar formas de gestão destes espaços outrora denominadas "zonas libertadas".

Analisado o programa, identificamos uma e única proposta de natureza econômica inscrita pela organização no congresso de 1968. O referido trecho dizia o seguinte: "*promover a construção nacional, desenvolvendo a produção agrícola, industrial, artesanal, comercial e organizando as cooperativas*" (FRELIMO, 1968, p. 9).

Neste congresso, também não houve referência alguma relacionada a livre iniciativa. A pesquisa mostrou que no segundo momento, A FRELIMO manteve os posicionamentos tomados na reunião fundacional.

Sintetizando, chega-se ao entendimento que os indicadores (8) defesa de estatização e (9) incentivo a livre iniciativa, também não estavam presentes nos documentos programáticos do primeiro congresso.

Tabela 12: Presença/Ausência dos indicadores do domínio da economia

Indicadores	Presença/Ausência
8	N
9	N

S-Presente; N- Ausente

Fonte: FRELIMO (1968).

4.3 Terceiro Congresso

4.3.1 Contexto

Após a Proclamação da Independência nacional em 1975, a organização que liderou o processo de luta de libertação nacional assumiu o poder em substituição do regime colonial português. No entanto, a FRELIMO continuou como um movimento até fevereiro de 1977, altura em que realizou o seu terceiro congresso e conseqüente alterado o seu estatuto, tornando-se em um partido político e a sua linha de orientação política, assente na base da ideologia marxista-leninista. O terceiro Congresso da FRELIMO marcou um momento significativo, pois nele foram tomadas importantes decisões, incluindo a escolha do "socialismo" como modelo de regime, o estabelecimento de um sistema de partido único e a centralização do poder. No entanto, durante o processo de luta armada, surgiram inclinações socialistas através das relações e apoio diversificado fornecidos pelos países socialistas da época. Seria contraditório para a FRELIMO optar por um regime diferente, sem ter estabelecido relações ou recebido apoio desses países (BRITO, 2009; NEWITT, 2012;). Ao adotar o modelo socialista, foram criadas as condições para que a FRELIMO pudesse continuar colaborando com essas nações, como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a China, que eram adversários constantes do capitalismo ocidental.

Segundo a FRELIMO (1977), para concretização destes objetivos da luta pela independência havia necessidade de definição de estratégica e tática que envolviam a determinação de tarefas de implementação imediata, deveriam ser desenvolvidas e reforçadas de acordo com as condições concretas de cada fase do desenvolvimento. Portanto no âmbito do terceiro congresso deu-se particular atenção as seguintes questões:

- Ao aumento contínuo da produção e da produtividade em todos os sectores da vida económica, o que implicava a mobilização política e a organização dos trabalhadores nas unidades de produção.

- Aos trabalhadores, enquadrados nas suas organizações de classe, serão definidas tarefas concretas, desenvolverão a sua atividade aplicando criadoramente a linha política do Partido e terão responsabilidades no controlo operário da produção.
- A formação de quadros qualificados política, científica e tecnicamente para assegurar a direção e a gestão económica das empresas. O estabelecimento da emulação socialista.
- O aproveitamento racional dos recursos naturais e dos meios de produção, promovendo a sua utilização económica e a modernização das técnicas e processos de produção.
- A proteção e desenvolvimento do sector económico estatal, centrando a sua ação nos sectores chave da economia, potenciando a sua atividade de modo a torná-lo, progressivamente, no elemento determinante da economia nacional;
- Ao aumento da influência do Estado na direção, planificação e controle da economia; o desenvolvimento harmonioso da economia exige o estabelecimento dum equilíbrio correto entre os sectores produtivos e sociais nas várias regiões do País e uma adequada articulação entre os diversos sectores da atividade económica, o que requiere a planificação cada vez mais aperfeiçoada e científica da economia e, conseqüentemente, a criação das bases para essa planificação;
- Ao apoio, dinamização e desenvolvimento da produção coletiva sob a forma de cooperativas tornando-as dominantes no campo.
- Ao apoio, dinamização e desenvolvimento das Aldeias Comunais, estratégia do nosso desenvolvimento no campo onde a maior parte da nossa população vive, de uma forma dispersa. A sua organização em Aldeias Comunais, é uma exigência fundamental do desenvolvimento económico. Com efeito, só com a organização da produção coletiva nas Aldeias Comunais será possível mobilizar e utilizar racionalmente as nossas potencialidades para promover o aumento da produção e da produtividade, criar excedentes, desenvolver as forças produtivas, estender os benefícios sociais as largas massas, acelerar a solução dos problemas dos transportes, comunicações e comercialização.
- A propriedade estatal e a propriedade cooperativa, estabelecendo novas relações de produção, constituirão a base económica do Poder Popular Democrático. O estabelecimento de uma economia independente liberta das relações de exploração impostas pelo sistema capitalista mundial, exige o rompimento da situação de dependência de sujeição ao imperialismo. A concretização deste princípio exigirá o percurso dum longo caminho e materializar-se à medida que se fortaleça e desenvolva a base económica, estatal e cooperativa, que se imponham as relações de produção de tipo socialista na economia e se reforce o controle do sector privado (FRELIMO, 1977, p. 15).

Segundo a FRELIMO (1977), para a concretização dessas ideias as condições já estavam criadas, tanto no plano interno como no plano externo, para a passagem à etapa

seguinte da "revolução moçambicana"- A etapa da Revolução Democrática Popular. Tal como foi descrito no seguinte trecho:

No plano interno a classe operária e o campesinato que hoje detém o poder político no nosso País, estão determinadas a romper com a herança de dependência e a miséria, estão convencidas que a verdadeira libertação das massas se encontra apenas iniciada. Elas querem prosseguir o combate pela elevação constante do seu nível de vida, o combate pela satisfação crescente das suas necessidades materiais e espirituais. Os trabalhadores compreenderam desde há muito que esse combate é indissociável do combate contra o sistema de exploração do homem pelo homem, contra o capitalismo, contra o imperialismo. No plano mundial vivemos a etapa histórica da transição do capitalismo ao socialismo. O imperialismo, estado supremo do capitalismo, encontra-se em fase de declínio e é obrigado a recuar em todas as frentes, embora disponha ainda de forças poderosas (FRELIMO, 1977, p. 9).

O programa aprovado no terceiro congresso estava dividido nas seguintes partes: a) no âmbito político e ideológico; b) no âmbito económico; c) no âmbito do trabalho e da política social; d) no âmbito da saúde; e) no âmbito da educação e cultura; f) no âmbito da política externa; g) no âmbito do Estado; no âmbito da defesa e da segurança pública e i) o partido e o povo moçambicano.

4.3.2 Indicadores do domínio das relações exteriores

Analisando a presença do *indicador (1), cooperação exclusiva com os países do bloco internacional socialista*, importa salientar que diferentemente do anterior programa, o de 1977 não descreve de forma explícita a cooperação com os países do bloco socialista, mas afirma no n° 2 do capítulo sobre a política externa que o "Partido desenvolve e consolida as relações com o movimento operário internacional e com os Partidos marxistas-leninistas, nossos aliados naturais" (FRELIMO, 1977, p.28).

Mais adiante no n° 7 do mesmo capítulo do programa o congresso refere que:

O Partido preconiza o estabelecimento de relações de amizade e cooperação da República Popular de Moçambique com todos os Estados independentemente dos seus regimes sociais e políticos". Portanto, neste exceto fica patente a ideia de que se abandonava a questão do alinhamento exclusivo com os países do bloco socialista e a organização passava a estabelecer cooperação com todos os regimes (FRELIMO, 1977, p.28).

Ao se referir aos partidos marxistas-leninistas como aliados naturais, se pode concluir que o *indicador (1)* estava presente, verificando-se assim uma ligeira mudança em relação à forma implícita como indicador foi mencionado no terceiro momento.

No tocante ao *indicador (2)*, o *anti-imperialismo*, foi citado em três momentos no capítulo referente a política externa. A primeira citação encontra-se logo na introdução do capítulo nos seguintes termos:

No âmbito das relações internacionais o Partido aplica uma política externa independente, baseada na luta pela Paz, pela Democracia e pelo Progresso, no esforço da frente mundial anti-imperialista e na luta contra o colonialismo, o racismo, neocolonialismo e o imperialismo (FRELIMO, 1977, p. 27).

As outras menções podem ser observadas nos números 5 e 6 do mesmo capítulo, onde se refere que:

5. O Partido estabelece, consolida e desenvolve relações de amizade com todas as forças democráticas e progressistas do Mundo, visando o reforço da frente mundial anti-imperialista.

6. O Partido defende e apoia o movimento dos países não alinhados como instrumento de luta contra o imperialismo e pela independência económica (FRELIMO, 1977, p. 27).

No entanto, confirma-se a presença do indicador e não se vislumbram mudanças no que concerne a atitude anti-imperialista da FRELIMO no programa do terceiro congresso.

Quanto ao *indicador (3)*, *alinhamento com o bloco ocidental democrático*. O programa refere apenas que a FRELIMO, "preconiza o estabelecimento de relações de amizade e cooperação da República Popular de Moçambique com todos os Estados independentemente dos seus regimes sociais e políticos"(FRELIMO, 1977, p.27). Trata-se de uma questão que contrasta com o principal objetivo da organização que tinha a ver com a luta contra o imperialismo identificado com os países ocidentais. Portanto, este facto denota inexistência de mudanças e ausência do *indicador (3)* no programa de 1977.

Sobre o *indicador (4)* *alinhamento com as instituições africanas*. A política externa da legenda preconizou que era pela "unidade dos Povos e Países Africanos, na base da independência e soberania nacionais, da reconquista da dignidade humana para os povos do continente e da luta pelo progresso político, económico e social" (FRELIMO, 1977, p.31). O treco deixa evidente que o indicador esteve presente no congresso de 1977.

Tabela 13: Presença/ausência dos indicadores do domínio das relações exteriores

Indicadores	Presença/Ausência
1	S
2	S
3	N
4	S

S-Presente; N- Ausente

Fonte: FRELIMO (1977).

4.3.3 Indicadores do domínio da liberdade e democracia

No concernente a presença dos indicadores do domínio da liberdade e Democracia, categoria Direitos Humanos, importa referir que relativamente ao *indicador (5), direito de minorias/etnias*. Os documentos não fazem menção a esse indicador.

No que diz aos *indicadores (6) e (7), direito a existência de oposição e liberdade da imprensa*, não foi encontrada a sua inscrição no programa do congresso de 1977. Mantiveram-se os posicionamentos do anterior congresso, tendo em conta que a FRELIMO se definia como a "força dirigente do Estado e da sociedade moçambicana e o centralismo democrático se constituía o princípio de organização e de trabalho no seio do Partido" (FRELIMO, 1977, p. 30). O mesmo texto reforça que:

A República Popular de Moçambique é um Estado de ditadura democrática revolucionária dos operários e camponeses. Ela exerce o seu poder contra os inimigos do Povo, os capitalistas, contra o imperialismo e os seus agentes, e no interesse da proteção e defesa das conquistas revolucionárias e da soberania e integridade territoriais (FRELIMO, 1977, p.29).

Após a transformação do movimento independentista para partido de matriz marxista e leninista ficou a orientação pelo congresso de que deveriam ser desenvolvidas ações para a criação de novas organizações democráticas de massas, tais como:

a) A Organização da Mulher Moçambicana (OMM) deverá prosseguir e intensificar o seu trabalho com vista à emancipação da mulher moçambicana, através do engajamento cativo e consciente da mulher nas múltiplas tarefas da revolução democrática popular. b). Os trabalhadores devem constituir -se em organizações de trabalhadores capazes de desempenhar um papel decisivo na consciencialização política e na defesa dos interesses dos trabalhadores. c) O Partido criará a organização da juventude moçambicana e a organização dos continuadores, as quais incumbe a grandiosa tarefa de educação patriótica e socialista das novas gerações que virão a constituir no futuro a principal fonte de quadros para a

FRELIMO. d) Serão constituídas Associações de Camponeses Cooperativistas, através das quais se promoverá a defesa dos interesses dos camponeses cooperativistas, e consolidará o espírito coletivo dos camponeses e se reforçará a aliança operário –camponesa. e). Serão criadas organizações de jornalistas, escritores, artistas e outros grupos profissionais, f) O Partido mobilizará as massas para a criação de associações de moradores, prioritariamente nas aldeias comunais. Estas associações contribuirão de forma decisiva para a organização da vida das massas em moldes coletivos e democráticos. São elas que conduzirão os moradores a dirigirem efetivamente a vida da sua aldeia ou bairro. g) O Partido dará especial atenção à formação de associações de solidariedade. Estas associações contribuirão pela sua ação para apoiar a luta mundial contra o imperialismo e a exploração e, por isso mesmo, para educar o nosso povo no espírito internacionalista. 4. O trabalho das organizações democráticas de massas será orientado e apoiado pelo Partido a todos os níveis. Todas as instâncias e todos os membros do Partido devem participar ativamente no trabalho das organizações democráticas de massas (FRELIMO, 1977, p.36).

Com a citação pode-se facilmente chegar ao entendimento de a FRELIMO tinha ou pretendia controlar todos as esferas e sectores da sociedade moçambicana.

No âmbito das questões de natureza étnica refere-se no texto programático que:

O Partido prossegue a luta contra todas as manifestações negativas das sociedades tradicional-feudal e colonial-capitalista e pela criação de uma nova mentalidade científica e, portanto, materialista Assim o Partido : desenvolve uma luta pela consolidação da unidade nacional , ideológica e de classe, contra os fatores de divisão do nosso Povo, em especial contra o tribalismo, etnicismo, o regionalismo e o racismo; conduz o combate contra todas as manifestações do idealismo tradicional-feudal, em especial o obscurantismo, a superstição e as tradições reacionárias (FRELIMO, 1977, p. 13)

Tabela 14: Presença/ausência dos indicadores do domínio da liberdade e democracia

Indicadores	Presença/Ausência
5	N
6	N
7	N

S-Presente; N- Ausente

Fonte: FRELIMO (1977).

4.3.4 Indicadores do domínio da economia

A política econômica adotada pela República Popular de Moçambique tinha como principal objetivo atender às necessidades do povo, promovendo um desenvolvimento planejado e equilibrado da economia nacional, aproveitando plenamente seu potencial econômico. Além disso, buscava estabelecer relações econômicas com outros países com base na reciprocidade de benefícios, no respeito mútuo e na não interferência nos assuntos internos (FRELIMO, 1977).

Segundo a FRELIMO (1977) a política econômica do partido visava a edificação duma economia independente, planificada e avançada, capaz de satisfazer as necessidades elementares do povo, e de realizar as condições para a passagem à etapa superior da revolução socialista. Para a prossecução destes objetivos, o congresso propunha o seguinte no ponto nº 1 e 3, referente ao âmbito econômico do programa:

1. O Partido e o Estado darão especial atenção ao aumento da produção e da produtividade nos sectores agro -pecuário e industrial, em particular através: - da mobilização e organização dos trabalhadores em moldes coletivos; da formação de quadros qualificados política, científica e tecnicamente; - da modernização das técnicas de produção.
2. Aumentar cada vez mais a influência do Estado na direção, planificação e controlo da economia nacional, tanto no sector estatal, como no sector privado, de forma a garantir que os recursos do País sejam utilizados no interesse do Povo. As estruturas económicas herdadas do colonialismo devem ser gradualmente substituídas por estruturas ao serviço do Povo, cabendo ao Estado a direção desse processo de organização e relançamento da economia. Numa fase inicial, o Partido e o Estado devem dedicar particular atenção à organização de um sistema de comercialização ao serviço das massas (FRELIMO, 1977, p. 15).

No concernente a presença do *indicador (8), defesa da estatização*, fica clara a presença do mesmo nos documentos programáticos de 1977. E se observa uma mudança em relação aos primeiros dois congressos.

Da análise feita aos documentos programáticos do terceiro congresso, voltamos a verificar a não inclusão de aspectos que nos levassem a concluir a presença do *indicador (9), a livre iniciativa*.

Tabela 15: Presença/ausência dos indicadores do domínio da economia

Indicadores	Presença/Ausência
8	S
9	N

S-Presente; N- Ausente

Fonte: FRELIMO, (1977).

4.4 Quarto Congresso

4.4.1 Contexto

No início da década 1980, a crise econômica e a guerra civil começaram a reforçar-se mutuamente. Tendo como efeito imediato o colapso dos projetos econômicos de natureza socialista, a pressão vinda da guerra encabeçada pela RENAMO, a ocorrência de calamidades naturais, como enchentes, seguidas de estiagem, criaram fome generalizada, impuseram o redimensionamento das opções e das estratégias econômicas até aí escolhidas.

Para enfrentar essa situação, Hanlon *et al* (2008) argumentou que Moçambique buscou se aproximar da comunidade internacional em busca de ajuda. Os doadores, liderados pelos Estados Unidos, condicionaram seu apoio à mudança em direção ao Ocidente, chegando a ensaiar um boicote que só foi suspenso quando as autoridades moçambicanas assinaram o Acordo de Nkomati e se juntaram ao FMI e ao Banco Mundial em 1984 (HANLON; SAMART, 2008, p. 35). De acordo com Hermele (1990), o Acordo de Nkomati marcou uma clara divisão entre Moçambique orientado para o Leste e um país mais voltado para o Ocidente. O autor ressalta que o acordo "sinalizou uma mudança de alianças no cenário internacional". A nova aliança levou ao pedido de adesão de Moçambique às instituições de Bretton Woods (FMI e BM), pois seis meses após a assinatura do acordo, o país solicitou sua adesão. Com o acordo, as autoridades moçambicanas reconheceram a dependência econômica de Moçambique em relação à África do Sul (HERMELE, 1990). É importante mencionar que a economia de Moçambique sempre esteve estruturalmente ligada à República da África do Sul (RSA).

Em 1983, o IV Congresso da FRELIMO reuniu para analisar a crise econômica e social que o país vivia e decidiu adoptar as Diretrizes Económicas e Sociais para contrariar o declínio. O IV Congresso reconheceu que a vitória sobre o subdesenvolvimento assentava no apoio concentrado e integrado do sector de produção familiar, em especial na atividade agropecuária, assegurando os recursos necessários em instrumentos de trabalho, meios de produção e bens essenciais para a troca no campo. Por outro lado, recomendava uma forte combinação dos pequenos e grandes projetos para o combate à fome e o aumento de receitas em divisas no país. (CHICHAVA, 2001:4)

Na óptica de Egero (2004), face aos problemas que afetavam o país, como a fome, guerra e a falta de investimentos (principalmente, vindo da URSS, aliado natural da FRELIMO), houve necessidade de se convocar o 4º Congresso da FRELIMO, que não tinha por objetivo avaliar os sucessos da construção das fundações das sociedades socialistas, mas sim procurar soluções para os problemas mais prementes, tendo-se traçado um programa a médio prazo de readaptação econômica e de renovação da mobilização. Segundo o mesmo autor, foram os primeiros sinais rumo a emergência da abertura econômica e política.

Em resumo, os antecedentes que culminaram com a realização do quarto congresso da FRELIMO, realizado em 1983, foram os seguintes: A guerra civil, o país estava envolvido em uma longa guerra civil contra a guerrilha anticomunista da RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), que causou mortes, deslocamentos e destruição de infraestrutura. Embora a RENAMO tenha se autodenominado como um movimento de resistência anticomunista, sua agenda política e motivações foram além disso. Além de se opor ao governo socialista do FRELIMO, o movimento também buscava reivindicar uma maior representação política para as comunidades locais e etnias que se sentiam marginalizadas pelo regime no poder.

A crise econômica se agravou devido aos efeitos da guerra, à carência de investimentos e à redução dos preços das matérias-primas no mercado global. Essa conjuntura adversa provocou a escassez de alimentos, que se acentuou ainda mais em decorrência dos conflitos armados e da desaceleração econômica, resultando em desnutrição em grande parte da população. A dependência externa, Moçambique dependia muito de ajuda externa para lidar com seus problemas econômicos e sociais, o que limitava sua independência e autonomia.

Em termos de estrutura, o programa do quarto congresso estava distribuído em 12 temas, sendo: a) âmbito político, ideológico; b) no âmbito econômico; c) no âmbito do trabalho e da política social; d) no âmbito da saúde; e) no âmbito da educação e cultura; f) no âmbito da política externa; g) no âmbito do Estado; h) no âmbito da defesa e segurança; o partido e povo moçambicano e j) o trabalho com os quadros.

4.4.2 Indicadores do domínio das relações exteriores

No que diz respeito ao *indicador (1)*, a *cooperação exclusiva com os países do bloco internacional socialista*, o programa salienta no seu ponto nº 4 que:

O Partido desenvolve e consolida as relações com o movimento operário internacional e com os outros partidos marxistas-leninistas, nossos

aliados naturais. O Partido orienta o Estado para um reforço constante das relações de amizade e cooperação com os outros Estados socialistas (FRELIMO, 1983, p.56).

Conclui-se que até 1983 a FRELIMO manteve o seu posicionamento relacionado a prioridade de cooperação com os países do bloco socialista, tal como no programa de 1977.

Quanto ao *indicador (2), o anti-imperialismo*, também continuou como a política oficial do partido, como pode ser visto na seguinte na introdução do capítulo da política externa com a seguinte citação:

No âmbito das relações internacionais o Partido aplica uma política externa independente, baseada na luta pela paz, pela democracia e pelo progresso, no esforço da frente mundial anti-imperialista e na luta contra o imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo e o racismo (FRELIMO, 1983, p.54).

Posicionamento reforçado nos números 5 e 6, quando o partido afirmava que:

5. O Partido estabelece, consolida e desenvolve relações de amizade com todas as forças democráticas e progressistas do mundo, visando o reforço da frente mundial anti-imperialista.

6. O Partido defende e apoia o Movimento dos Países Não-Alinhados como instrumento de luta contra o imperialismo e pela independência económica (FRELIMO, 1983, p.56).

Em relação ao *indicador (3), o alinhamento com os países do bloco ocidental democrático*, é notável a sua ausência, como aconteceu nos primeiros três congressos realizados, o que representa continuidade face a esse grupo de países.

Do *indicador (4), o alinhamento com as instituições africanas*, a legenda manteve o posicionamento do anterior congresso. O que representava a continuidade posicional do partido face ao alinhamento com as organizações internacionais africanas.

Tabela 16: Presença/ausência dos indicadores do domínio das relações exteriores

Indicadores	Presença/Ausência
1	S
2	S
3	N
4	S

S-Presente; N- Ausente

Fonte: FRELIMO (1983).

4.4.3 Indicadores do domínio da liberdade e democracia

No tocante ao *indicador (5)* relativo ao *direito das minorias*, o texto programático mantém o mesmo posicionamento do congresso de 1977. Concluindo-se também a ausência do indicador nos documentos programáticos da organização.

O *indicador (6)*, *direito de existência de oposição*, também não foi mencionado, mantendo-se inalterada a questão do *direito de existência da oposição*. Tal como podemos perceber no seguinte trecho do programa de 1983:

A República Popular de Moçambique é um Estado de ditadura democrática revolucionária dos operários e camponeses. Ela exerce o seu poder contra os inimigos do povo, os capitalistas, o imperialismo e os seus agentes, e no interesse da proteção e defesa das conquistas revolucionárias e da soberania e integridade territoriais. Ao mesmo tempo o Estado serve os verdadeiros interesses do povo moçambicano e garante, pela primeira vez na nossa História, uma ampla democracia e a possibilidade de todo e qualquer cidadão moçambicano participar na tomada de decisões a nível dos diversos sectores da sociedade. Uma condição básica para a aplicação da nova ordem social em Moçambique é o fortalecimento e consolidação do poder do Estado. O aparelho de Estado Socialista deve ser forte e unitário. Para tal o Partido toma medidas no sentido de: Fazer do centralismo democrático a base do trabalho e das relações entre os órgãos do Estado; Assegurar a todos os níveis a ligação entre os órgãos do Estado e o povo, e organizar a participação ativa de todos os moçambicanos em todos os sectores da atividade social; simplificar o processo de trabalho ao nível do aparelho de Estado e eliminar o burocratismo ainda existente (FRELIMO, 1977, p. 54-55).

Portanto, a FRELIMO afirmava que Moçambique era um Estado de ditadura democrática e revolucionária e que o mesmo tomava todas as decisões referente ao Estado. Fica esclarecido logo de partida que não havia espaço para existência da oposição política no território moçambicano.

Sobre o último *indicador (7)*, do domínio da liberdade e democracia, a *liberdade de imprensa*. O programa não faz nenhuma referência a respeito, apenas refere que o Partido cria organizações de professores, jornalistas, escritores, artistas e de outros grupos profissionais. O que quer dizer, que o partido tenha sob gestão todas as áreas profissionais, não havendo espaço para a liberdade de imprensa no sector das comunicações.

Tabela 17: Presença/ausência dos indicadores do domínio da liberdade e democracia

Indicadores	Presença/Ausência
5	N
6	N
7	N

S-Presente; N- Ausente

Fonte: FRELIMO (1983).

4.4.4 Indicadores do domínio da economia

No âmbito econômico, o quarto congresso manteve o posicionamento e acrescentou vários pontos que consolidavam o papel do Estado na planificação econômica. Dos vários excertos do programa referentes as questões do fórum econômico, destacaremos os seguintes:

2. Proteger, alargar e desenvolver o sector económico estatal nos campos decisivos da vida económica, para que este se torne o elemento determinante e dinamizador da economia nacional. O Partido orienta o Estado para que dirija as empresas estatais de modo a aumentarem a produção e a produtividade, conduzindo a uma sempre crescente autonomia administrativa e financeira, e em que as receitas sejam superiores às despesas.

3. Aumentar cada vez mais a influência do Estado na direção, planificação e controlo da economia nacional, tanto no sector estatal, como nos sectores cooperativo, familiar e privado, de forma a garantir que os recursos do país sejam utilizados no interesse do povo. As estruturas económicas herdadas do colonialismo devem ser gradualmente substituídas por estruturas ao serviço do povo, cabendo ao Estado a direção desse processo de organização e relançamento da economia. Compete ao Estado promover, organizar e controlar a cooperação e a correta divisão de trabalho entre o sector estatal, o sector cooperativo e o sector privado do comércio. O Estado controla o comércio grossista a nível nacional e provincial, bem como a circulação de mercadorias.

15. Desenvolver gradualmente o sistema de direção e planificação da economia que deverá garantir a implementação da política económica e social do Partido e dinamizar a participação dos trabalhadores e órgãos locais do poder na direção económica e social do país.

17. Definir e pôr em prática uma política de crédito de apoio efetivo aos sectores prioritários da nossa economia, nomeadamente às empresas estatais e cooperativas, na agricultura, indústria e comércio (FRELIMO, 1983, p13).

Apresentadas as citações do programa saído do congresso de 1983, chega-se à conclusão da presença do *indicador (8)*, a *defesa da estatização*. Nota-se também a inexistência da alteração posicional em relação ao terceiro congresso, realizado em 1977.

Quanto a presença e mudança do *indicador (9), incentivo a livre iniciativa*, o programa do quarto congresso não sofreu alterações neste quesito. Segundo os escritos do programa, nota-se o aprofundamento do controle estatal sobre a economia em quase todos os níveis. Dito isto, somos pela ausência e inalteração do indicador no quarto momento.

Tabela 18: Presença/ausência dos indicadores do domínio da economia

Indicadores	Presença/Ausência
8	S
9	N

S-Presente; N- Ausente

Fonte: FRELIMO (1983).

4.5. Quinto Congresso

4.5.1 Contexto

O quinto congresso da FRELIMO, em 1989, foi um momento histórico importante para a mudança radical do partido. Foi anunciada a ruptura formal com as políticas do modelo marxista-leninista até a data vigentes. Em relação a essa opção política, Cahen (2006) refere a FRELIMO foi o primeiro Partido Estado no mundo a abandonar de forma voluntaria“ o marxismo”.

Tal como a estrutura do programa da FRELIMO de 1983, o de 1989 também estava dividido em 12 temas, a saber: a) no âmbito do Estado; b) no âmbito da defesa e segurança; c) no âmbito do desenvolvimento econômico e tecno-científico; d) no âmbito do trabalho; no âmbito da ação social; e) no âmbito da habitação; f) no âmbito da saúde; no âmbito da educação; g) no âmbito da cultura; h) no âmbito da comunicação social; i)no âmbito da cultura; j) no âmbito da comunicação social; k) no âmbito do desporto e educação física e l) no âmbito da política externa.

4.5.2 Indicadores do domínio das relações exteriores

A questão da *cooperação exclusiva com os países do bloco internacional socialista*, indicador (1), não é referenciada de forma explícita em nenhum dos pontos relativos à política externa. Mas num dos trechos do capítulo sobre a política externa, o congresso ressalva:

Na implementação dos princípios sobre a política externa, devem ser preservadas as particulares relações de amizade e cooperação com as nações e forças políticas que sempre estiveram do lado do estado e do povo moçambicano nos momentos mais difíceis da sua história (FRELIMO, 1989, p 45).

Quando analisada a trajetória histórica do partido, desde a independência até ao congresso de 1989, as nações que estiveram do lado da organização foram as do bloco socialista. Portanto, verifica-se nesse caso uma mudança de postura por parte da FRELIMO ao não se referir no seu programa de forma objetiva aos países do bloco visto que no congresso anterior ter priorizado a cooperação com essas nações.

O indicador (2), o *anti-imperialismo*, também não foi mencionado de forma explícita tal como foi nos primeiros três congressos. Mas um trecho nos chama atenção no sentido de mudança de posição em relação a esse indicador, do texto extraímos o seguinte:

O nosso Partido é solidário e apoia moral, política e diplomaticamente os movimentos de libertação que lutam contra o apartheid, o racismo, a dominação colonial, bem como os povos que lutam pela independência e pelo direito de escolherem livremente os seus sistemas políticos e económicos sem qualquer tipo de pressões, ameaças ou interferências externas (FRELIMO, 1989, p.44).

O excerto ressalta a mudança do posicionamento face a questão do anti-imperialismo que a legenda sempre de forma enfática preconizou nos seus anteriores programas.

O indicador (3), *alinhamento com os países do bloco ocidental democrático*, de forma cautelosa, o congresso defendeu a política do não alinhamento e apoiava o direito das nações de escolherem livremente os seus sistemas políticos e económicos sem qualquer tipo de pressões, ameaças ou interferências externas. Também referiu em um dos pontos o seguinte:

O Partido pugna pela paz, pela democracia e pelo progresso, apoiando e encorajando a eliminação dos focos de tensão, a erradicação do colonialismo, racismo, apartheid, pelo fim da miséria, da injustiça e de todos os fatores geradores de conflitos e de guerras (FRELIMO, 1989, p. 45).

O que pressupõem uma presença tímida do indicador e uma ligeira alteração do posicionamento relacionado ao alinhamento com os países do bloco democrático ocidental nos documentos programáticos aprovados no encontro.

Referente ao *indicador (4), alinhamento com as instituições africanas*, o congresso foi bastante enfático, tendo evocado o seguinte:

Partido FRELIMO defende e apoia a OUA, o Movimento dos Países Não- Alinhados e o Sistema das Nações Unidas como instrumentos privilegiados para a discussão e solução dos grandes problemas da humanidade e para a promoção da cooperação internacional. O Partido orienta o Estado a seguir uma política de não alinhamento ativo, na convicção de que o Movimento dos Países Não - Alinhados é um fator de promoção da paz e de reforço da independência dos povos, evitando a bipolarização do mundo (FRELIMO, 1989, p 45).

Fica confirmada a presença do *indicador (4), alinhamento com as instituições africanas*, representando novamente uma mudança programática quando comparado com o programa anterior, onde a OUA não foi sequer mencionada.

Tabela 19: Presença/ausência dos indicadores do domínio das relações exteriores

Indicadores	Presença/Ausência
1	N
2	N
3	S
4	S

S-Presente; N- Ausente

Fonte: FRELIMO (1989).

4.5.3 Indicadores do domínio da liberdade e democracia

Em relação ao *indicador (5), direito das minorias/etnias*, o partido é peremptório na reafirmação do posicionamento tomado no anterior congresso, dizendo o seguinte:

Reforça a unidade nacional e orienta a todos os patriotas moçambicanos que se engajem no projeto de construção da nação moçambicana, combatendo firmemente todos os fatores de divisão do povo, em especial o tribalismo, o regionalismo e o racismo (FRELIMO, 1989, p. 20)

Não se observando a presença do *indicador (5)* no programa de 1989. Tal como se apresenta na citação acima, a FRELIMO sempre lutou contra o divisionismo baseado nos elementos descritos.

Não existem referências em relação ao *indicador (6)*, *direito de existência de oposição*. O congresso manteve as suas disposições do anterior congresso sublinhando o seguinte:

O papel dirigente do Partido em relação ao Estado expressa-se no seguinte: i) O Partido define a estratégia e tática do Estado de democracia popular que desenvolve a liberdade e participação dos cidadãos; ii) O Partido traça as linhas de orientação fundamentais de desenvolvimento em todas as esferas da vida social. Essas linhas de orientação inspiram as leis do Estado. As leis do Estado exprimem assim a aplicação da política do Partido e iii) O Partido cria condições para que em todos os órgãos do Estado se fortaleçam e consolidem as organizações do Partido, para aí assegurarem a aplicação da linha política do Partido (FRELIMO, 1989, p.24)

A ilação que se pode reter do texto é a confirmação da não existência de espaço para oposição política à FRELIMO, visto ela ser proprietária do papel dirigente do Estado e de todas as esferas da sociedade.

Do *indicador (7)*, relacionado a *liberdade de imprensa*, o partido reconhecia o papel da imprensa no desenvolvimento e consolidação da unidade nacional, na defesa das conquistas do povo moçambicano, na educação, mobilização e organização de todo o povo para a prossecução dos programas de luta contra o subdesenvolvimento. Neste domínio adianta que se reserva a:

1. Dinamizar a aplicação da política nacional da comunicação social no quadro da defesa dos interesses nacionais do povo moçambicano.
2. Orientar a estratégia da comunicação social no sentido de fortalecer a unidade nacional e de contribuir para a construção da Nação moçambicana, promovendo a divulgação da história e cultura moçambicana com vista ao continuo enraizamento dos cidadãos nos valores nacionais.
3. Orientar os órgãos de comunicação social no sentido de contribuírem para a elevação do nível cultural dos cidadãos, no quadro do desenvolvimento de uma cultura nacional.
4. Promover a divulgação eficiente no território nacional dos acontecimentos e das realidades nacionais e internacionais e a transmissão no exterior da imagem correta do país.
5. Promover a formação e capacitação de quadros para o trabalho da comunicação social (FRELIMO, 1989, p. 43).

Fica subjacente o controle da imprensa por parte da organização, quando reserva para si a tarefa de aplicar a política nacional, orientar as estratégias de comunicação, orientar os

órgãos de comunicação. Portanto, estes elementos levam-nos a concluir a ausência de liberdade da imprensa, assim como a manutenção do posicionamento do congresso de 1983.

Tabela 20: Presença/ausência dos indicadores do domínio da liberdade e democracia

Indicadores	Presença/Ausência
5	N
6	N
7	N

S-Presente; N- Ausente

Fonte: FRELIMO (1989).

4.5.4 Indicadores do domínio da economia

No quinto congresso, no capítulo sobre o desenvolvimento econômico e técnico-científico se observam dois posicionamentos divergentes. Por um lado, a FRELIMO refere-se a questão do planejamento econômico, por outro, de forma hesitante nota-se a presença de argumentos favoráveis a abertura econômica. Sobre os aspectos ligados ao planejamento econômico, citaremos os seguintes:

A política econômica do partido realiza-se através do desenvolvimento planificado e harmonioso da economia nacional, com base na plena utilização das nossas potencialidades e através do incremento das relações económicas com outros países fundadas na reciprocidade de benefícios, no respeito mútuo e na não ingerência nos assuntos internos. No processo de construção de uma sociedade livre da exploração do homem pelo homem a política do Partido visa a criação de uma economia independente, planificada e avançada, capaz de satisfazer as necessidades fundamentais do povo, tomando em consideração o nível de desenvolvimento das forças produtivas. A materialização da política económica do Partido exige que a direção da economia se realize através da adopção, pelos órgãos estatais competentes, de planos que constituam ferramenta privilegiada da regulação da atividade económica e do desenvolvimento orientado e planificado da economia por períodos a médio e longo prazo (FRELIMO, 1989, p.32).

E os posicionamentos referentes a abertura econômica ou de livre iniciativa:

Ao mesmo tempo que o êxito da realização das complexas tarefas de desenvolvimento económico e técnico - científico exige uma programação no tempo e no espaço, tomando os planos Estatais Centrais como base, é necessário aperfeiçoar e desenvolver o quadro legal que crie um ambiente propício para a participação ativa dos diferentes regimes de propriedade - a propriedade estatal, cooperativa, familiar e privada - no desenvolvimento económico e social do país e no reforço da democracia popular. O sector

privado deve continuar a ser encorajado e os empresários nacionais e estrangeiros incentivados a dedicarem-se com maior afinco à produção de alimentos e produtos estratégicos de exportação (FRELIMO, 1989, p. 35-36).

Essas abordagens remetem-nos a concluir que se tratou de uma fase de transição de uma economia centralmente planificada para uma economia aberta. Nota-se uma certa hesitação na indicação dos elementos que traduzem a iniciativa privada no programa. No nosso entender, consideramos presente *indicador (8)*, referente a *defesa da estatização*, mantendo-se o posicionamento do quarto congresso. Ficou também patente, a mudança para um novo paradigma relacionado ao contexto econômico e político do período em causa.

Apesar de persistirem elementos ligados ao planejamento econômico, a FRELIMO hesitantemente visou incluir no texto conteúdos que espelham o início da transição de uma economia controlada via Estado para a liberalização econômica.

A materialização da política econômica do Partido exige que a direção da economia se realize através da adoção, pelos órgãos estatais competentes, de planos que constituam ferramenta privilegiada da regulação da atividade econômica e do desenvolvimento orientado e planificado da economia por períodos a médio e longo prazo (FRELIMO, 1989, p. 32).

Em relação aos trechos do programa que nos induzem a afirmar a menção do *indicador (9)*, relacionado a *livre iniciativa*, citamos o seguinte:

As iniciativas individuais ou coletivas de moçambicanos, associados ou não a empresários estrangeiros - em especial os que estão nas zonas rurais, enfrentando situações de insegurança provocada pelos bandidos armados - devem merecer maior apoio, pois em condições difíceis dão provas de coragem, demonstrando dedicação ao país (FRELIMO, 1989, p. 35).

O outro ponto do programa refere que, "o sector privado deve continuar a ser encorajado e os empresários nacionais e estrangeiros incentivados a dedicarem-se com maior afinco à produção de alimentos e produtos estratégicos de exportação"(FRELIMO, 1989, p. 35). Neste sentido considera-se presente o *indicador (9)* no programa de 1989.

Tabela 21: Presença/ausência dos indicadores do domínio da economia

Indicadores	Presença/Ausência
8	S
9	S

S-Presente; N- Ausente

Fonte: FRELIMO (1989).

4.6 Sexto Congresso

4.6.1 Contexto

O VI Congresso foi realizado apenas dois anos depois do V Congresso e três anos antes do prazo estatutário⁸. Razões importantes levaram o Comitê Central a tomar a decisão da sua convocação antecipada.

Segundo a FRELIMO (1991), as transformações que ocorreram no país, na região e no mundo depois de 1989 provocaram mutações tão profundas que tocaram todas as instituições do Partido e do Estado. Por essa razão, tornava-se urgente uma reflexão adequada ao momento para se adaptar à nova realidade. Neste sentido, havia necessidade de procurar adequar os documentos do partido e os seus métodos de trabalho à realidade atual no plano interno e no plano externo. Fruto do processo da liberalização econômica, do gradual afastamento da planificação centralizada da economia, surgiram forças sociais que interagiam utilizando novos princípios econômicos e novas lógicas para estimular a iniciativa individual. Emergiram assim fatores de pressão interna que encontraram receptividade na sociedade. Tal como fora concebido, o Partido como força dirigente da sociedade encontrava-se desajustado na ação diária de militância. Uma nova dinâmica, inovadora e eficaz, sobrepunha-se à ordem estatuída, que era caracterizada por reduzida autonomia social, condicionamentos eivados de cargas ideológicas, grande dependência de orientações superiores e uma forma de relacionamento e de comportamento subordinada a grande formalismo. Cada vez mais se tornava claro aos militantes a inadequação do discurso político e das práticas de ação partidária, à realidade da existência de uma sociedade que exprimia cada vez mais a exigência de novas formas de exercer e fazer política (FRELIMO, 1991).

Após uma série de mudanças e com a considerável presença da comunidade internacional em Moçambique, a FRELIMO adotou uma nova constituição em 1990, que estabeleceu a democracia multipartidária e eleições plurais. Essa iniciativa visava abrir espaço político para acomodar a RENAMO, que exercia uma forte influência política e militar em quase 90% do território nacional. De maneira objetiva, Moçambique estava avançando para um novo quadro constitucional que buscava incorporar as práticas políticas predominantes no sistema internacional.

⁸ O prazo estatutário de é cinco anos.

Tratando-se de um congresso extraordinário, que visava adequar o programa da FRELIMO ao ambiente interno e externo da época, assim como a nova constituição promulgada em 1990, muitos aspectos programáticos de quinto congresso foram transportados e reforçados no programa de 1991. É importante destacar que as mudanças estavam sendo abordadas principalmente em resposta aos doadores internacionais, que exigiam reformas para financiar os programas do governo. Internamente, essas mudanças visavam atender às demandas feitas pela RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana).

As pressões dos doadores internacionais eram motivadas pela necessidade de garantir a transparência, a boa governança e o uso eficiente dos recursos financeiros fornecidos para programas e projetos no país. Eles exigiam que o governo implementasse medidas para combater a corrupção, fortalecer o Estado de direito, promover os direitos humanos e melhorar a eficácia das políticas públicas.

Para atender a essas demandas, o governo moçambicano estava comprometido em realizar reformas institucionais, revisar legislações e implementar políticas que permitissem uma gestão mais eficiente e responsável dos recursos públicos. Isso incluía medidas como a criação de mecanismos de prestação de contas, o fortalecimento das instituições de controle e fiscalização, e a melhoria dos sistemas de transparência e acesso à informação.

Além disso, as mudanças também visavam responder às exigências da RENAMO, um dos principais partidos de oposição em Moçambique. A RENAMO havia feito várias reivindicações, incluindo a descentralização do poder, uma maior inclusão política e social, e uma distribuição mais equitativa dos recursos do país.

Nesse contexto, o governo estava em negociações com a RENAMO para encontrar soluções que atendessem às suas demandas, buscando promover a estabilidade política e a reconciliação nacional. Essas negociações poderiam resultar em reformas constitucionais, mudanças no sistema eleitoral e outras medidas que permitissem uma maior participação e representação da RENAMO no governo e nas instituições do país.

4.6.2 Indicadores do domínio das relações exteriores

No ponto referente ao *indicador (1) cooperação exclusiva com os países do bloco socialista internacional*, não foi mencionado em qualquer parte do programa.

O segundo *indicador (2) o anti-imperialismo*, também não foi mencionado e não há registros de alterações em relação ao anterior posicionamento.

Quanto ao *indicador (3), alinhamento com os países do bloco ocidental democrático*, não se percebe as razões por detrás da não inclusão desse elemento nos documentos programáticos, mesmo se sabendo que em meados da década 1980 a FRELIMO teve que ceder a pressões vindas do ocidente no sentido de operar reformas com vista ao alinhamento com o bloco democrático ocidental. Pela não inclusão do indicador no programa da quarta fase, consideramos que o indicador ausente.

Relacionado ao *indicador (4) alinhamento com as instituições africanas*, consideramos presente, a partir do momento em que o mesmo é descrito em um dos pontos do capítulo da política externa da organização. Tal como podemos extrair na presente citação: "A participação do nosso país em todas as instituições internacionais deve ser incentivada, nomeadamente nos órgãos e instituições africanas, como a OUA e instituições anexas" (FRELIMO, 1991, p.83).

Tabela 22: Presença/ausência dos indicadores do domínio das relações exteriores

Indicadores	Presença/Ausência
1	N
2	N
3	N
4	S

S-Presente; N- Ausente

Fonte: FRELIMO (1991).

4.6.3 Indicadores do domínio da liberdade e democracia

A avaliação que fazemos do *indicador (5)*, que diz respeito ao *direito das minorias/etnias* é a da sua ausência no relatório final do congresso. A FRELIMO tal como no congresso de 1989, fez constar que pautava pela unidade nacional sem distinção da raça, tribo. Defendia e promovia os direitos humanos e da igualdade dos cidadãos perante a lei. E tinha como um dos objetivos fundamentais a afirmação da personalidade moçambicana, das suas tradições e demais valores sócios – culturais (FRELIMO, 1991). Verifica-se assim a continuidade do posicionamento sobre o indicador desde primeiro ao sexto congresso.

Em relação ao *indicador (6), direito de existência de oposição*, observa-se a presença nos documentos programáticos, tal como se pode comprovar na seguinte citação:

Os cidadãos gozam da liberdade de associação. A FRELIMO é pela criação de condições para que as organizações sociais e as associações tenham o direito de prosseguir os seus fins, criar instituições destinadas a

alcançar os seus objetivos específicos e possuir património para a realização das suas atividades. Doravante os cidadãos gozam da liberdade de constituir ou participar em partidos políticos. A adesão a um partido é voluntária e deriva da liberdade de os cidadãos se associarem em torno dos mesmos ideais políticos (FRELIMO, 1991, p.28)

Chega-se à conclusão da presença do *indicador (6)*, referente ao *direito de existência da oposição*.

No tocante ao último *indicador (7)*, *liberdade de imprensa*, também se verifica a presença e mudança posicional em relação aos cinco primeiros congressos realizados. Tal como se pode ver no seguinte excerto retirado do programa:

A FRELIMO é pela criação de condições onde todos cidadãos tenham o direito à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa, bem como o direito à informação. O exercício da liberdade de expressão, que compreende, nomeadamente, a faculdade de divulgar o próprio pensamento por todos os meios legais, e o exercício do direito à informação não serão limitados por censura. A liberdade de imprensa compreende, nomeadamente, liberdade de expressão e de criação dos jornalistas, o acesso às fontes de informação, a proteção da independência e do sigilo profissional e o direito de criar jornais e outras publicações. O exercício dos direitos e liberdades referidos serão regulados por lei com base nos imperativos do respeito pela Constituição, pela dignidade da pessoa humana, pelos imperativos da política externa e da defesa nacional (FRELIMO, 1991, p. 30).

Tabela 23: Presença/ausência dos indicadores do domínio da liberdade e democracia

Indicadores	Presença/Ausência
5	N
6	S
7	S

S-Presente; N- Ausente

Fonte: FRELIMO (1989).

4.6.4 Indicadores do domínio da economia

No âmbito da economia, havia necessidade de uma reflexão em torno das dinâmicas no contexto mundial, africano e interno. E para ilustrar este sentimento recorreremos a um trecho descrito na introdução do relatório do congresso, onde constam o estatuto e o programa da legenda:

Em inúmeros países do nosso globo, incluindo países em desenvolvimento, registam-se profundas transformações de ordem política,

económica, social e cultural. As mudanças na União Soviética e nos países de Leste, provocando uma radical alteração das relações de força na cena política internacional, aceleram este vasto processo global. Em África é hoje crescente o movimento para o estabelecimento de sociedades mais abertas, mais democráticas e mais livres. O modelo de regime político centralizador e monopartidário com que a quase totalidade dos países africanos procurava dar resposta a questão nacional é cada vez mais questionado, como causa de desvios como o autoritarismo, o abuso de poder e a corrupção. A abertura ao sistema pluralista parece afirmar-se como um processo imparável em África, e propõe -se, nesta fase, como a alternativa para se alcançar a estabilidade política e se avançar no desenvolvimento económico. Na região da África Austral também tiveram lugar mudanças significativas. (FRELIMO, 1991, p. 18).

Em relação ao *indicador (8), defesa da estatização*, não existe qualquer menção no programa do sexto congresso. Seguidamente transcrevemos o trecho que atesta a nossa afirmação:

Sentíamos sobretudo que, fruto do processo da liberalização económica, do gradual afastamento da planificação centralizada da economia, tinham surgido forças sociais que interagiam utilizando novos princípios económicos e novas lógicas para estimular a iniciativa individual. Surgiram assim fatores de pressão interna que encontraram receptividade na sociedade (FRELIMO, 1991, p. 7).

Em relação ao *indicador (8), defesa da estatização*, o sexto congresso representou uma viragem radical nas opções económicas vigentes em Moçambique. Após a publicação da constituição de 1990, que introduziu reformas profundas no sistema político moçambicano. A FRELIMO anunciou a realização do congresso para 1991, que visava adequar o texto constitucional ao programa do partido.

No que diz respeito ao *indicador (9), da livre iniciativa*, o texto produzido pelo congresso salientava a "promoção do impulso da economia de mercado e da livre iniciativa, em que a iniciativa empresarial assume um papel importante, rompendo -se assim com os mecanismos administrativos que se transformaram em obstáculos ao normal funcionamento dos agentes económicos" (FRELIMO, 1991, p.69).

Observa-se assim, a presença do indicador relacionado a livre iniciativa no congresso de 1991, que representa o sexto momento da presente pesquisa.

Tabela 24: Presença/ausência dos indicadores do domínio da economia

Indicadores	Presença/Ausência
8	N
9	S

S-Presente; N- Ausente

Fonte: FRELIMO (1991).

5. MUDANÇAS PROGRAMÁTICAS: 1962-1991

Numa primeira fase, pretendemos no presente capítulo descrever as mudanças programáticas que ocorreram em cada fase, tendo como elementos de análise os indicadores dos domínios. O objetivo é de aferir quais foram as mudanças, em qual momento ou fase sucederam tais mudanças. Para, no posterior passo, explicar como as variáveis independentes impactaram nas metamorfoses que foram acontecendo ao longo dos congressos escolhidos para a presente pesquisa.

Importa referir que pautaremos pela análise dos indicadores divididos entre os domínios das relações exteriores, da liberdade e democracia e por fim da economia. Na sequência, agrupados indicadores nos seus respectivos domínios, far-se-á o rastreamento do primeiro ao sexto momento.

5.1 MUDANÇAS PROGRAMÁTICAS EM RELAÇÃO AO DOMÍNIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

5.1.1 O primeiro momento-programa fundacional

No programa fundacional não serão analisadas questões relativas as mudanças, tendo em conta tratar-se do primeiro programa da organização, não havendo espaço para verificar mudanças. Portanto, verificaremos apenas se os indicadores do domínio em análise estiveram presentes na fase fundacional, tal como o fizemos no capítulo anterior. Os indicadores do domínio das relações exteriores em referência são os seguintes:

1. Cooperação exclusiva com os países do bloco socialista internacional.
2. Anti-imperialismo
3. Alinhamento com os países do bloco ocidental democrático
4. Alinhamentos com Instituições africanas.

Da descrição feita no capítulo anterior em relação ao primeiro *indicador (1)*, chegou-se à conclusão de que o mesmo não estava presente no programa fundacional.

Quanto ao segundo *indicador*, o (2). O primeiro congresso foi bastante elucidativo ao inscrever claramente a sua aversão ao imperialismo, como se pode observar na citação feita no anterior capítulo. Portanto, foi considerado presente nos documentos programáticos do congresso de 1962.

Sobre o *indicador (3)*, temos a referir que o mesmo não foi citado no programa fundacional. Nesse sentido foi considerado ausente.

No tocante ao último *indicador*, o *(4)*, foi considerado presente no programa. Tal como foi comprovado no capítulo sobre a presença ou ausência dos indicadores.

5.1.2 O segundo momento

A partir do segundo momento, começaremos com a análise dos indicadores no sentido de observar e detectar mudanças que possam ter surgido com a realização do segundo congresso.

No segundo congresso, o *indicador (1)*, *cooperação exclusiva com os países do bloco socialista internacional*, também não esteve presente. Não se registando qualquer mudança no segundo momento.

No que diz respeito ao *indicador (2)*, o *anti-imperialismo*, também não houve registo de mudanças, mantendo-se as posições programáticas do congresso fundacional.

Sobre o *indicado (3)*, *alinhamento com os países do bloco ocidental democrático*, importa referir que até a data da realização do segundo congresso não havia espaço para o alinhamento com o bloco democrático ocidental. Tendo em conta as alianças entre Portugal e este bloco. Se mantêm assim a não referência deste indicador.

O último *indicador* deste domínio, o *(4)*, *alinhamento com as instituições africanas*, não registou mudanças. A FRELIMO, mais uma vez realçou sobre o estabelecimento de uma estreita relação com a OUA.

5.1.3 O terceiro momento

O terceiro congresso, realizado em 1977, possui uma relativa importância comparado aos outros, porque a reunião aconteceu após o alcance do maior objetivo da FRELIMO que era a independência nacional. Pela primeira vez, foram anunciadas as principais diretrizes de como o país, seria governado (sistema político, modelo económico e a ideologia a ser seguida).

Foi neste âmbito que a organização foi transformada de um movimento independentista para partido político de matriz marxista e leninista. Tornando explícito o seu

alinhamento com o bloco dos países socialista. Neste sentido, verifica-se uma mudança de posicionamento em relação ao *indicador (1), cooperação exclusiva com os países do bloco socialista internacional*. Apesar do movimento manter estreitas relações com esses países nos primeiros dois congressos, em nenhum momento fez constar nos programas essa ligação.

Estando alinhado com os países do bloco socialista, era imprescindível que o posicionamento sobre o *anti-imperialismo*, nosso *indicador (2)*, se mantivesse. O programa do congresso de 1977 confirma este facto, citando inúmeras vezes a postura anticolonialista e anti-imperialista no capítulo das relações exteriores. Não detectamos mudanças em relação a este indicador.

Quanto ao *alinhamento com os países do bloco ocidental democrático, indicador (3)*, o programa não apresentava nesta fase nenhuma referência relativa a este indicador. O que demonstra a não alteração do posicionamento, não havendo assim mudança.

A respeito do *indicador (4)*, notamos a presença da menção nos documentos programáticos de 1977. Concluindo no nosso entender, não ter havido mudança relativa ao *alinhamento com as instituições africanas*, no caso a OUA.

5.1.4 O quarto momento

No referente ao primeiro *indicador (1), cooperação exclusiva com os países do bloco socialista internacional*, a legenda manteve o seu posicionamento anterior, reafirmando a cooperação estreita com os Estados socialistas, seus aliados naturais. Não se denotando mudanças.

Quanto ao *indicador (2)*, o *anti-imperialismo*, referir que foi mais uma vez inscrito nos documentos programáticos do quarto momento. A organização sempre enfatizou o seu repúdio contra o imperialismo, colonialismo e o neocolonialismo.

O *indicador (3), alinhamento com os países do bloco ocidental democrático*, não apresentou mudanças, mantendo-se como não inscrito no programa do quarto momento. Embora a legenda tenha iniciado nesta fase os contatos com o ocidente, objetivando a sua aceitação nos organismos financeiros internacionais, também realizou esforços para a intermediação destes na guerra civil em Moçambique.

Sobre o *indicador (4), alinhamento com as instituições africanas*, mais uma vez, foi mencionado no programa do quarto congresso. Não havendo mudança em relação ao terceiro congresso.

5.1.5 O quinto momento

No quinto momento, o posicionamento em relação ao *indicador (1) cooperação exclusiva com os países do bloco socialista internacional*, mudou. A legenda não se referiu no seu programa, sobre a cooperação com as nações socialistas e os partidos marxistas e leninistas. Nesse sentido, tal como dissemos no início do parágrafo, houve uma substancial mudança de postura em relação ao alinhamento com os países do bloco socialista.

No que diz respeito ao *Indicador (2), o anti-imperialismo*, também se chega à conclusão de mudança posicional, visto a legenda não ter mencionado sobre a sua aversão ao imperialismo, tal como o fez desde o primeiro congresso. Apenas se referiu no programa da quinta fase, em relação sua luta contra o racismo e dominação colonial.

Sobre o *indicador (3), alinhamento com os países do bloco ocidental democrático*, o quinto congresso apresentou uma novidade ao referir-se nos seus documentos programáticos que a legenda, se pautava pela paz e democracia. Ao apelar o seu apoio a democracia, se percebe a mudança em relação ao alinhamento com os países do bloco democrático.

O último *indicador* do domínio, o *(4), alinhamento com as instituições africanas*, outra vez foi inscrito, tal como nos cinco congressos anteriores. A legenda sempre deixou claro e de forma explícita que apoiava a organização da unidade africana, na discussão dos problemas da humanidade e para a promoção da cooperação internacional.

5.1.6 O sexto momento

No sexto momento, o *indicador (1), cooperação exclusiva com os países do bloco socialista internacional*, definitivamente não foi mencionado no sexto momento. Tendo em conta vários acontecimentos do final de década 80 e inícios da 90. A não menção representou uma signitiva mudança no relacionamente entre as duas entidades.

O *indicador (2), o anti-imperialismo*, também não foi referenciado no congresso de 1991, por conta da forte cooperação que Moçambique passou a ter com os países que outrora os denominou de imperialistas. Não se registando mudanças relativo ao indicador, na fase seis.

O terceiro *indicador (3), o alinhamento com os países do bloco ocidental democrático*, consideramos a manutenção do anterior posicionamento, visto a FRELIMO ter adotado a

democracia como o seu modelo de governação. Se verificando desta a não alteração do posicionamento adotado em 1989, no quinto congresso.

Não registramos mudanças no que concerne ao *indicador (4), alinhamento com as instituições africanas*, visto ter sido inscrito no programa da sexta fase, a partir do momento em que a legenda reafirmou a sua participação em todas as organizações internacionais africanas. Tendo dado o exemplo da OUA.

5.1.7 Resumo dos resultados

Tabela 25: Análise das mudanças no domínio das relações exteriores

Indicador	Tempo 1	Tempo 2	Tempo 3	Tempo 4	Tempo 5	Tempo 6
1	A	N	S	N	S	N
2	P	N	N	N	S	N
3	A	N	N	N	S	N
4	P	N	N	N	N	N

Legenda: P-presença; A- Ausência; S- Mudança; N- Sem mudanças.

Fonte: FRELIMO (1962, 1968, 1977, 1983, 1989, 1991).

5.2 MUDANÇAS PROGRAMÁTICAS EM RELAÇÃO AO DOMÍNIO DA LIBERDADE E DEMOCRACIA

Três indicadores fazem parte deste domínio. Com eles pretendemos identificar as mudanças ocorridas nos programas da FRELIMO entre 1962 à 1991. A seguir são apresentados os referidos indicadores:

- 5.Direito das minorias/etnias;
- 6.Direito de existência de oposição e
- 7.Liberdade de imprensa.

5.2.1. O primeiro momento

No primeiro momento o *indicador (5), direito das minorias/etnias*, não estava presente. A explicação pode ser encontrada na necessidade de união de todos os moçambicanos face ao contexto de luta pela independência. O movimento pautava pela unidade de todo povo sem distinção de religião, raça, cor e etnia.

Referente ao segundo *indicador (6), direito de existência de oposição*, também não estava presente, visto a legenda ser o resultado da união de três movimentos nacionalistas. Ela apregoava a união de todos em uma única organização que pudesse conduzir o processo de luta. Por isso, desde a sua fundação a legenda se opôs a todas e quaisquer organizações nacionalistas que se autointitulavam de moçambicanas.

O *indicador (7)*, referente a *liberdade de imprensa*, também não foi mencionado no primeiro congresso da FRELIMO. Neste sentido foi considerado ausente.

5.2.2 O segundo momento

No segundo momento, o *indicador (5)*, referente ao *direito das minorias/etnias*, não se alterou. A FRELIMO sempre pautou pela unidade nacional. Em quase todos documentos da legenda, a questão da unidade nacional foi sempre destacada. Tal como Mondlane (1967) refere:

“[...] eliminar todas as causas da divisão entre os diferentes grupos moçambicanos; construir a Nação Moçambicana, na base da igualdade de todos os moçambicanos e do respeito pelas particularidades regionais” (MONDLANE, 1967, p. 91).

Os *indicadores (6) direito de existência de oposição e (7)*, liberdade da imprensa, também não mudaram. E ao menos foram mencionados nos documentos programáticos do segundo congresso. Não havendo mudanças em relação a esses indicadores.

5.2.3 O terceiro momento

No terceiro congresso, o *indicador (5), direito das minorias/etnias*, não foi mencionado, razão pela qual não detectamos alguma mudança relativa à questão do direito das minorias. Tal como já foi afirmado nos congressos anteriores que a FRELIMO era contra o etnicismo, tribalismo, racismo. Para a legenda em Moçambique não havia divisão na base dos elementos mencionados. Como se pode observar na citação retirada da obra do primeiro presidente da FRELIMO:

“[...] apesar de haver variações de conduta entre um grupo e outro, os usos e costumes do nosso povo são semelhantes. Em primeiro lugar, nós pertencemos à nossa família linguística Banto, caracterizada pela mesma forma gramatical, mesma origem das palavras, mesma estrutura de frases e

períodos”. Em seguida, afirma-se que “[...] o convívio entre indivíduos de tribos diferentes e a incorporação forçada de grupos étnicos conquistados durante as guerras intertribais, resultaram numa mescla e interposição de usos e costumes das várias populações de Moçambique” (MONDLANE, 1967, p. 86).

Quanto ao *indicador (6), direito de existência de oposição*, também não notamos mudança alguma. A organização sempre afirmou que era a única com legitimidade de representar o povo moçambicano.

No tocante ao *indicador (7), liberdade de imprensa*, se manteve a não menção sobre a liberdade da imprensa. Não havendo mudança deste indicador.

5.2.4 O quarto momento

Relativo ao *indicador (5), direito das minorias/etnias*, não foi mencionado. A FRELIMO manteve o posicionamento do primeiro congresso. Não notamos neste sentido mudanças no indicador.

Referente ao *indicador (6), direito de existência de oposição*, não detectamos mudanças. Houve a reafirmação da legitimidade e intransigência da legenda em permitir a existência de outras organizações no espaço político moçambicano.

Sobre o último *indicador (7), liberdade de imprensa*, também não houve mudança. O movimento pautava nesta fase pelo controle de todos os sectores da sociedade moçambicana. O partido era considerado força do Estado e da sociedade. "O partido traça a orientação política básica do Estado e dirige e supervisa a ação dos órgãos estatais a fim de assegurar a conformidade da política do Estado com os interesses do povo" (FRELIMO, 1977, p. 56).

5.2.5 O quinto momento

No que diz respeito ao *indicador (5), direito das minorias/etnias*, importa realçar que a FRELIMO manteve o seu posicionamento de construir a nação moçambicana lutando de forma enérgica contra os fatores de divisão (etnicismo, tribalismo, racismo).

Em relação ao *indicador (6), direito de existência de oposição*, o congresso não alterou os posicionamentos adotados na quarta fase, reafirmando que a FRELIMO era a força dirigente do Estado e da Sociedade.

Quando ao *indicador (7)*, relativo à *liberdade da imprensa*, a organização reconheceu o seu papel, mas guardava para si a função de aplicar e orientar a política nacional de comunicação social no quadro da defesa do interesse nacional. Não havendo mudança quando a esse quesito.

5.3.6 O sexto momento

Sobre o *indicador (5)*, *direito das minorias/etnias*, notamos mais uma vez a continuidade dos posicionamentos proferidos desde o programa fundacional, onde era afirmado que a legenda era contra o etniscismo, tribalismo e reacismo. Não havendo mudança em relação ao indicador.

Quanto ao *indicador (6)*, sobre o *direito de existência de oposição*, identificamos mudanças significativas. Nesta fase, a FRELIMO fez constar nos seus documentos que defendia a liberdade de associação e que os cidadãos poderiam constituir ou participar em partidos políticos.

No último *indicador (7)*, a *liberdade de imprensa*, também houve mudanças. A legenda anunciou nos seus documentos que primava pela liberdade de imprensa e expressão, diferentemente dos anteriores congressos, onde pautava pelo controle deste sector.

5.3.7 Resumo dos resultados

Tabela 26: Análise das mudanças no domínio da democracia e liberdade

Indicador	Tempo 1	Tempo 2	Tempo 3	Tempo 4	Tempo 5	Tempo 6
5	A	N	N	N	N	N
6	A	N	N	N	N	S
7	A	N	N	N	N	S

Legenda: P- presença; A- Ausência; S- Mudança; N- Sem mudanças.

Fonte: FRELIMO (1962, 1968, 1977, 1983, 1989, 1991).

5.3 MUDANÇAS PROGRAMÁTICAS EM RELAÇÃO AO DOMÍNIO DA ECONOMIA

Relativamente ao domínio da economia, categorias do planejamento econômico e liberalização econômica. Foram identificados os seguintes indicadores:

8. Defesa da estatização
9. Incentivo a livre iniciativa

5.3.1 O primeiro momento

Os *indicadores (8), defesa da estatização e (9), incentivo a livre iniciativa*, não estavam presentes no programa fundacional. Até porque no primeiro momento a organização tinha como objetivo principal, organizar o processo de luta contra a presença colonial em Moçambique.

5.3.2 O segundo momento

No segundo congresso, os *indicadores (8), defesa da estatização e (9), incentivo a livre iniciativa*, também não foram mencionados. Apesar do movimento ter libertado algumas regiões do território moçambicano e havendo necessidade de gerí-las política e economicamente, não houve a inscrição desses indicadores nos documentos programáticos do segundo momento. Neste sentido, consideramos que não houve avanço em relação ao modelo ou à forma como esses espaços deveriam ser gerenciados e, por isso, não houve mudanças em relação a esses indicadores

5.3.3 O terceiro momento

Após a independência foi realizado o terceiro congresso no de 1977. Na reunião foi decidido que, em matérias de política econômica, a legenda enveredaria pela edificação de uma economia centralmente planificada. O outro fator que consideramos importante, foi a adoção do socialismo marxista e leninista como modelo para a gestão governativa de Moçambique. Portanto, ao optar por esse caminho ficava claro a priorização do planejamento

econômico via Estado. Ficava assim chancelada a mudança em relação ao *indicador (8)*, relativo a *defesa da estatização*.

Respeitante ao *indicador (9)*, incentivo a livre iniciativa, consideramos não haver mudanças relativamente aos anteriores dois congressos.

5.3.4 O quarto momento

No quarto congresso, não se registaram mudanças relativos ao *indicador (8)*, *defesa da estatização*, pelo contrário, foi reafirmado o papel central do Estado na gestão econômica do país. As citações retiradas do programa de 1983 e apresentadas à quando da análise da presença dos indicadores, corroboram com as afirmações aqui apresentadas.

Sobre o *indicador (9)*, *incentivo a livre iniciativa*, a não menção do mesmo continua, tal como foi no anterior no terceiro congresso. Portanto, nesta fase se notou o aprofundamento do controle estatal sobre a economia. Nesta senda, não foi identificada mudança em torno deste indicador.

5.3.5 O quinto momento

Relacionado ao *indicador (8)*, *defesa da estatização*, temos a dizer que notamos mudanças no posicionamento da legenda ao invocar o apoio a propriedade privada e incentivos aos investidores estrangeiros no processo de produção. Denota-se mudança de paradigma no que diz respeito a gestão econômica, mas não foi abandonado o controle da economia parte do Estado, pelo menos ao nível do conteúdo programático. Da avaliação que fizemos ao programa da quinta fase, chegamos à conclusão da inexistência de mudanças no que diz respeito ao indicador em análise.

No que respeita ao *indicador (9)*, pela primeira vez foi incluso nos documentos programáticos da organização no quinto momento. Representado desse modo uma mudança substancial em relação ao indicador *incentivo a livre iniciativa*.

5.4.6 O sexto momento

No último congresso, o *indicador (8), defesa da estatização*, foi definitivamente abandonado, não tendo sido mencionado em qualquer parte do programa. Foi reafirmada a posição adotada no quinto momento. Pelo que consideramos ter havido uma mudança nesse aspecto.

Quanto ao *indicador (9), incentivo a livre iniciativa*, consideramos também ter sido reafirmado no sexto momento. A partir desta fase, a FRELIMO pautou pelo processo de liberalização da economia moçambicana. Sendo assim, consideramos não ter havidos mudanças no que toca ao indicador incentivo a livre iniciativa.

5.4.7 Resumo dos resultados

Tabela 27: Análise das mudanças no domínio da economia

Indicador	Tempo 1	Tempo 2	Tempo 3	Tempo 4	Tempo 5	Tempo 6
8	A	N	S	N	N	S
9	A	N	N	N	S	N

Legenda: P- presença; A- Ausência; S- Mudança; N- Sem mudanças.

Fonte: FRELIMO (1962, 1968, 1977, 1983, 1989, 1991).

6. IMPACTO DAS VARIÁVEIS NAS MUDANÇAS PROGRAMÁTICAS

A análise das metamorfoses programáticas será realizada considerando um conjunto específico de variáveis que, consoante a literatura sobre a mudança de programa nos partidos políticos, são consideradas essenciais para explicar a causalidade das mesmas nas alterações dos programas em um determinado partido. Visando a construir uma análise mais completa e holística do estudo, essas variáveis serão destinadas a explicar três universos temáticos, a saber: a) o domínio das relações exteriores; b) o domínio da liberdade e democracia e c) o domínio da economia.

Para o período em estudo, três variáveis independentes foram escolhidas para a análise da mudança programática na FRELIMO no âmbito da cadeia causal. Elas foram consideradas fundamentais para explicar a trajetória das metamorfoses programáticas percorrida pela legenda entre 1962 a 1991. Essas variáveis são:

1. Variáveis de políticas externas:
 - A. Influência política dos países socialistas (China e URSS)
 - B. Pressão política internacional para a democracia (EUA/Europa)
 - C. Pressão exercida pela OUA
 - D. Pressão para introdução das eleições

2. Variáveis de políticas internas:
 - E. Conflitos armados (Guerra pela independência e a Guerra civil)
 - F. Mudança de facções

3. Variáveis socioeconômica:
 - G. Dívida externa
 - H. Pobreza

6.1. VARIÁVEIS DE POLÍTICA EXTERNA:

A. Influência política dos países socialistas (China e URSS)

A FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) recebeu apoio crucial da União Soviética (URSS) e da China durante a luta pela independência de Moçambique. A URSS começou a influenciar os países árabes no norte da África e posteriormente expandiu seu apoio aos movimentos de libertação nacional em todo o continente africano. A China também

se envolveu no apoio aos movimentos de libertação, incluindo a FRELIMO, fornecendo armas e treinamento militar.

A URSS e a China buscaram estabelecer alianças fraternais com os movimentos de libertação nacional e promover o comunismo através desse apoio. Embora a URSS adotasse uma política de coexistência pacífica e buscase evitar conflitos com o Ocidente, sob a liderança de Nikita Khrushchev, ela começou a se engajar mais ativamente nas lutas de libertação na década de 1960 (OGOROV, 2019).

A FRELIMO foi cortejada pela URSS através do Comitê de Solidariedade do Povo Afro-Asiático, patrocinado pelos soviéticos, e essa relação se fortaleceu ao longo do tempo. No entanto, as relações entre a URSS e a África se tornaram mais cautelosas durante o período de Leonid Brezhnev, com uma avaliação mais conservadora do potencial revolucionário do continente (KUNERT, 1977).

A China, por sua vez, colaborou com a FRELIMO e outros movimentos de libertação africana, mesmo que houvesse um antagonismo ideológico entre a China e a URSS. A China forneceu armamento bélico e treinamento de guerrilheiros africanos, privilegiando os movimentos que não recebiam apoio soviético. Ela também colaborou com o Comitê de Libertação Nacional da Organização da Unidade Africana (OUA) e forneceu grande parte do apoio militar a esse órgão (SHINN, 2009).

No contexto global, a postura da URSS em relação aos países do Terceiro Mundo, seu interesse em cortejar estados e movimentos de libertação nacional, e a hostilidade dos Estados Unidos em relação a esses movimentos também influenciaram o apoio fornecido à FRELIMO e a outros movimentos africanos.

Em resumo, a FRELIMO recebeu apoio logístico, como armas, treinamento militar e formação ideológica, tanto da União Soviética quanto da China. Esse apoio foi crucial no processo de luta pela independência de Moçambique e refletiu a política desses países de promover o comunismo e minar o poderio ocidental nas regiões periféricas.

A *variável (A): Influência política dos países socialistas*, esteve ausente do primeiro ao quarto momento. Mudou no quinto momento, quando a legenda optou pelo alinhamento com os países do bloco democrático ocidental.

Indicador (1): Cooperação exclusiva com os países do bloco socialista internacional.

- Ausente nos momentos 1, 2, 5 e 6.
- Presente nos momentos 3 e 4.
- Quando a variável mudou no momento 5, o indicador mudou.

Indicador (2): Anti-imperialismo.

- Ausente nos momentos 5 e 6.
- Presente nos momentos 1, 2, 3 e 4.
- Quando a variável alterou no momento 5, o indicador mudou.

Indicador (3): Alinhamento com os países do bloco ocidental democrático.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3 e 4.
- Presente nos momentos 5 e 6.
- Quando a variável alterou no momento 5, o indicador mudou.

Indicador (4): Alinhamento com as instituições africanas.

- Presente nos momentos 1 a 6.
- Quando a variável alterou no momento 5, o indicador não mudou.

Indicador (5): Direito de minorias/etnias.

- Ausente nos momentos 1 a 6.
- Quando a variável alterou no momento 5, o indicador não mudou.

Indicador (6): Direito de existência de oposição.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3, 4 e 5.
- Presente no momento 6.
- Quando a variável alterou no momento 5, o indicador não mudou.

Indicador (7): Liberdade de imprensa.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3, 4 e 5.
- Presente no momento 6.
- Quando a variável alterou no momento 5, o indicador não mudou.

Indicador (8): Defesa da estatização.

- Ausente nos momentos 1, 2, 5 e 6.
- Presente nos momentos 3 e 4.

- Quando a variável alterou no momento 5, o indicador mudou.

Indicador (9): Incentivo à livre iniciativa.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3 e 4.
- Presente nos momentos 5 e 6.
- Quando a variável alterou no momento 5, o indicador mudou.

6.1.1 Análise dos resultados

Tabela 28: Influência política dos países socialistas

Indicadores	Tempo 1	Tempo 2	Tempo 3	Tempo 4	Tempo 5	Tempo 6
1	0	1	2	1	4	3
2	0	1	1	1	4	3
3	0	1	1	1	4	3
4	0	1	1	1	3	3
5	0	1	1	1	3	4
6	0	1	1	1	3	4
7	0	1	1	1	3	4
8	0	1	2	1	4	3
9	0	1	1	1	4	3

Indicadores: 1. Cooperação exclusiva com os países do bloco socialista internacional. 2. Anti-imperialismo 3. Alinhamento com os países do bloco ocidental democrático 4. Alinhamentos com Instituições africanas. 5. Direito das minorias/etnias. 6. Direito de existência de oposição 7. Liberdade de imprensa 8. Defesa de Estatização 9. Incentivo a livre iniciativa

0= tempo inicial (T1) variável influência política dos países socialistas presente

1= variável influência política dos países socialistas continua presente e não mudou indicador

2 = variável influência política dos países socialistas continua presente e mudou indicador

3= variável influência política dos países socialistas ausente e não mudou indicador

4= variável influência política dos países socialistas ausente e mudou indicador

Fonte: FRELIMO (1962, 1968, 1977, 1983, 1989 e 1991)

A tabela apresenta a análise da variável influência política dos países socialistas ao longo de seis períodos de tempo. Cada célula representa um valor que indica o status da variável em um determinado período de tempo e para um determinado indicador.

A variável esteve presente no tempo inicial e permaneceu presente até o tempo 4. Houve uma mudança nos indicadores 1 e 8 no tempo 3, quando a variável estava presente. No tempo 5,

quando a variável mudou, os indicadores 2, 3, 8 e 9 mudaram. Os indicadores 6 e 7 mudaram no tempo 6.

B. Pressão política internacional para a democracia

Durante a década de 1980, a FRELIMO, partido político de Moçambique, iniciou uma aproximação ao bloco dos países ocidentais, que pressionavam pela introdução da democracia no país. Essa abertura teve início depois do quarto congresso da FRELIMO, quando foram estabelecidos os primeiros contatos com nações democráticas ocidentais, especialmente os Estados Unidos da América. Posteriormente, em 1984, foram assinados acordos com instituições financeiras ocidentais.

Apesar desses sinais de aproximação, oficialmente a FRELIMO continuou sendo aliada do bloco socialista. No entanto, essa situação começou a mudar timidamente com a realização do quinto congresso, quando pela primeira vez a organização admitiu a possibilidade de alinhamento com o ocidente.

Durante o período de luta pela independência, os países ocidentais estavam ao lado de Portugal, minando qualquer relação política com o movimento independentista em Moçambique. Isso se deveu a quatro fatores principais: a existência do conflito Leste-Oeste e o fato de Portugal ser membro da OTAN; a relação privilegiada do movimento com os países socialistas, que forneciam apoio militar, logístico e treinamento; a importância estratégica da rota do Cabo, especialmente de 1967 a 1975, quando o canal de Suez foi fechado devido à guerra dos Seis Dias; e a opção socialista adotada pela FRELIMO desde a sua fundação em 1962(CARDOSO, 2020).

No início da década de 1980, a política dos Estados Unidos em relação a Moçambique era complexa e influenciada por considerações políticas envolvendo outros países da África Austral, que eram alvos estratégicos mais importantes para os Estados Unidos. Em 1981, o presidente Ronald Reagan iniciou uma revisão da política americana em relação à região, resultando na estratégia do "compromisso construtivo". Essa estratégia visava apoiar os governos da região e afastá-los da influência dos países socialistas, trazendo-os para o campo ocidental (CLINE, 1989).

O Departamento de Estado dos Estados Unidos adotou essa abordagem, visando promover a diplomacia em vez do conflito, ou seja, apoiar os governos existentes, independentemente de suas características. O objetivo era evitar o confronto armado. Essa

política pode ter influenciado o afastamento gradual do governo do presidente Joaquim Chissano do marxismo.

No período mencionado, os proponentes do "compromisso construtivo" tinham como objetivo apoiar os governos da região e aproximá-los do bloco ocidental. Isso pode ser observado na adesão de Moçambique ao Banco Mundial e ao FMI em setembro de 1984, na assinatura do Acordo de Lomé III em dezembro do mesmo ano e no encontro entre Samora Machel e Ronald Reagan na Casa Branca em setembro de 1985. Esses eventos levaram a uma melhoria nas relações com os Estados Unidos e à remoção de Moçambique da "lista negra" de grupos considerados terroristas ou comunistas (HANLON e SMART 2008).

Analisando a *variável (B), pressão política internacional para a democracia*, podemos observar que, esteve ausente do primeiro ao quarto momento. Mudou no quinto momento.

Indicador (1): Cooperação exclusiva com os países do bloco socialista internacional.

- Ausente nos momentos 1, 2, 5 e 6.
- Presente nos momentos 3 e 4.
- Quando a variável alterou no momento 5, o indicador mudou.

Indicador (2): Anti-imperialismo.

- Ausente nos momentos 5 e 6.
- Presente nos momentos 1, 2, 3 e 4.
- Quando a variável alterou no momento 5, o indicador mudou.

Indicador (3): Alinhamento com os países do bloco ocidental democrático.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3 e 4.
- Presente nos momentos 5 e 6.
- Quando a variável alterou no momento 5, o indicador mudou.

Indicador (4): Alinhamento com as instituições africanas.

- Presente nos momentos 1 a 6.
- Quando a variável mudou no momento 5, o indicador não mudou.

Indicador (5): Direito de minorias/etnias.

- Ausente nos momentos 1 a 6.
- Quando a variável mudou no momento 5, o indicador não mudou.

Indicador (6): Direito de existência de oposição.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3, 4 e 5.
- Presente no momento 6.
- Quando a variável alterou no momento 5, o indicador não mudou.

Indicador (7): Liberdade de imprensa.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3, 4 e 5.
- Presente no momento 6.
- Quando a variável alterou no momento 5, o indicador não mudou.

Indicador (8): Defesa da estatização.

- Ausente nos momentos 1, 2, 5 e 6.
- Presente nos momentos 3 e 4.
- Quando a variável alterou no momento 5, o indicador mudou.

Indicador (9): Incentivo à livre iniciativa.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3 e 4.
- Presente nos momentos 5 e 6.
- Quando a variável alterou no momento 5, o indicador mudou.

6.1.2. Análise dos resultados

Tabela 29: Pressão política internacional para a democracia

Indicadores	Tempo 1	Tempo 2	Tempo 3	Tempo 4	Tempo 5	Tempo 6
1	0	1	2	3	4	3
2	0	1	1	3	4	3
3	0	1	1	3	4	3
4	0	1	1	3	3	3
5	0	1	1	3	3	3
6	0	1	1	3	3	4
7	0	1	1	3	3	4
8	0	1	2	3	4	3
9	0	1	1	3	4	3

Indicadores: 1. Cooperação exclusiva com os países do bloco socialista internacional. 2. Anti-imperialismo 3. Alinhamento com os países do bloco ocidental democrático 4. Alinhamentos com Instituições africanas. 5. Direito das minorias/etnias. 6. Direito de existência de oposição 7. Liberdade de imprensa 8. Defesa de Estatização 9. Incentivo a livre iniciativa

0= tempo inicial (T1) variável pressão política internacional para a democracia ausente

1= variável pressão política internacional para a democracia continua ausente e não mudou indicador

2 = variável pressão política internacional para a democracia continua ausente e mudou indicador

3= variável pressão política internacional para a democracia presente e não mudou indicador

4= variável pressão política internacional para a democracia presente e mudou indicador

Fonte: FRELIMO (1962, 1968, 1977, 1983, 1989 e 1991)

A tabela apresenta dados sobre a variável pressão política internacional para a democracia em seis períodos de tempo. No tempo inicial (T1), a variável estava ausente. No tempo 2, continuou ausente. No tempo 3, os indicadores 1 e 8 mudaram na ausência da variável, e novamente mudaram no tempo 5, quando a variável mudou. Os indicadores 2, 3 e 9 também mudaram no tempo 5, com a presença da variável, enquanto que, os indicadores 6 e 7 mudaram no tempo 6.

C. Pressão exercida pela Organização da Unidade Africana - OUA

A Organização da Unidade Africana (OUA) foi criada como resultado dos primeiros passos para a independência de Gana e Guiné Conacri em 1957 e 1958, respectivamente. Embora uma federação entre esses países não tenha sido duradoura, levou ao surgimento de um movimento de unidade com outras nações africanas. O Grupo de Casablanca foi formado em 1961, e o Grupo de Monróvia, composto principalmente pelas ex-colônias francesas, defendeu a criação de uma OUA representativa de cada Estado soberano.

No entanto, a criação da OUA enfrentou desafios significativos. As antigas potências coloniais ainda exerciam influência na região, apesar de terem sido enfraquecidas pela Segunda Guerra Mundial e pela descolonização. Elas resistiam a qualquer projeto de unificação africana devido a seus interesses econômicos e comerciais. Além disso, o apoio esperado do campo progressista, incluindo a União Soviética e a China Popular, não se concretizou, e os Estados Unidos apoiaram as potências coloniais aliadas.

A OUA foi constituída em 1963, com a mediação do Imperador da Etiópia, Hailé Selassié. Seus objetivos incluíam combater o colonialismo, promover o pan-africanismo e lutar contra o apartheid. A organização buscava fortalecer a cooperação entre seus membros,

defender a independência, soberania e integridade territorial dos Estados africanos, além de atuar nas áreas de economia, defesa, segurança coletiva e cultura.

No entanto, a OUA enfrentou obstáculos históricos, políticos, estruturais e jurídicos que comprometeram sua eficácia. Embora tenha denunciado o colonialismo e a interferência externa na África, assim como defendido a independência e a condenação do apartheid, a organização teve dificuldade em lidar com contradições e crises, como a do Congo, as guerras civis na Nigéria, Angola e Sudão, e as violações de direitos humanos em alguns Estados-membros (GOMES, 2008; MURITHI, 2008).

Apesar disso, a OUA manteve-se neutra na Guerra Fria e focada em seu objetivo de libertar a África da opressão colonial e imperialista. Embora não tenha exercido pressão significativa sobre os Estados-membros, a organização desempenhou um papel importante ao chamar a atenção da ONU para o processo de descolonização do continente.

Em resumo, a OUA foi formada como uma tentativa de conciliação entre facções que defendiam diferentes abordagens para a unidade africana. Embora tenha enfrentado desafios e limitações, a organização desempenhou um papel significativo na luta contra o colonialismo e na promoção da independência e soberania dos Estados africanos. No entanto, sua atuação foi muitas vezes silenciosa diante de crises e violações de direitos humanos.

A variável (C), pressão exercida pela OUA, se mostrou ausente em todos os momentos. Ela não mudou.

Indicador (1): Cooperação exclusiva com os países do bloco socialista internacional.

- Ausente nos momentos 1, 2, 5 e 6.
- Presente nos momentos 3 e 4.
- A variável não mudou, mas o indicador alterou nos momentos 3 e 5.

Indicador (2): Anti-imperialismo.

- Ausente nos momentos 5 e 6.
- Presente nos momentos 1, 2, 3 e 4.
- A variável não mudou, mas o indicador alterou no momento 5.

Indicador (3): Alinhamento com os países do bloco ocidental democrático.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3 e 4.
- Presente nos momentos 5 e 6.
- A variável não mudou, mas o indicador alterou no momento 5.

Indicador (4): Alinhamento com as instituições africanas.

- Presente nos momentos 1 a 6.
- A variável e o indicador não mudaram.

Indicador (5): Direito de minorias/etnias.

- Ausente nos momentos 1 a 6.
- A variável e o indicador não mudaram.

Indicador (6): Direito de existência de oposição.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3, 4 e 5.
- Presente no momento 6.
- A variável não mudou, mas o indicador alterou no momento 6.

Indicador (7): Liberdade de imprensa.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3, 4 e 5.
- Presente no momento 6.
- A variável não mudou, mas o indicador alterou no momento 6.

Indicador (8): Defesa da estatização.

- Ausente nos momentos 1, 2, 5 e 6.
- Presente nos momentos 3 e 4.
- A variável não mudou, mas o indicador alterou nos momentos 3 e 5.

Indicador (9): Incentivo à livre iniciativa.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3 e 4.
- Presente nos momentos 5 e 6.
- A variável não mudou, mas o indicador alterou no momento 5.

6.1.3. Análise dos resultados

Tabela 30: Pressão exercida pela OUA

Indicadores	Tempo 1	Tempo 2	Tempo 3	Tempo 4	Tempo 5	Tempo 6
1	0	1	2	1	2	1
2	0	1	1	1	2	1
3	0	1	1	1	2	1
4	0	1	1	1	1	1
5	0	1	1	1	1	1
6	0	1	1	1	1	2
7	0	1	1	1	1	2
8	0	1	2	1	2	1
9	0	1	1	1	2	1

Indicadores: 1. Cooperação exclusiva com os países do bloco socialista internacional. 2. Anti-imperialismo 3. Alinhamento com os países do bloco ocidental democrático 4. Alinhamentos com Instituições africanas. 5. Direito das minorias/etnias. 6. Direito de existência de oposição 7. Liberdade de imprensa 8. Defesa de Estatização 9. Incentivo a livre iniciativa

0= tempo inicial (T1) variável pressão exercida pela OUA ausente

1= variável pressão exercida pela OUA continua ausente e não mudou indicador

2 = variável pressão exercida pela OUA continua ausente e mudou indicador

3= variável pressão exercida pela OUA presente e não mudou indicador

4= variável pressão exercida pela OUA presente e mudou indicador

Fonte: FRELIMO (1962, 1968, 1977, 1983, 1989 e 1991)

A tabela apresenta dados sobre a variável pressão exercida pela Organização da Unidade Africana (OUA) em diferentes períodos de tempo, com base em 9 indicadores específicos. A variável assume valores de 0 a 4, representando diferentes situações.

No tempo inicial (T1), a variável apresenta valor 0, indicando ausência de pressão exercida pela OUA.

Mesmo com a variável pressão exercida pela OUA se mostrando ausente em todos os tempos, é possível observar que os indicadores 1 e 8 mudaram nos tempos 3 e 5, enquanto que os indicadores 2, 3 e 9 se alteraram somente no tempo 5. Os indicadores 6 e 7 mudaram no tempo 6.

D. Pressão para introdução das eleições

Em relação às eleições, é importante salientar que durante o período em estudo não foram realizadas eleições, devido ao regime de partido único adotado após a independência. Durante a luta pela independência, de 1962 a 1975, a FRELIMO realizou apenas eleições

internas para viabilizar a estrutura e as atividades partidárias. De 1975 a 1991, a FRELIMO optou pela ditadura partidária, sendo a única representante dos moçambicanos.

O processo eleitoral só ocorreu em 1994, após o término da guerra civil em 1992. No entanto, em 1991, com a introdução da nova constituição que abria espaço para a realização das eleições, a FRELIMO viu-se obrigada a desenvolver um programa que preparasse o partido para as eleições, que poderiam ocorrer a qualquer momento, dependendo das negociações de paz com a RENAMO. Além disso, a constituição anunciada em 1990 já previa a introdução de eleições gerais, tornando necessário adequar o programa de 1991 à nova realidade.

O congresso de 1991 foi realizado três anos antes do prazo estatutário, não por acaso. Segundo a FRELIMO (1991), razões ponderosas levaram o comitê central a tomar a decisão de convocá-lo antecipadamente. O objetivo do congresso era alinhar o partido com o avanço irreversível da sociedade moçambicana, que era resultado das mudanças estruturais e da democratização promovida sob pressão internacional.

Essas medidas visavam colocar a FRELIMO em sintonia com as transformações políticas e sociais em curso no país.

A *variável (A), pressão para introdução de eleições*, se mostrou ausente do primeiro ao quarto momento. No quinto se fez presente (mudou).

Indicador (1): Cooperação exclusiva com os países do bloco socialista internacional.

- Ausente nos momentos 1, 2, 5 e 6.
- Presente nos momentos 3 e 4.
- Quando a variável alterou no momento 5, o indicador mudou.

Indicador (2): Anti-imperialismo.

- Ausente nos momentos 5 e 6.
- Presente nos momentos 1, 2, 3 e 4.
- Quando a variável alterou no momento 5, o indicador mudou.

Indicador (3): Alinhamento com os países do bloco ocidental democrático.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3 e 4.
- Presente nos momentos 5 e 6.
- Quando a variável alterou no momento 5, o indicador mudou.

Indicador (4): Alinhamento com as instituições africanas.

- Presente nos momentos 1 a 6.
- Quando a variável alterou no momento 5, o indicador não mudou.

Indicador (5): Direito de minorias/etnias.

- Ausente nos momentos 1 a 6.
- Quando a variável alterou no momento 5, o indicador não mudou.

Indicador (6): Direito de existência de oposição.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3, 4 e 5.
- Presente no momento 6.
- Quando variável alterou no momento 5, o indicador não mudou.

Indicador (7): Liberdade de imprensa.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3, 4 e 5.
- Presente no momento 6.
- Quando a variável alterou no momento 5, o indicador não mudou.

Indicador (8): Defesa da estatização.

- Ausente nos momentos 1, 2, 5 e 6.
- Presente nos momentos 3 e 4.
- Quando a variável alterou no momento 5, o indicador também mudou.

Indicador (9): Incentivo à livre iniciativa.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3 e 4.
- Presente nos momentos 5 e 6.
- Quando a variável alterou no momento 5, o indicador também mudou.

6.1.4. Análise dos resultados

Tabela 31: Pressão para introdução de eleições

Indicadores	Tempo 1	Tempo 2	Tempo 3	Tempo 4	Tempo 5	Tempo 6
1	0	1	2	1	4	3
2	0	1	1	1	4	3
3	0	1	1	1	4	3
4	0	1	1	1	3	3
5	0	1	1	1	3	3
6	0	1	1	1	3	4
7	0	1	1	1	3	4
8	0	1	2	1	4	3
9	0	1	1	1	3	3

Indicadores: 1. Cooperação exclusiva com os países do bloco socialista internacional. 2. Anti-imperialismo 3. Alinhamento com os países do bloco ocidental democrático 4. Alinhamentos com Instituições africanas. 5. Direito das minorias/etnias. 6. Direito de existência de oposição 7. Liberdade de imprensa 8. Defesa de Estatização 9. Incentivo a livre iniciativa

0= tempo inicial (T1) variável pressão para introdução de eleições ausente

1= variável pressão para introdução de eleições continua ausente e não mudou indicador

2 = variável pressão para introdução de eleições continua ausente e mudou indicador

3= variável pressão para introdução de eleições presente e não mudou indicador

4= variável pressão para introdução de eleições presente e mudou indicador

Fonte: FRELIMO (1962, 1968, 1977, 1983, 1989 e 1991)

Na tabela, são apresentados dados sobre a variável pressão para introdução de eleições ao longo de seis períodos de tempo. O tempo inicial, T1, representa a ausência da variável.

Dos nove indicadores analisados, sete apresentaram mudanças em diferentes períodos de tempo. Os indicadores 1 e 8, mudaram na ausência da variável, no tempo 3 e novamente mudaram com a presença da variável no tempo 5. Enquanto que os indicadores 2, 3, e 9, somente mudaram com a presença na variável no tempo 5 e os indicadores 6 e 7 alteraram no sexto tempo.

6.2. VARIÁVEIS POLÍTICAS INTERNAS

E. Conflitos armados

A guerra de independência foi uma resposta à falta de vontade política e intolerância do regime português, mesmo após a Declaração da ONU sobre a concessão da independência aos povos colonizados. A estratégia inicial de luta pela independência de Moçambique era diplomática, buscando persuadir Portugal a mudar sua abordagem sobre a colonização. No entanto, após o esgotamento das tentativas de diálogo, a FRELIMO optou pela luta armada.

Durante a guerra de independência, a FRELIMO contou com o apoio de algumas organizações da sociedade civil americana, principalmente igrejas, uma vez que o posicionamento geopolítico da Europa favorecia correntes pró-marxistas. Os líderes dos movimentos nacionalistas moçambicanos foram formados principalmente em Portugal, França e países do leste europeu. A intransigência de Portugal perante as pressões dos movimentos nacionalistas e da comunidade internacional levou à decisão da FRELIMO de utilizar todos os meios disponíveis, incluindo a via armada, para eliminar a dominação portuguesa.

No entanto, durante a guerra de independência, as estratégias de luta armada não estavam bem definidas. Alguns acreditavam que uma ação violenta na capital seria suficiente para levar Portugal às negociações, enquanto outros defendiam um levantamento popular contra os colonos ou uma guerra de guerrilha acompanhada de politização das populações. A guerra pela independência de Moçambique foi encerrada em 1974 com a assinatura dos Acordos de Lusaka entre o governo português e a FRELIMO.

Para compreensão dos conflitos civis, vários projetos acadêmicos têm sido desenhados, em parte movidos pela necessidade contribuir para o conhecimento, em parte em resposta às necessidades políticas e humanitárias de os prever e prevenir, e de aperfeiçoar os mecanismos para atenuar os efeitos. No entanto, a nossa preocupação com esta sub variável "guerra" civil é de procurar perceber o seu contributo nas opções políticas adotadas pela FRELIMO em consequência da pressão exercida pela convulsão armada (ARAUJO, 2015).

Com base na teoria da "*escolha racional*", argumenta-se que as causas internas que levam ao conflito civil podem ser explicadas ao desvendar as origens desse conflito, sendo a economia a razão fundamental por trás dessa explicação. Nesse sentido, a guerra civil surge a partir da decisão de uma parte específica da sociedade de se revoltar contra o Estado do país, buscando ganhos materiais ou políticos, ou expressando ressentimento (ARAUJO, 2015).

Três anos após a proclamação da independência um novo conflito eclode, a guerra civil que duraria 16 anos ininterruptos. Num primeiro momento foi conflito caracterizado por uma guerra de desestabilização contra as políticas comunistas oficializadas no terceiro congresso da FRELIMO em 1977. Mas a partir de 1980 a RENAMO, viria a se tornar autônoma. Esse aspecto ficou visível com a independência da Rodésia do Sul, pois, ao transferir a sua base de apoio para o território sul-africano, de alguma forma revelava uma atitude de independência.

Diversos elementos contribuíram para a aceitação da RENAMO pela sociedade moçambicana. De acordo com Bolinhas (2005), a insatisfação vivenciada após a independência foi um dos principais motivos, marcada pelo profundo desrespeito sentido pelo povo, refletido nas políticas de aldeias comunais, campos de reeducação e na destruição de referências religiosas. O movimento rebelde foi capaz de explorar habilmente a falta de sensibilidade das autoridades governamentais. A marginalização das autoridades tradicionais também jogou a seu favor, já que o governo não considerou a influência e o status dos líderes tradicionais anteriores ao período colonial. Além disso, a RENAMO se beneficiou da intolerância em relação às práticas religiosas, do desencanto dos jovens das comunidades rurais e da concentração do poder administrativo no sul do país. Esses fatores, aliados à brutalidade paralisante de um exército bem organizado, continuamente alimentado e apoiado externamente, resultaram em dezesseis anos de conflito sangrento.

A combinação desses fatores pressionou a FRELIMO a reavaliar suas estratégias e iniciar um processo de abertura em direção ao ocidente durante o mandato do presidente Samora Machel. Isso pode ser observado pela adesão de Moçambique ao Banco Mundial e ao FMI em setembro de 1984, a assinatura do Acordo de Lomé III em dezembro do mesmo ano e o encontro de Samora Machel com Ronald Reagan na Casa Branca em setembro de 1985, o que resultou em uma melhoria nas relações com os Estados Unidos e na remoção de Moçambique da "lista negra" de grupos considerados terroristas ou comunistas. A morte de Samora Machel em outubro de 1986 encerrou definitivamente as possibilidades de construção do socialismo em Moçambique, um encerramento que já havia sido iniciado por ele anteriormente (CARDOSO, 2021).

Parte destas reformas são o resultado da pressão (guerra) e reivindicações da RENAMO que exigia, segundo os seus estatutos publicados em 1989, o seguinte:

Na política a) despejo do sistema de ditadura comunista e remoção de executivos seniores, identificados no plano, sem procurar vingança. Só por perdoar e esquecer, será possível construir um Moçambique de

prosperidade para todos os moçambicanos. b) Criação de um Governo de Concórdia Nacional com a missão de pacificar o país, estabelecer e estabilizar a ordem democrática e preparar as condições de recuperação social e económica. A unidade dos moçambicanos é essencial para enfrentar os desafios. c) as pessoas têm o direito de escolher livremente e votar o sistema político, social e económico do país. Nada será imposta sobre a maioria por uma minoria agressiva. d) tradições, costumes e personalidade dos moçambicanos do nosso tempo vão ser sempre respeitados por todas as autoridades. 2. Na Economia a) o setor público, será utilizado para a avaliação e supervisão do sector privado, considerado fator de impulsionador da prosperidade económica de Moçambique. A conciliação de interesses, atividade sintética do Estado, é a condição essencial para a recuperação económica do país. b) os planos de desenvolvimento serão direcionados para o aumento da riqueza nacional, harmonizando o desenvolvimento de todas as regiões e redistribuição de renda. Investimentos desnecessários, especulativos ou de luxo (voluntários) serão combatidos, e sistemas de apoio ao investimento útil e pleno emprego será desenvolvido. c) os monopólios, oligopólios ou exploração económica de uma classe ou sector por outra classe ou sector não serão permitidos. Serão tomadas medidas no sentido de uma proteção eficaz dos consumidores e sua respectiva participação no desenvolvimento das leis económicas. d) O dinheiro arrecadado do povo deve ser usado corretamente para beneficiar o povo. A tributação é um instrumento de justiça económica. e) A situação de propriedade apreendidos ou sob resposta serão analisados quanto à possível devolução. Não vamos nacionalizar sem compensação justa e oportuna. 3. Na Justiça: a) Todos os cidadãos estão no mesmo pé de igualdade perante a lei com os mesmos direitos e deveres. Ninguém será condenado sem defesa adequada, ninguém será preso sem ordem ou mandato da autoridade competente. b) os juizes serão profissionais, independente e inamovíveis. As outras garantias e salvaguardas serão dadas aos juizes para julgar em consciência e de acordo com a lei. c) os julgamentos serão públicos e abertos ao público. O acusado será defendido por um advogado da sua escolha e sem restrições. d) os prisioneiros políticos serão libertados e seus casos revistos por juizes imparciais. É na dignidade e na justiça que se encontra a prosperidade de Moçambique (RENAMO, 1989, p.16).

A *variável (E) - conflitos armados*, esteve presente em todos os seis momentos analisados, sem registrar mudanças.

Indicador (1): Cooperação exclusiva com os países do bloco socialista internacional.

- Ausente nos momentos 1, 2, 5 e 6.
- Presente nos momentos 3 e 4.
- A variável não mudou, mas o indicador alterou nos momentos 3 e 5.

Indicador (2): Anti-imperialismo.

- Ausente nos momentos 5 e 6.
- Presente nos momentos 1, 2, 3 e 4.
- A variável não mudou, mas o indicador alterou no momento 5.

Indicador (3): Alinhamento com os países do bloco ocidental democrático.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3 e 4.
- Presente nos momentos 5 e 6.
- A variável não mudou, mas o indicador alterou no momento 5.

Indicador (4): Alinhamento com as instituições africanas.

- Presente nos momentos 1 a 6.
- A variável e o indicador não mudaram.

Indicador (5): Direito de minorias/etnias.

- Ausente nos momentos 1 a 6.
- A variável e o indicador não mudaram.

Indicador (6): Direito de existência de oposição.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3, 4 e 5.
- Presente no momento 6.
- A variável não mudou, mas o indicador alterou no momento 6.

Indicador (7): Liberdade de imprensa.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3, 4 e 5.
- Presente no momento 6.
- A variável não mudou, mas o indicador alterou no momento 6.

Indicador (8): Defesa da estatização.

- Ausente nos momentos 1, 2, 5 e 6.
- Presente nos momentos 3 e 4.
- A variável não mudou, mas o indicador alterou nos momentos 3 e 5.

Indicador (9): Incentivo à livre iniciativa.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3 e 4.
- Presente nos momentos 5 e 6.
- A variável não mudou, mas o indicador alterou no momento 5.

6.2.1. Análise dos resultados

Tabela 32: Conflitos armados

Indicadores	Tempo 1	Tempo 2	Tempo 3	Tempo 4	Tempo 5	Tempo 6
1	0	1	2	1	2	1
2	0	1	1	1	2	1
3	0	1	1	1	2	1
4	0	1	1	1	1	1
5	0	1	1	1	1	1
6	0	1	1	1	1	2
7	0	1	1	1	1	2
8	0	1	2	1	2	1
9	0	1	1	1	2	1

Indicadores: 1. Cooperação exclusiva com os países do bloco socialista internacional. 2. Anti-imperialismo 3. Alinhamento com os países do bloco ocidental democrático 4. Alinhamentos com Instituições africanas. 5. Direito das minorias/etnias. 6. Direito de existência de oposição 7. Liberdade de imprensa 8. Defesa de Estatização 9. Incentivo a livre iniciativa

0= tempo inicial (T1) variável conflito armado presente

1= variável conflito armado continua presente e não mudou indicador

2 = variável conflito armado continua presente e mudou indicador

3= variável conflito armado ausente e não mudou indicador

4= variável conflito armado ausente e mudou indicador

Fonte: FRELIMO (1962, 1968, 1977, 1983, 1989 e 1991)

Os dados apresentados na tabela referem-se a variável conflitos armados em diferentes momentos do tempo, representados pelos valores 0, 1, 2, 3 e 4.

Ao analisar os dados, é possível observar que no tempo inicial (T1), a variável conflito armado esteve presente. Continuou presente nos 5 tempos elencados.

No entanto, é possível identificar alguns indicadores que apresentaram mudanças ao longo do tempo. Por exemplo, os indicadores 1 e 8, que mudaram no segundo e quinto tempo. Os indicadores 2, 3 e 9, que alteraram no tempo 5. Enquanto que, os indicadores 6 e 7, somente passaram por mudanças no sexto tempo.

F. Mudança de facções

Durante o período de 1962 a 1970, a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) enfrentou uma série de conflitos internos que abalaram sua liderança. Durante esses confrontos, intelectuais de inspiração marxista, em sua maioria provenientes da região sul de Moçambique, afastaram membros da liderança e outros quadros que se opunham a eles. Essa mudança de facções ocorreu apesar do campo de ação da FRELIMO se limitar principalmente às regiões do norte e parte do centro do país, enquanto os quadros afastados eram originários dessas mesmas regiões.

A explicação para essa mudança de facções reside nas dinâmicas de relações de poder entre os grupos internos da FRELIMO, sua posição no movimento independentista e suas estratégias de ação. A facção sulista conseguiu impor sua orientação em todo o movimento através do controle do aparelho militar, que se tornou a força mais importante da FRELIMO. Os intelectuais do Sul, com figuras proeminentes como Eduardo Mondlane e Marcelino dos Santos, ocuparam posições-chave na liderança política e militar da organização, o que lhes permitiu impor suas resoluções e estratégias.

Por outro lado, as figuras da região central de Moçambique tinham pouca representatividade e não ocupavam posições de destaque no aparelho militar. Além disso, eles não tinham uma base social sólida e não estavam envolvidos diretamente na luta armada. Dessa forma, eles não tinham condições de resistir à orientação sulista.

Embora tenha sido frequentemente evocado o argumento de origem regional durante as crises internas da FRELIMO, a questão étnica não desempenhou um papel significativo nessas dinâmicas. A hegemonia sulista foi construída com base na aliança estabelecida com os militares, no controle do exército e nas condições internas e externas da luta anticolonial.

Essa mudança de facções teve um impacto duradouro na FRELIMO, pois os líderes oriundos da facção sulista influenciaram amplamente a trajetória programática do partido até 1991, mantendo a hegemonia dentro da organização.

A *variável (F), a mudança de facções*, se mostrou ausente no primeiro, terceiro, quarto, quinto e sexto momento. Foi registrada como presente no segundo momento, representando mudança.

Indicador (1): Cooperação exclusiva com os países do bloco socialista internacional.

- Ausente nos momentos 1, 2, 5 e 6.
- Presente nos momentos 3 e 4.

- Quando a variável alterou no segundo momento, o indicador não mudou.

Indicador (2): Anti-imperialismo.

- Ausente nos momentos 5 e 6.
- Presente nos momentos 1, 2, 3 e 4.
- Quando a variável alterou no segundo momento, o indicador não mudou.

Indicador (3): Alinhamento com os países do bloco ocidental democrático.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3 e 4.
- Presente nos momentos 5 e 6.
- Quando a variável alterou no segundo momento, o indicador não mudou.

Indicador (4): Alinhamento com as instituições africanas.

- Presente nos momentos 1 a 6.
- Quando a variável alterou no segundo momento, o indicador não mudou.

Indicador (5): Direito de minorias/etnias.

- Ausente nos momentos 1 a 6.
- Quando a variável alterou no segundo momento, o indicador não mudou.

Indicador (6): Direito de existência de oposição.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3, 4 e 5.
- Presente no momento 6.
- Quando a variável alterou no segundo momento, o indicador não mudou.

Indicador (7): Liberdade de imprensa.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3, 4 e 5.
- Presente no momento 6.
- Quando a variável alterou no segundo momento, o indicador não mudou.

Indicador (8): Defesa da estatização.

- Ausente nos momentos 1, 2, 5 e 6.
- Presente nos momentos 3 e 4.

- Quando a variável alterou no segundo momento, o indicador não mudou.

Indicador (9): Incentivo à livre iniciativa.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3 e 4.
- Presente nos momentos 5 e 6.
- Quando a variável alterou no segundo momento, o indicador não mudou.

6.2.2. Análise dos resultados

Tabela 33: Mudança de facções

Indicadores	Tempo 1	Tempo 2	Tempo 3	Tempo 4	Tempo 5	Tempo 6
1	0	3	2	1	2	1
2	0	3	1	1	2	1
3	0	3	1	1	2	1
4	0	3	1	1	1	1
5	0	3	1	1	1	1
6	0	3	1	1	1	2
7	0	3	1	1	1	2
8	0	3	2	1	2	1
9	0	3	1	1	2	1

Indicadores: 1. Cooperação exclusiva com os países do bloco socialista internacional. 2. Anti-imperialismo 3. Alinhamento com os países do bloco ocidental democrático 4. Alinhamentos com Instituições africanas. 5. Direito das minorias/etnias. 6. Direito de existência de oposição 7. Liberdade de imprensa 8. Defesa de Estatização 9. Incentivo a livre iniciativa

0= tempo inicial (T1) variável mudança de facções ausente

1= variável mudança de facções continua ausente e não mudou indicador

2 = variável mudança de facções continua ausente e mudou indicador

3= variável mudança de facções presente e não mudou indicador

4= variável mudança de facções presente e mudou indicador

Fonte: FRELIMO (1962, 1968, 1977, 1983, 1989 e 1991)

Na presente tabela, observa-se que, a variável de mudança de facções está ausente no primeiro tempo. No tempo dois, se mostra presente, mas sem mudança dos indicadores.

A tendência de alteração de indicadores ao longo do tempo, se observa no tempo 3, para os indicadores 1 e 8. No quinto tempo para os indicadores 2, 3 e 9. Na sequência no sexto tempo para os indicadores 6 e 7. Referir que essas alterações ocorreram na ausência da variável.

6.3. VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS

G. Dívida externa

No início da década de 1960, as Nações Unidas iniciaram uma década de desenvolvimento com o objetivo de reduzir o fosso entre o mundo rico e o mundo pobre. No entanto, as dívidas do Terceiro Mundo aumentaram devido ao aumento dos juros internacionais e à implementação de programas de ajuste estrutural exigidos por doadores e instituições de crédito.

Vários fatores contribuíram para o crescimento negativo de Moçambique após a independência, incluindo a saída em massa dos portugueses, o repatriamento de trabalhadores moçambicanos pela África do Sul e o encerramento das fronteiras com o Zimbábue devido a sanções da ONU. Essas condições econômicas adversas levaram o governo de Moçambique a buscar alianças internacionais, especialmente com os Estados Unidos, para obter apoio político e financeiro.

Em 1983, Moçambique iniciou negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) e assinou um acordo de não agressão e boa vizinhança com a África do Sul em 1984. Tornou-se membro do FMI e do BM, o que permitiu ao país receber assistência bilateral significativa das instituições internacionais de ajuda ao desenvolvimento. No entanto, as negociações com essas instituições resultaram em programas de ajuste econômico que exigiam a adaptação da economia de Moçambique ao mercado e o envolvimento do setor privado.

O governo de Moçambique adotou as Diretrizes Econômicas e Sociais durante o IV Congresso da FRELIMO em 1983 para combater a crise econômica. No entanto, as medidas econômicas propostas pelo país não satisfizeram completamente os credores bilaterais internacionais, que exigiam uma maior influência do setor privado e a desvalorização da moeda nacional para estimular as exportações.

As negociações com o FMI e o BM foram desafiadoras para Moçambique, uma vez que o país estava em uma situação de quase falência e em guerra. O Fundo Monetário Internacional teve inicialmente receios em permitir que Moçambique se tornasse membro, mas acabou sendo forçado a aceitar o país como sócio. No entanto, os programas de ajuste econômico elaborados nessas negociações eram baseados em potencialidades futuras de exportação e não abordavam adequadamente a reconstrução e reabilitação das infraestruturas destruídas durante a guerra.

Apesar dos esforços do governo da FRELIMO, a crise econômica e a desestabilização sul-africana continuaram a ter um impacto negativo em Moçambique. As empresas estatais acumularam prejuízos significativos, e o governo enfrentava desafios em introduzir mudanças necessárias para superar a crise.

Tabela 34: Indicadores Financeiros Externos 1984-1989 (milhões de dólares dos E.U.A)

	1984	1986	1987	1988	1989
Divida Total	2400	Nd	4000	4000	4300
Serviços da divida (teórico) %	196	247	228	206	182
Importações de bens de serviço	-690	-820	-910	-1034	-1240
Exportações de bens de serviço	214	295	234	244	283
Conta corrente	-476	-525	-676	-790	-957
Amortizações	-338	-336	-384	-363	-277
Saldo financeiro	-814	-861	-1060	-1153	-1234
Coberta por:					
Donativo	168	213	304	416	436
Créditos	265	284	301	290	379
Reescalamento da divida, saldo residual	381	364	455	447	419

nd- dados não disponíveis

Fonte: Hermele (1990:16)

Foi neste contexto, que foram desembolsados a Moçambique sete créditos ligados ao ajustamento estrutural e 37 créditos de investimento, totalizando um valor de aproximadamente 2.4 bilhões de US\$. A tabela a seguir, sintetiza as concessões efetuados entre 1990 a 2002 (BM, 2003, p. 03). Portanto, a tabela demonstra o nível de endividamento resultantes das negociações que decorreram desde 1984 a 1990, assim como a forte dependência externa da economia moçambicana.

Tabela 35: Desembolsos dos empréstimos do Banco Mundial a Moçambique: 1990-2002⁹

(Milhões de dólares)

Ano final	Investimento	Ajustamento	Total
1990	11.0	34.7	45.7
1991	28.5	60.0	88.5
1992	33.1	3.2	36.3

Fonte: BM (2003, p.3)

⁹ É importante referenciar que as ações do Banco Mundial passaram a ser de domínio público a partir de 1998, quando o conselho de diretores executivos da instituição aprovou uma nova política que autoriza a produção de informação pública das atividades do *Country Assistance Strategy* (CAS) (BM, 2003, p. 06).

Com a publicação das informações do *Country Assistance Strategy* (CAS), os principais projetos implantados em Moçambique passaram a ser conhecidos. Na sequência, “cerca de 40 dos países mais ricos contribuíam a cada quatro anos com donativos para os cofres da *Internacional Development Assistance* (IDA) (LUÍS, 2005).

Uma análise mais detalhada revela que o Banco Mundial, por meio do que é chamado de "concessão de doações", mascara a verdadeira natureza desses fundos. As doações não implicam necessariamente a isenção do pagamento da dívida. Cerca de 20% a 40% dessas doações em forma financeira são obrigatoriamente destinadas a áreas sociais ou prestação de serviços, sem possibilidade de reinvestimento. Isso fica evidente ao considerar que cerca de 26 milhões de dólares concedidos a Moçambique na década de 1990 foram direcionados para a reforma do setor público, programas de prevenção e combate ao HIV/AIDS e projetos de reconstrução do país após o último conflito armado, que terminou em 1992 (LUÍS, 2005).

Conforme destacado por Luís (2005), os anos 1980 foram caracterizados por uma crise abrangente de endividamento externo nos países em desenvolvimento, conhecidos como o terceiro mundo. Em resposta a essa situação, o Banco Mundial iniciou suas ações estratégicas para reestruturar a economia desses países, implementando os chamados "programas de ajuste estrutural". Essas medidas visavam garantir o pagamento das dívidas externas dos países devedores.

A *variável (G), dívida externa*, esteve ausente no primeiro e segundo momento. Mudou no terceiro momento.

Indicador (1): Cooperação exclusiva com os países do bloco socialista internacional.

- Ausente nos momentos 1, 2, 5 e 6.
- Presente nos momentos 3 e 4.
- Quando a variável alterou no terceiro momento, o indicador mudou.

Indicador (2): Anti-imperialismo.

- Ausente nos momentos 5 e 6.
- Presente nos momentos 1, 2, 3 e 4.
- Quando a variável alterou no terceiro momento, o indicador não mudou.

Indicador (3): Alinhamento com os países do bloco ocidental democrático.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3 e 4.

- Presente nos momentos 5 e 6.
- Quando a variável alterou no terceiro momento, o indicador não mudou.

Indicador (4): Alinhamento com as instituições africanas.

- Presente nos momentos 1 a 6.
- Quando a variável alterou no terceiro momento, o indicador não mudou.

Indicador (5): Direito de minorias/etnias.

- Ausente nos momentos 1 a 6.
- Quando a variável alterou no terceiro momento, o indicador não mudou.

Indicador (6): Direito de existência de oposição.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3, 4 e 5.
- Presente no momento 6.
- Quando a variável alterou no terceiro momento, o indicador não mudou.

Indicador (7): Liberdade de imprensa.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3, 4 e 5.
- Presente no momento 6.
- Quando a variável alterou no terceiro momento, o indicador não mudou.

Indicador (8): Defesa da estatização.

- Ausente nos momentos 1, 2, 5 e 6.
- Presente nos momentos 3 e 4.
- Quando a variável alterou no terceiro momento, o indicador mudou.

Indicador (9): Incentivo à livre iniciativa.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3 e 4.
- Presente nos momentos 5 e 6.
- Quando a variável alterou no terceiro momento, o indicador não mudou.

6.3.1. Análise dos resultados

Tabela 36: Dívida externa

Indicadores	Tempo 1	Tempo 2	Tempo 3	Tempo 4	Tempo 5	Tempo 6
1	0	1	4	3	4	3
2	0	1	3	3	4	3
3	0	1	3	3	4	3
4	0	1	3	3	3	3
5	0	1	3	3	3	3
6	0	1	3	3	3	4
7	0	1	3	3	3	4
8	0	1	4	3	4	4
9	0	1	3	3	4	3

Indicadores: 1. Cooperação exclusiva com os países do bloco socialista internacional. 2. Anti-imperialismo 3. Alinhamento com os países do bloco ocidental democrático 4. Alinhamentos com Instituições africanas. 5. Direito das minorias/etnias. 6. Direito de existência de oposição 7. Liberdade de imprensa 8. Defesa de Estatização 9. Incentivo a livre iniciativa

0= tempo inicial (T1) variável dívida externa ausente

1= variável dívida externa continua ausente e não mudou indicador

2 = variável dívida externa continua ausente e mudou indicador

3= variável dívida externa presente e não mudou indicador

4= variável dívida externa presente e mudou indicador

Fonte: FRELIMO (1962, 1968, 1977, 1983, 1989, 1991)

A tabela apresenta a análise do impacto da variável dívida externa sobre os indicadores em diferentes momentos do tempo.

Observa-se que, em relação à dívida externa, no tempo inicial (T1) ela está ausente, razão pela qual, em todos os casos (valor 0). No tempo 2, ela continua ausente (valor 3). No terceiro tempo nos indicadores 1 e 8, houve mudança, com a presença do indicador (valor 2). No quarto tempo, a variável continuou presente, mas os indicadores não mudaram (valor 1).

No quinto tempo, a variável dívida externa, continuou presente, somente os indicadores 1, 2, 3, 8 e 9 mudaram. Enquanto que no sexto tempo, com a presença da variável os indicadores 6 e 7 alteraram.

H. Pobreza

A pobreza tem ocupado um lugar importante no discurso da FRELIMO desde a independência de Moçambique em 1962. Diversas estratégias políticas, econômicas e sociais

foram implementadas a partir de 1975 para combater a pobreza, e várias explicações sobre suas causas foram oferecidas. Naquela época, a pobreza que afetava os moçambicanos era vista como uma consequência direta do colonialismo português, que visava enriquecer Portugal às custas do trabalho moçambicano, mantendo o país em dependência e sem desenvolvimento rural e industrial. Era alegado que Portugal buscava pilhar Moçambique, transferindo suas riquezas para a metrópole, enquanto mantinha o povo moçambicano na ignorância. Após a Revolução dos Cravos em Portugal em 1974, ocorreram atos de sabotagem e anarquia por parte dos colonialistas, que transformaram uma economia já atrasada em um completo caos (BRITO, 2019).

Para Brito (2019), a guerra civil que assolou o país por cerca de dezessete anos (1976-1992) também foi apontada como uma das causas da pobreza em Moçambique. De acordo com a FRELIMO, o país era pobre devido à guerra civil liderada pelos rebeldes armados da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), que contaram com o apoio dos regimes minoritários e racistas da Rodésia do Sul e África do Sul. Esses regimes hostilizaram o governo "marxista-leninista" da FRELIMO desde o início e destruíram a base socioeconômica do país. Além disso, a vulnerabilidade de Moçambique a desastres naturais também foi apontada como agravante da situação.

No entanto, a explicação da pobreza e subdesenvolvimento por meio do colonialismo ou do imperialismo não era exclusiva de Moçambique. Essa visão também era observada em outros países africanos e do chamado terceiro mundo, muitas vezes sendo usada para justificar a incapacidade das elites desses países em formular políticas progressistas. Esses discursos e percepções foram influenciados pelo contexto da Guerra Fria e pelas teorias de dependência em voga na época. Com a independência do Zimbábue, o fim da Guerra Fria, do apartheid e da guerra civil, assim como a transição do marxismo-leninismo para o liberalismo, muitos abandonaram tais teorias para explicar o subdesenvolvimento de Moçambique (BRITO, 2010).

De acordo com Brito (2010), torna-se importante ressaltar que a luta contra a pobreza ocupou um lugar central no discurso da FRELIMO a partir da década de 1980, principalmente por ser uma agenda definida internacionalmente pelos doadores aos países pobres, especialmente africanos.

Em síntese, foram apresentados elementos respeitantes a questão da pobreza em Moçambique. Torna-se importante referir que, de 1962 a 1975, a principal preocupação era a luta pela libertação do território moçambicano da dominação colonial. Aspectos ligados a

pobreza, foram sempre mencionados porque, no entendimento do movimento, o regime colonial português era responsável pela situação em que o país se encontrava. Após a independência, com mais enfoque, o discurso sobre a pobreza ganhou ímpeto. Mas sem serem necessariamente feitos pesquisas que demonstrassem a realidade da questão. As avaliações realizadas, foram sempre no âmbito macroeconômico.

A partir de meados da década 1980, apesar da assinatura de acordos com as instituições financeiras ocidentais, a questão da pobreza continuou restrita aos discursos, com o intuito de convencer os doadores sobre a necessidade apoiar o país na luta contra esse mal. Somente da década de 1990, foram realizadas as primeiras pesquisas relativas à pobreza. Esses argumentos nos levam a concluir que, a pobreza não foi um elemento de pressão para as mudanças programáticas na FRELIMO.

A variável (H), a pobreza, se mostrou presente em todos momentos em pesquisa no presente trabalho.

Indicador (1): Cooperação exclusiva com os países do bloco socialista internacional.

- Ausente nos momentos 1, 2, 5 e 6.
- Presente nos momentos 3 e 4.
- A variável não mudou, mas o indicador alterou nos momentos 3 e 5.

Indicador (2): Anti-imperialismo.

- Ausente nos momentos 5 e 6.
- Presente nos momentos 1, 2, 3 e 4.
- A variável não mudou, mas o indicador alterou no momento 5.

Indicador (3): Alinhamento com os países do bloco ocidental democrático.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3 e 4.
- Presente nos momentos 5 e 6.
- A variável não mudou, mas o indicador alterou no momento 5.

Indicador (4): Alinhamento com as instituições africanas.

- Presente nos momentos 1 a 6.
- A variável e o indicador não mudaram.

Indicador (5): Direito de minorias/etnias.

- Ausente nos momentos 1 a 6.
- A variável e o indicador não mudaram.

Indicador (6): Direito de existência de oposição.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3, 4 e 5.
- Presente no momento 6.
- A variável não mudou, mas o indicador alterou no momento 6.

Indicador (7): Liberdade de imprensa.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3, 4 e 5.
- Presente no momento 6.
- A variável não mudou, mas o indicador alterou no momento 6.

Indicador (8): Defesa da estatização.

- Ausente nos momentos 1, 2, 5 e 6.
- Presente nos momentos 3 e 4.
- A variável não mudou, mas o indicador alterou nos momentos 3 e 5.

Indicador (9): Incentivo à livre iniciativa.

- Ausente nos momentos 1, 2, 3 e 4.
- Presente nos momentos 5 e 6.
- A variável não mudou, mas o indicador alterou no momento 5.

6.3.2. Análise dos resultados

Tabela 37: Pobreza

Indicadores	Tempo 1	Tempo 2	Tempo 3	Tempo 4	Tempo 5	Tempo 6
1	0	1	2	1	2	1
2	0	1	1	1	2	1
3	0	1	1	1	2	1
4	0	1	1	1	1	1
5	0	1	1	1	1	1
6	0	1	1	1	1	2
7	0	1	1	1	1	2
8	0	1	2	1	2	1
9	0	1	1	1	2	1

Indicadores: 1. Cooperação exclusiva com os países do bloco socialista internacional. 2. Anti-imperialismo 3. Alinhamento com os países do bloco ocidental democrático 4. Alinhamentos com Instituições africanas. 5. Direito das minorias/etnias. 6. Direito de existência de oposição 7. Liberdade de imprensa 8. Defesa de Estatização 9. Incentivo a livre iniciativa

0= tempo inicial (T1) variável pobreza presente

1= variável pobreza continua presente e não mudou indicador

2 = variável pobreza continua presente e mudou indicador

3= variável pobreza ausente e não mudou indicador

4= variável pobreza ausente e mudou indicador

Fonte: FRELIMO (1962, 1968, 1977, 1983, 1989 e 1991)

A tabela apresenta o impacto da variável pobreza sobre os indicadores relacionados ao longo de seis períodos de tempo.

Observando os dados apresentados, podemos notar que, a variável de pobreza estava presente no tempo inicial (T1) e, permaneceu presente ao longo do tempo. Além disso, enquanto presente, houve uma mudança nos indicadores 1, 2, 3, 4, 8 e 9, nos tempos 3 e 5.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As variáveis de política externa que, quando mudaram, causaram alterações nos indicadores foram: a influência política dos países socialistas, a pressão política internacional para a democracia e a pressão para a introdução das eleições. A única que não mudou foi a OUA. As mudanças dessas variáveis tiveram um impacto significativo nos indicadores (1) Cooperação exclusiva com os países do bloco socialista e (2) Anti-imperialismo e (3) Alinhamento com os países do bloco ocidental democrático. (8) Defesa de Estatização e (9) incentivo a livre iniciativa.

No tempo 5, os indicadores (1) Cooperação exclusiva com os países do bloco socialista, (2) Anti-imperialismo, (3) Alinhamento com os países do bloco ocidental democrático (8) Defesa de Estatização e (9) Incentivo à livre iniciativa foram influenciados pelas mudanças nas variáveis de política externa, nomeadamente: a influência política dos países socialistas, a pressão política internacional para a democracia e a pressão para a introdução das eleições desempenharam um papel importante na alteração desses indicadores.

Tabela 38: Mudanças nas Variáveis de Política Externa

Variáveis	Tempo 5
Influência política dos países socialistas	Sim
Pressão política internacional para a democracia	Sim
Pressão para a introdução das eleições	Sim

Fonte: FRELIMO (1962, 1968, 1977, 1983, 1989, 1991)

Em relação às variáveis de política interna, o conflito armado manteve-se sempre presente ao longo do tempo, sem sofrer alterações. No entanto, houve uma mudança da variável mudança de facções no segundo momento, mas essa alteração não teve impacto nos indicadores, ou seja, nenhum indicador mudou.

No que diz respeito as variáveis socioeconômicas, somente a dívida externa passou por mudança no tempo 3, quando pela primeira vez mudou. Em resultado da alteração, os indicadores (1) Cooperação exclusiva com os países do bloco socialista e (8) Defesa de estatização passaram por transformações. Essas mudanças nos indicadores são exclusivamente resultado da modificação da variável dívida externa.

A variável pobreza, por sua vez, se mostrou sempre presente ao longo do tempo sem passar por mudanças.

Tabela 39: Mudanças nas Variáveis Socioeconômicas

Variáveis	Tempo 3
Dívida externa	Sim

Fonte: FRELIMO (1962, 1968, 1977, 1983, 1989, 1991)

Em uma análise geral, podemos observar mudanças significativas em certos indicadores ao longo do tempo. No tempo 3, dois indicadores apresentaram alterações: (1) Cooperação exclusiva com os países do bloco socialista internacional e (8) Defesa de estatização. Essas mudanças ocorreram como resultada da mudança da variável dívida externa.

Já no tempo 5, ocorreram novamente alterações nos indicadores (1) Cooperação exclusiva com os países do bloco socialista internacional e (8) Defesa de estatização. Além disso, outros indicadores também mudaram, como (2) Anti-imperialismo, (3) Alinhamento com os países do bloco ocidental democrático e (9) Incentivo à livre iniciativa. Essas mudanças foram resultado das transformações em três variáveis de política externa: influência política dos países socialistas, pressão política internacional para a democracia e pressão para a introdução de eleições.

No tempo 6, não houve mudanças nas variáveis, porém, os indicadores (6) direito de existência de oposição e (7) liberdade de imprensa sofreram alterações

Para as alterações ocorridas no tempo 3, foi necessária a mudança de uma variável, a dívida externa. Nas modificações dos indicadores que ocorreram no tempo 5, três variáveis precisaram se unir, a influência política dos países socialistas, a pressão política internacional para a democracia e a pressão para a introdução das eleições, ambas de política externa. Torna-se importante ressaltar que a dívida externa muitas vezes envolve negociações com credores internacionais, como instituições financeiras internacionais e outros governos. As condições dessas negociações podem ser influenciadas pela posição política e ideológica do partido no poder, bem como pelos interesses nacionais do país. Portanto, a dívida externa pode afetar a agenda política de um partido e suas estratégias de negociação. Portanto ela também pode ser vista como uma variável de política externa.

A análise das mudanças nos indicadores ao longo dos tempos revela que não existe uma única variável que tenha causado alterações em todos os indicadores.

A necessidade de uma variável está relacionada à sua importância crítica na explicação ou previsão de um fenômeno específico. Uma variável necessária é aquela que desempenha um papel fundamental na compreensão completa do fenômeno em questão. Sem essa variável, nossa compreensão seria incompleta e não conseguiríamos obter uma explicação ou previsão precisa (FALLETI, 2016).

Enquanto que, a suficiência de uma variável se refere à sua capacidade de sozinha, explicar ou prever o fenômeno em questão, sem a necessidade de outras variáveis. Uma variável suficiente é aquela que, por si só, é capaz de fornecer informações completas e precisas sobre o fenômeno, sem a necessidade de incluir outras variáveis (FALLETI, 2016).

No entanto, é importante ressaltar que nem todas as variáveis são tanto necessárias quanto suficientes. Em muitos casos, a compreensão completa de um fenômeno requer a consideração de várias variáveis em conjunto, uma vez que elas podem interagir e influenciar-se mutuamente. A análise de múltiplas variáveis permite uma compreensão mais abrangente e precisa dos fenômenos complexos do mundo real. Com base nas informações apresentadas no capítulo seis, podemos chegamos as seguintes conclusões:

A variável que foi identificada como necessária e suficiente por alterar dois indicadores foi:

1. A dívida externa. No tempo 3, observou-se que dois indicadores específicos, a cooperação exclusiva com os países do bloco socialista e a defesa de estatização, sofreram modificações devido à influência da dívida externa. Portanto, a dívida externa foi considerada uma variável que causou um impacto direto nos indicadores mencionados, sem a necessidade de considerar outras variáveis ou fatores para explicar as alterações ocorridas.

Quanto as variáveis que juntas, impactaram nas mudanças dos indicadores no tempo 5, foram:

1. A influência política dos países socialistas foi considerada como uma variável importante na explicação das mudanças nos indicadores mencionados ao longo do tempo 5. Essa variável teve impacto nos indicadores relacionados à cooperação exclusiva com os países do bloco socialista (indicador 1), ao anti-imperialismo (indicador 2), ao alinhamento com os países do bloco ocidental democrático

(indicador 3) e ao incentivo à livre iniciativa (indicador 9). No entanto, outras variáveis também tiveram impacto nessas mudanças, como a pressão política internacional para a democracia e a pressão para a introdução das eleições.

2. A pressão política internacional para a democracia desempenhou um papel importante nas mudanças dos indicadores no tempo 5. Essa variável teve impacto nos indicadores relacionados à cooperação exclusiva com os países do bloco socialista (indicador 1), ao anti-imperialismo (indicador 2), ao alinhamento com os países do bloco ocidental democrático (indicador 3) e ao incentivo à livre iniciativa (indicador 9). Além dela, outras variáveis também tiveram impacto nas mudanças dos indicadores, como a influência política dos países socialistas e a pressão para a introdução das eleições.

3. A pressão para a introdução das eleições, também teve impacto nas mudanças dos indicadores no tempo 5. Essa variável contribuiu para as alterações nos indicadores relacionados à cooperação exclusiva com os países do bloco socialista (indicador 1), ao anti-imperialismo (indicador 2), ao alinhamento com os países do bloco ocidental democrático (indicador 3) e ao incentivo à livre iniciativa (indicador 9). Além desta, outras variáveis também desempenharam um papel importante nas mudanças dos indicadores, como a influência política dos países socialistas e a pressão política internacional para a democracia.

Ao realizar uma avaliação abrangente da necessidade das três variáveis em relação às mudanças nos indicadores no tempo 5, é importante considerar outros elementos. Encontramos desafios ao tentar determinar se essas variáveis foram realmente necessárias. No entanto, há outros fatores que devem ser levados em conta para chegar a uma conclusão mais precisa. Podemos cogitar a possibilidade de que a alteração de apenas uma ou duas dessas variáveis também poderia causar essas mudanças. Portanto, é necessário organizar uma análise mais detalhada e abrangente, levando em consideração todos os fatores relevantes, a fim de obter uma compreensão completa do impacto dessas variáveis nos indicadores no tempo 5.

As variáveis que não foram consideradas necessárias são:

1. A pressão exercida pela OUA: Não houve menção de que essa variável tenha causado mudanças nos indicadores ao longo do tempo, portanto, foi considerada não necessária.

2. A variável de conflito armado: Se mostrou sempre presente ao longo do tempo, não foi observado de que tenha causado mudanças nos indicadores. Portanto, foi considerada não necessária.
3. Mudança de facções: Essa variável de política interna foi mencionada, mas não causou mudanças nos indicadores quando ocorreu no tempo 2. Portanto, foi considerada não necessária.
4. Variável de pobreza: Estava presente ao longo de todos tempos, mas não foi observado de que tenha causado mudanças nos indicadores. Portanto, foi considerada não necessária.

Com base nos dados apresentados e na análise realizada, podemos concluir que as variáveis de política externa desempenharam um papel significativo nas mudanças observadas nos indicadores no tempo 5. Nomeadamente: a influência dos países socialistas, a pressão política internacional pela democracia e a pressão pela introdução de eleições.

Observou-se que as mudanças nas variáveis de política externa tiveram um impacto nos indicadores relacionados aos domínios das relações exteriores e da economia. No primeiro domínio, as variáveis afetaram os seguintes indicadores:

1. Cooperação exclusiva com os países do bloco socialista: Esse indicador representa a preferência por estabelecer relações de cooperação e parcerias exclusivamente com países que faziam parte do bloco socialista. Quando houve mudanças nas variáveis de política externa, esse indicador foi afetado, sendo descartado dos documentos programáticos da FRELIMO, indicando uma alteração na abordagem de cooperação.
2. Anti-imperialismo: Esse indicador reflete a postura de rejeição ao imperialismo e à influência de potências estrangeiras na política interna. As mudanças nas variáveis tiveram um impacto no indicador. No caso mencionado, houve uma aproximação aos países que antes eram chamados de imperialistas, indicando uma mudança na política de rejeição.
3. Alinhamento com os países do bloco ocidental democrático: Esse indicador representa a preferência por estabelecer alianças e parcerias com os países do bloco ocidental democrático. Quando houve mudanças nas variáveis de política externa, o indicador de alinhamento com esses países foi afetado, resultando em um fortalecimento das relações.

No domínio da economia, foram afetados os seguintes indicadores:

1. Incentivo à livre iniciativa: Esse indicador refere-se à promoção da liberdade de empreendimento e do setor privado na economia. As mudanças nas variáveis de política externa tiveram um impacto positivo no indicador relacionado à iniciativa privada, estimulando a participação do setor privado na economia.
2. Defesa da estatização: Esse indicador reflete a política de intervenção estatal na economia e a promoção da estatização de setores estratégicos. As mudanças nas variáveis de política externa afetaram o indicador relacionado à participação do Estado na economia, resultando em uma redução da estatização de setores-chave.

Essa conclusão sugere que as variáveis de política externa exerceram um papel significativo nas transformações dos indicadores, refletindo a influência dos países socialistas, pressão política internacional para a democracia e a pressão para introdução de eleições. Esses fatores externos moldaram as escolhas e as opções programáticas da FRELIMO, levando a mudanças significativas nos indicadores analisados.

As variáveis de política interna, como o conflito armado e a mudança de facções, parecem não terem impacto nas alterações dos indicadores, pois não foram observadas mudanças de indicadores, em resultado da modificação da variável mudança de facções no tempo 2.

A variável socioeconômica (dívida externa), desempenhou um papel importante nas mudanças nos indicadores analisados, impactando os seguintes aspectos:

No domínio das relações exteriores:

1. Cooperação exclusiva com os países do bloco socialista: A dívida externa influenciou as relações de cooperação com os países do bloco socialista. A fim de receber ajuda financeira para suprir as dificuldades enfrentadas logo após a independência, a FRELIMO oficializou o marxismo e leninismo em seus programas.

No domínio da economia:

2. Defesa da estatização: A dívida externa também influenciou a postura em relação à estatização de setores estratégicos da economia. O elevado endividamento levou a FRELIMO a optar por políticas socialistas como uma alternativa, já que naquela época o Ocidente não tinha muito interesse nas questões africanas.

A presença da dívida externa como variável socioeconômica desempenhou um papel importante nas decisões de buscar cooperação exclusiva com os países do bloco socialista como uma forma de obter apoio financeiro. Isso pode ser especialmente relevante se

considerarmos o contexto histórico da década de 1970, quando muitos países africanos enfrentavam desafios econômicos significativos e não recebiam muita atenção ou apoio financeiro dos países do bloco ocidental democrático.

Em resumo, a análise destaca a importância das variáveis de política externa, como a influência dos países socialistas, a pressão internacional e pressão para introdução de eleições, nas mudanças programáticas da FRELIMO. A presença da dívida externa como variável socioeconômica também desempenhou um papel significativo, levando à alteração dos indicadores, cooperação exclusiva com os países do bloco e defesa da estatização.

As variáveis de política externa e socioeconômicas desempenharam um papel significativo na moldagem das escolhas e opções da FRELIMO ao longo do tempo. No entanto, é importante reconhecer que variáveis de natureza diferente, também podem ter influenciado as mudanças nos programas e nas políticas da legenda ao longo do tempo. Portanto, para obter uma compreensão abrangente das mudanças programáticas, é crucial considerar a complexidade e a interação dessas diferentes variáveis.

Além das variáveis de política externa, como a influência política dos países socialistas e a pressão internacional pela democracia, e das variáveis socioeconômicas, outros fatores também podem ter tido impacto nas mudanças programáticas da FRELIMO. Por exemplo, fatores internos que não foram objeto de análise na presente tese, como as dinâmicas políticas internas do partido, a liderança e a competição política, podem ter desempenhado um papel importante na definição dos programas e políticas ao longo do tempo.

Apesar da análise comparativa temporal ter revelado diferenças significativas nos diferentes momentos ou períodos de tempo, é necessário reconhecer que não foi possível identificar um mecanismo causal que muda o programa ao longo do tempo. Isso indica que outros fatores além dos considerados podem ter influenciado as mudanças observadas no caso em questão.

Essa constatação ressalta a complexidade e a multifatorialidade dos processos envolvidos nos programas analisados. Sugere-se, portanto, que pesquisas futuras considerem a inclusão de outras variáveis relevantes e adotem métodos complementares, a fim de aprofundar a compreensão das dinâmicas e dos mecanismos causais subjacentes.

Em suma, embora não tenha sido identificado um mecanismo causal que explique as mudanças observadas no programa ao longo do tempo, o estudo de caso único com abordagem comparativa temporal forneceu uma compreensão aprofundada das dinâmicas e

das transformações ocorridas. Essas descobertas podem servir como base para pesquisas futuras e para aprimoramentos na implementação e avaliação do programa em questão.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, A. **Moçambique em transição**. Maputo: CEEI-ISRI, 1994.

ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, A. **Ordem Mundial Futura e Governação Nacional em Moçambique**. Maputo: CEEI-ISRI, 1995.

ADAMS, J. AND EZROW, L. 'Who do European Parties Represent? How Western European Parties Represent the Policy Preferences of Opinion Leaders', **Journal of Politics**, 71 (1), 206–23, 2009.

ADAMS, J. AND SOMER-TOPCU, Z. 'Policy Adjustment by Parties in Response to Rival Parties' Policy Shifts: Spatial Theory and the Dynamics of Party Competition in Twenty-Five Post-War Democracies', **British Journal of Political Science**, 39 (4), 825–46, 2009.

ADAMS, J., CLARK, M., EZROW, L. AND GLASGOW, G. 'Understanding Change and Stability in Party Ideologies: Do Parties Respond to Public Opinion or to Past Election Results?', **British Journal of Political Science**, 34 (4), 589– 610, 2004.

ADAMS, J., HAUPT, A. B. AND STOLL, H. 'What Moves Parties? The Role of Public Opinion and Global Economic Conditions in Western Europe', **Comparative Political Studies**, 42 (5), 611–39, 2009.

ADAMS, J. 2012. "Causes and Electoral Consequences of Party Policy Shifts in Multiparty Elections: Theoretical Results and Empirical Evidence." **Annual Review of Political Science** 15 (1).2012.

AGÊNCIA CENTRAL DE SERVIÇOS SECRETOS. «**The World Factbook**. Departamento de Estado dos Estados Unidos, Bureau de Assuntos Públicos. «Background Notes: Mozambique», Maio de 1989, pp204-205.

ALONSO, SONIA. et al., **Análisis de contenido de textos políticos**. Un enfoque cuantitativo. Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 2012.

ANDERSON, David. 'Yours in Struggle for Majimbo': Nationalism and the Party Politics of Decolonization in Kenya, 1955 to 1964', in: **Journal of Contemporary History**, 40, 3, pp. 547-564, 2005.

APTER, David. **Ghana in Transition, USA**: Princeton University Press, 1972.

APTER, David. **The Gold Coast in Transition, USA**: Princeton University Press, 1955.

ARAÚJO, Kelly. "Um breve balanço da influência russo-soviética na África Austral (1919-1975)." **XXVIII Simposio nacional de História**, Florianópolis, 2015.

ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE. **República Popular de Moçambique**. Ministério da Educação e Cultura. Direção Nacional de Educação. Programa da 5ª a 9ª Classe. Disciplina de História. Maputo, 1977. Mimeo. Cota: C11370.

BABIRESKI, Flavia Roberta. As diferenças entre a Direita do Brasil, Chile e Uruguai: Análise dos programas e manifestos partidários. **Revista Brasileira do Direito Eleitoral e Ciência Política**, v 3, n. 1, Paraná, 2014.

BARROS, Antônio. Política partidária e o meio ambiente: a adesão dos partidos políticos brasileiros à agenda verde. **Revista Opinião Pública**. Campinas, v. 21, nº3, dez 2015.

BELCHIOR Ana Maria. Democracia nos Partidos Políticos Portugueses: Uma análise do eleitorado, dos programas e dos estatutos dos partidos. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. ° 58, 2008, pp. 131-154.

BELO, Walden. **Desglobalização**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2014.

BENNETT, A.; CHECKEL, J. Process tracing: from philosophical roots to best practices. In: BENNETT, A.; CHECKEL, J. T. (Eds.). **Process Tracing: From Metaphor to Analytic Tool**. [s.l.] Cambridge University Press, 2015.

BENNETT, A. & ELMAN, C. Qualitative Research: Recent Developments in Case Study Methods. **Annual Review of Political Science**, Palo Alto, v. 9, p. 455-476, June, 2006.

BENOIT, K., LAVER, M., Lowe, W., and Mikhaylov, S. How to scale coded text units without bias: A response to Gemenis. **Electoral Studies** 31: 605–8, 2012.

BENOT, Yves. **Ideologias das independências Africanas**. Lisboa: Sá da Costa, vol. 1. p. 195-217, 1981.

BERGE, Benjamin, et al., **Measuring Intra-Party Democracy**: a guide for the content analysis of party statutes with examples from Hungary, Slovakia and Romania. Heidelberg, Springer, 2013.

BILLE, L. Leadership change and party change: The case of the Danish Social Democratic Party, 1960-95. *Party Politics*, 3, 379-390, 1997.

BOGAARDS, Matthijs. ‘Counting Parties and Identifying Dominant Party Systems in Africa’, **European Journal of Political Research** 43: 173–97, 2004.

BOLINHAS, Inês. Das causas da guerra às razões da paz: a mediação da comunidade de Santo Egídio no conflito moçambicano. **Revista militar**, 2439 (04) 2005.

BOUCEK, F. ‘Rethinking Factionalism: Typologies, Intra-Party Dynamics and Three Faces of Factionalism’, **Party Politics**, 15 (4), 455–85, 2009.

BRASS, Paul. **Ethnicity and Nationalism**: Theory and Comparison. New Delhi and Newbury Park: Sage, 1991.

BREMER, Bjorn. The missing left? Economic crisis and the programmatic response of social democratic parties in Europe. **Party Politics**, Vol. 24(1) 23–38, 2017.

BRATTON, Michael. 'Popular Support for Democracy in Africa', in E. McMahon and T. Sinclair (eds) *Democratic Institution Performance: Research and Policy Perspectives*. Westport, CT: Praeger, 2003.

BRITO, Luís de. "Discurso político e pobreza em Moçambique: Análise de Três discursos presidenciais." In: **IESE: Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Mocambique**, 2010.

BRITO, Luís de. **A Frelimo, o Marxismo e a construção do Estado nacional 1962-1983**. IESE/CIEDIMA: Maputo, 2019.

BUDGE, I. & FARLIE, D. **Explaining and predicting elections**. London: George Allen & Unwin, 1983^a.

BUDGE, I. & FARLIE, D. Party competition – selective emphasis or direct confrontation? An alternative view with data. In H. Daalder & P. Mair (eds), **Western European party systems**. London: Sage, 1983^b

BUDGE, I. A New Spatial Theory of Party Competition: Uncertainty, Ideology and Policy Equilibria Viewed Comparatively and Temporally', **British Journal of Political Science**, 24 (4), 443–67, 1994.

BUDGE, I., EZROW, L. AND MCDONALD, M. 'Ideology, Party Factionalism and Policy Change: An Integrated Dynamic Theory', **British Journal of Political Science**, 40 (4), 781–804, 2010.

BUDGE, Ian. **Mapping Policy Preferences: Estimates for Parties, Electors, and Governments, 1945-1998**, Oxford: Oxford University Press, 2001.

BUDGE, I. The Standard Right-Left Scale. **Working Paper**. Essex University, March, 2013.

BURGOON, B. Partisan embedding of liberalism: How trade, investment, and immigration affect party support for the welfare state. **Comparative Political Studies** 45(5), pp. 606–635, 2012.

BRANSON, W. H. & LITVACK, J. M. **Macroeconomia**. São Paulo, Harbra, 1978.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **Power and Principle**. Memoirs of the national security adviser: 1977-1981, New York, Farrar, Strauss, Giroux, 1985.

CARDOSO, Fernando Jorge. "Contexto geopolíticos de Mocambique ate ao fim da guerra fria." *Conjuntura Internacional*, **Jonus** 2020-2021. Lisboa: Centro de estudos estrategicos, 2021.

CAPOCCIA G and KELEMEN RD. The study of critical junctures: theory, narrative, and counterfactuals in historical institutionalism. **World Politics** 59(03): 341–369, 2007.

CHARBONNEAU, E. et al. Process Tracing in Public Administration: The Implications of Practitioner Insights for Methods of Inquiry. **International Journal of Public Administration**, v. 40, n. 5, p. 434–442, 2016.

CHICHAVA, José. **Vantagens e desvantagens competitivas de Moçambique na integração económica regional**. Maputo: Inter – Universitária, 2011.

CHICHAVA, Sergio. Por que moçambique é pobre? ” Uma análise do discurso de armando guebuza sobre a pobreza. In: IESE. **Pobreza, Desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique**. Maputo: IESE, 2010, p. 65-82.

CHINGOTUANE, Elio. "Guerras revolucionarias em Africa: Caso da luta de libertacao nacional em Mocambique." **Revista Brasileira de estudos estrategicos**, n.7. v.1. Rio de Janeiro: Luzes-comunicacao e cultura, jan-jun., 2015.

CLINE, Sibyl. **RENAMO: Em defesa da democracia em Moçambique**. Washington, D.C.: Conselho de Estratégia Global dos Estados Unidos, 1989.

COLEMAN, Simon; EADE, John. **Changing Parties: An Anthropology of British Political Party Conferences**. New York: Berghahn Books, 2009.

COLLIER R, B. and COLLIER D. **Shaping the Political Arena: Critical Junctures, the Labor Movement, and Regime Dynamics in Latin America**. Princeton: Princeton University Press, 1991.

COLLIER, Ruth Berns. **Regimes in Tropical Africa: Changing Forms of Supremacy 1945–1975**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1982.

COLLIER, D. Understanding process tracing. **PS - Political Science and Politics**, v. 44, n. 4, p. 823–830, 2011.

CONTRERA, Flávio; CASSOTTA, Priscilla; Hebling, Lucas. Estudo da aplicação do método padrão do manifesto project para o posicionamento ideológico de partidos argentinos, brasileiros e chilenos em campanhas presidenciais. **XI Encontro ABCP**. Curitiba, 2018.

COTTA, M. Defining Party and Government, in J. Blondel and M. Cotta (eds), **The Nature of Party Government: A Comparative European Perspective**. New York: Palgrave Macmillan, p.56–95, 2000.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins; ARAÚJO, Carmem E. Leitão. **Process tracing nas Ciências Sociais: fundamentos e aplicabilidade**. [S. l.: s. n.]. E-book. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3328/1/Livro_Process_tracing.pdf.

CURTIN, PH , et al. **African History**, London, NY, LONGMAN, 1992.

DAHL, Robert. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1997.

DALLARI, A. **O que é participação política**. São Paulo: Ed. Biasilienss, 1994.

DALTON, R. J., FARRELL, D., & MCALLISTER, I. **Political parties and democratic linkage**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2011.

DARCH, Colin. **Uma História de Sucesso que Correu Mal? O Conflito Moçambicano e o Processo de Paz numa Perspectiva Histórica**. Maputo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2018.

DECRAENE, P. **Le panafricanisme**. 4. ed. Paris: P.U.F., 1964, p. 8. p. 126.

DIALLO, Alfa Oumar. **Integração Africana: da Organização da Unidade Africana à União Africana**. Espaço Jurídico, Unoesc, v. 6, n. 1, p. 7-20, jan./jun. 2005.

DIALLO, Alfa. A nova parceria para o desenvolvimento de Africa (NEPAD)- Paradigma para o desenvolvimento. 2006. 248f.,. **Tese (Doutorado em Direito)**- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

DIBIE, R. and E. Uwazie. Political Parties and National Integration in Nigeria, in R. Dibie (ed.) **The Politics and Policies of Sub-Saharan Africa**. Lanham, MD: University Press of America, 2001.

DINERMAN, Alice. O surgimento dos antigos régulos como chefes de produção na província de Nampula (1975-1987). **Estudos Mocambicanos**, n°17, Maputo: Centro de estudos africanos, Universidade Eduardo Mondlane, pp.94-256, 1999.

DOLEZAL, M.; ENNSER-JEDENASTIK, L.; MÜLLER, W. C. & WINKLER, A. K. How parties compete for votes: A test of saliency theory. **European Journal of Political Research** 53, pp. 57–76, 2014.

DORNBUSH, R. & FISHER, S. **Macroeconomia**. São Paulo, McGraw-Hill, 1982.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp. 1999.

EDER, N., JENNY, M. and MÜLLER, W. C. “**Manifesto Functions: How Party Candidates View and Use their Party’s Central Policy Document**.”2016. Acessado a 03 de janeiro de 2023 e disponível em: https://ac.els-cdn.com/S026137941630035X/1-s2.0-S026137941630035X-main.pdf?_tid=d1690b7d-f452-4f0e-ac3348da934c3d2&acdnat=1521021126_d5695659bdd55dbbe16c8ba6a4e5aedb

EGERO, Bertil. Moçambique: **Os Primeiros Dez anos de Construção da Democracia**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1992.

EISENHARDT, K. M. Building theories from case study research. **Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, p. 532–550, 1989.

ELISCHER, Sebastian, Do African Parties Contribute to Democracy? Some Findings from Kenya, Ghana and Nigeria, in: **Afrika Spectrum**, 43, 2, 2008, pp. 175-201.

ELISCHER, Sebastian. Measuring and Comparing Party Ideology in Nonindustrialized Societies: Taking Party Manifesto Research to Africa. Hamburg: **German Institute of Global and Area Studies (GIGA)**,n°139, jun., 2010.

EMERSON, Rupert. Parties and national integration in Africa', in Joseph Lapalombara and Myron Weiner (eds) **Political Parties and Political Development**. Princeton, nj: Princeton University Press, 1966.

ENGLER, F.; ZOHLNHÖFER, R. Left parties, voter preferences, and economic policy-making in Europe. **Journal of European Public Policy** 26(11), pp. 1620–1638, 2019.

ENGLER, Fabian. Political parties, globalization and labour strength: Assessing differences across welfare state programs. **European Journal of Political Research**, 2020.

ERDMANN, Gero. Party Research: Western European Bias and the “African Labyrinth”, in Matthias Basedau, Gero Erdmann and Andreas Mahler (eds) **votes money and violence: Political Parties and Elections in sub Saharan Africa**. Scottsville: University of Kwazulu-Natal Press, 2007.

EVANS, M. **The Front Line States, South Africa and Southern African Security: Military Prospects and Perspectives**. Zambezia, XII, 1984/5.

EZROW, L., DE VRIES, C., STEENBERGEN, M. AND EDWARDS, E. ‘Mean Voter Representation and Partisan Constituency Representation: Do Parties Respond to the Mean Voter Position or to Their Supporters?’, **Party Politics**, 17 (3), 275–301, 2011.

FAGERHOLM, A. ‘Social Democratic Parties and the Rise of Ecologism: A Comparative Analysis of Western Europe’, **Comparative European Politics**, advance online publication 22 September, 2014.

FALLETI, T. G. Theory-Guided Process-Tracing in Comparative Politics: Something Old, Something New. **Newsletter of the Organized Section in Comparative Politics of the American Political Science Association**, Notre Dame, v. 17, n. 1, 2006, p. 9-14, Winter. Disponível em: http://www.polisci.upenn.edu/~falleti/Falleti-CP_APSANewsletter06-TGPT.pdf. Acesso em: 16.dez.2020.

FERNANDES, Andre. "A liberalização econômica e as políticas de centro-esquerda Europeia." 2001.

FERNANDES, Márcia. "Organização da Unidade Africana como expressão do projeto político continental no pós-independência: disputas e reivindicações." **Sankofa**, n.8, Agos., p. 99-116, 2016.

FERTIKH, K E HAUCHECORNE, M. **Les Programmes Politiques**. Press Universitaires de Rennes: Rennes, 2016.

FLEURY, S. **Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994.

FLYVBJERG, Bent. "Case Study," in Norman K. Denzin and Yvonna S. Lincoln, eds., **The Sage Handbook of Qualitative Research**, 4th Edition (Thousand Oaks, CA: Sage, 2011), Chapter 17, 2011. pp. 301-316.

FRELIMO. **Relatório do Comitê Central ao 3º Congresso**. Maputo: Departamento Ideológico da FRELIMO, 1977.

FRELIMO. **Documentos do 3º Congresso**: Programas e Estatutos. Maputo: Departamento Informação, 1977.

FRELIMO. **Directivas económicas e sociais**. Maputo: Frelimo, 1977.

FRELIMO. **Relatório do Comitê Central ao 4º Congresso**. Maputo: Frelimo, 1983.

FRELIMO. **Directivas económicas e sociais**. Maputo: Frelimo, 1983. deológico, 1979.

FRELIMO. **Resoluções do 2º Congresso**", Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84127 (2022-9-21), 1968.

FURTADO, Celso. **ABC da dívida externa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989

GARRETT, G. **Partisan politics in the global economy**. Cambridge, UK: Cambridge University Press. 1998.

GASPERINI, Lavinia. **Moçambique**: educação e desenvolvimento rural. Roma: Edizioni Lavoro, 1989.

GEMENIS, K. What to Do (and Not to Do) with the Comparative Manifestos Project Data. In: **POLITICAL STUDIES**: 2013 VOL 61(S1), pp. 3–23, 2013.

GEORGE, Susan. **Como funciona o sistema financeiro**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1992.

GÓMEZ, Miguel Buendía. **Educação Moçambicana**: Educação Moçambicana: História de um processo: 1962-1984. Maputo: Livraria Universitária, UEM, 1999.

GOULART, Mayra & FERREIRA, Ana Rita. Centro e Socialdemocracia no Brasil: Uma análise dos programas eleitorais do Partido dos Trabalhadores e partido Social-democracia Brasileira nas eleições de 2014. **ABCP**, 10, Belo Horizonte, 30 Ago-02 Set, 2016.

GROFMAN, B. Downs and two-party convergence. **Annual Review of Political Science**, 7, 25-46, 2004.

HALE, Henry. **Why not Parties in Russia?** Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

HALL, Peter. Historical Institutionalism in Rationalist and Sociological Perspective. In: MAHONEY, James; THELEN, Kathleen. **Explaining Institutional Change**: Ambiguity, Agency, and Power. Cambridge: CUP, 2010.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. Political Science and the Three New Institutionalisms. **Political Studies**, Oxford, n. 44, p. 936-957, 1996.

HALL, P. A., & SOSKICE, D. **Varieties of capitalism**: The institutional foundations of comparative advantage. Oxford University Press, 2001.

HARMEL, R. AND JANDA, K. 'An Integrated Theory of Party Goals and Party Change', **Journal of Theoretical Politics**, 6 (3), 259–87, 1994.

HARMEL, R. AND TAN, A. C. 'Party Actors and Party Change: Does Factional Dominance Matter?', **European Journal of Political Research**, 42 (3), 409–24, 2003.

HARMEL, R., HEO, U., TAN, A. AND JANDA, K. 'Performance, Leadership, Factions and Party Change: An Empirical Analysis', **West European Politics**, 18 (1), 1–33, 1995a.

HARMEL, R., TAN, A. C., JANDA, K. AND SMITH, J. M. Substance vs Packaging: An Empirical Analysis of Parties' Issue Profiles'. **Paper presented at the Annual Meeting of the American Political Science Association**, Chicago, IL, 31 August–3 September, 1995.

HANLON, Joseph. **Mozambique, the revolution under fire**. London: Zed Books, 1984.

HANLON, Joseph. **Paz sem benefícios: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique**. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1997.

HANLON, Joseph 2007. Is Poverty Decreasing in Mozambique?. Conference Paper 14, **IESE**, Maputo.

HAUPT, A. B. 'Parties' Responses to Economic Globalization: What is Left for the Left and Right for the Right?', **Party Politics**, 16 (1), 5–27, 2010.

HEINISCH, Reinhard. The effect of radical right fringe parties on main parties in Central and Eastern Europe: Empirical evidence from manifesto data. **Party Politics**, led, p1-13. July, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1354068819863620>.

HERMELE, Kenneth. **Moçambique numa encruzilhada: Economia e Política na era de ajustamento estrutural**. Bergen: Chr Michelsen Institute, 1990.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos Extremos: o breve século xx: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOFMEISTER, Wilhelm. **Os partidos políticos e a democracia: seu papel, desempenho e organização em uma perspectiva global**. — Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2021.

HOROWITZ, Donald. **Ethnic Groups in Conflict**. Berkeley: University of California Press, 2000.

HUNTER, Wendy. The normalization of an anomaly: the Workers' Party in Brazil. **World Politics**, n. 59, p. 440-475, 2007.

HUNTER, James C. **O monge e o executivo**. 1. ed. Rio Janeiro: Sextante, 2004.

IMMERGUT, E. As regras do jogo: a lógica da política de saúde na França, na Suíça e na Suécia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 30, 1996, p. 139-165, fev. Disponível em:

http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_30/rbcs30_13.htm. Acesso em: 15.Marc.2021.

JACQUINET, Marc. **PIB - Produto Interno Bruto: Breve Introdução**; Lisboa: Universidade Aberta, 2019.

JANDA, K. 'Toward a Performance Theory of Change in Political Parties'. Paper presented at the 12th World Congress of the International Sociological Association, Madrid, 9–13 July, 1990.

JORGE, Vladimir; SILVA, Mayra; FARIA, Alessandra e FERREIRA, Ana. Análise dos programas eleitorais dos candidatos a presidente em 2014: o posicionamento ideológico do PT e do PSDB. **Revista Sociologia e Política**. V.26, n°67, p.1-20, set.2018.

KAMPANG, H. **Au-delà de la Conférence nationale pour les Etats-Unis d'Afrique**. Paris: L'Harmattan, 1993, p. 159. p. 252.

KANT, I. **To perpetual peace**: a philosophical sketch, Hackett Publishing, 2003.

KISSINGER, H. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012.

KAUCHAKJE, Samira & SILVA, Evelise Zmpier da. A Esquerda importa? Programas de Transferência monetária (CCTs) na América Latina. **ABCP**, 9, Brasília, 04-07 Ago, 2014.

KAVANAGH, D. 1981. **The Politics of Manifestos**. *Parliamentary Affairs*. 34 (1): 7–27, 1981.

KAVANAGH, D. Labour Party Manifestos 1900–1997. **In Labour Party General Election Manifestos, 1900–1997**, ed. I. Dale, 1–8. London: Routledge, 2000.

KLINGEMANN, H. D.; VOLKENS, A.; BARA, J.; BUDGE, I.; MCDONALD, M. D. **Mapping policy preferences II**: estimates for parties, electors, and governments in Eastern Europe, European Union and the OECD (1990-2003). Oxford: Oxford University Press, 2006.

KOHUT, John et al. A nova face da pobreza. **O Correio da Unesco**, Brasil, Ano 27, n. 5, p. 17-19, Maio 1999.

KOTLIKOFF, Laurence J. Taxation and saving: a neoclassical perspective. **Journal of Economic Literature**, 22(4), 1576-1629. 1984. Disponível em: ideas.repec.org/p/nber/nberwo/1302.html (consultado a 1 de agosto de 2022).

KPUNDEH. Sahr (ed.). **Democratization in Africa**: African Views, African Voices. National Academy Press, Washington, DC., 1992.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Content analysis**: an introduction to its methodology. Beverly Hills, Sage Publications, 1980.

KUSHNIR, Ivan. **Economia de Moçambique, 1970-2010**. Rio de Janeiro: Independently published, 2021.

KWON, H.Y. & PONTUSSON, J. (2010). Globalization, labour power and partisan politics revisited. *Socio-Economic Review* 8(2): 2010, pp. 251–281.

LAKATOS, E. MARCONI, M. **Metodologia Científica**. 2ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LALÁ, Anícia; OSTHEIMER, Andreia. **Transição e Consolidação democrática em África: Como limpar as nódoas do processo democrático? Os desafios da transição e democratização em Moçambique (1990 –2003)**. Maputo: Kourad Adenauer-Stifting, 2003.

LANGA, Ercilio. "África: Antecedentes Históricos da OUA." **Tensões Mundiais**. Fortaleza, v.16, n.31, p. 189-218, 2020.

LAVÉR, M. 'Policy and the Dynamics of Party Competition', **American Political Science Review**, 99 (2), 263–81, 2005.

LAVÉR, Michael e GARRY, John. "Estimating policy positions from political texts", **American Journal of Political Science**, 44 (3), 2000, pp. 619-634.

LIMA, I. A. DE. Técnicas Qualitativas Em Análises De Causalidade: Aplicações Do Process Tracing. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 8, n. 1, p. 128–143, 2017.

LISI, Marco; VIEGAS, José Manuel Leite (Org.). Party Change, Recent Democracies, and Portugal: **Comparative Perspectives**. Colchester: ECPR Press, 2012.

LEVITSKY, S., & WAY, L. A. **Competitive Authoritarianism: Hybrid Regimes After the Cold War**. Cambridge University Press, 2010.

LENIN, V. **Imperialism, the Highest Stage of Capitalism**. Penguin Classics. 2010.

LEVESQUE, Jacques. «Quelques paradoxes de la politique internationale de l'URSS », Communisme, Revue d'Études Pluridisciplinaires, N° 49-50: **La Politique Extérieure de l'URSS**, Editeur L'Age d'Homme, 1er et 2e trimestres 1997.

LIMONGI, F. 1994. **O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente**. BIB: Rio de Janeiro, n. 37, p. 3-38.

LINDBERG, Staffan I. and M. K. C. Morrison. Exploring Voter Alignments in Africa: Core and Swing Voters in Ghana', **Journal of Modern African Studies** 43: 565–86, 2004.

LIJPHART, Arend. Comparative Politics and the Comparative Method. **American Political Science Review**, vol. 65, September 1971.

LOWI, Michel. Crise ecologica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. **Dossiê Caderno CRH** 26 (67), Abr 2013.

LUÍS, Augusto Jone. "Políticas do Banco Mundial para a educação básica moçambicana (1985-2000)." **Dissertação (mestrado)** - Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

MADEIRA, Rafael, VIEIRA, Soraia, TAROUÇO, Gabriela. Agendas, Preferências, Competição: PT e PSDB em disputas presidenciais. **Caderno CRH** 30, 257-273, 2017.

MAHONEY, J. The Logic of Process Tracing Tests in the Social Sciences. **Sociological Methods and Research**, v. 41, n. 4, p. 570–597, 2012.

MASSIMACULO, Albino; NAMUHOLOPA Óscar; OLIVEIRA, Dijaci. Desafios da democratização em Moçambique (1990-2014): uma análise crítica da geopolítica nacional. **Contemporânea**, v. 11, n. 2 p. 686-701 Maio–Ago. 2021.

MAZULA, Brazão. **Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985**. Maputo: Imprensa Universitária, 1995.

MENESES, Oscar. "Cadernos de casa. Atividades em cumprimento à Resolução Normativa 003/2020 CEE/MT E Parecer CNE/CP Nº 05/2020." Mato-Grosso: Prefeitura municipal de Noavo Joaquim, 2020.

M'BOKOLO,, E. África Negra : História e Civilizações , Do século XIX aos nossos dias , **Tomo II** : Lisboa, Colibri, 2007.

MONDLANE, E. C. tribos e Grupos étnicos Moçambicanos (seu significado na Luta de Libertação Nacional (1967): In: MUIUANE, A. P. **Datas e Documentos da História da FRELIMO**. 3. ed. revista, melhorada e ampliada. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2009.

MURAPA, R. A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC): Rumo à Integração Política e Econômica. **Revista Impulso**, n. 31, p. 155-164, 2002.

MCALLISTER, I. Party adaptation and factionalism within the Australian party system. **American Journal of Political Science**, 35, 206-227, 1991.

MEYER, T. M. **Constraints on Party Policy Change**. Colchester: ECPR Press. 2013.

MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: UNB. 1982.

Mlay, Gilead, et al. "Analysis of income and poverty dynamics in rural Mozambique 2002 – 2005". Comunicação apresentada no Workshop Food Security Strategy da USAID, Maputo, USAID. 2006.

MINISTÉRIO DO PLANO E FINANÇAS (MPF). 2004. "Pobreza e bem-estar em Moçambique: Segunda Avaliação Nacional". Maputo, Direcção Nacional do Plano e Orçamento e Gabinete de Estudos/Ministério de Plano e Finanças, Instituto Internacional. 2004.

MITCHELL, R. & BERNAUER, T. 1998. Empirical Research on International Environmental Policy: Designing Qualitative Case Studies. **Journal of Environment & Development**, Thousand Oaks, v. 7, n. 1, 1998 p. 4-31, Mar.

MORRISON, Minion; HONG, Jaw. Ghana's Political Parties. How Ethno-Regional Variations Sustain the National Two-Party System, in: **Journal of Modern African Studies**, 44, 4, 2006, pp. 623-647.

MOSCA, João. **A experiência socialista em Moçambique 1975-1986**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

MOSCA, João. **Economia de Moçambique século XIX**. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

MURITHI, Tim. (e African Union's evolving role in peace operations: African Union Mission in Burundi, the African Union Mission in Sudan and the African Union Mission in Somalia. Addis Ababa: **Institute for Security Studies**, 2008.

MUSGRAVE, R.A. & MUSGRAVE P.B. **Public Finance in Theory and Practice**. Nova Iorque: McGraw Hill. 1989.

NCOMO. Barnabé. **Uria Simango: Um homem, uma causa**. 3ed. Maputo: Novafrica, 2003.

NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Lisboa: Publicações Europa-América, 2012.

NKRUMAH, Kwame. **A África deve unir-se**. Paris: Presença Africana, 1994.

NORÉ, A.; ADÃO. A. O ensino colonial destinado aos "indígenas" de Angola. Antecedentes do ensino rudimentar instituído pelo Estado Novo. **Revista Lusófona de Educação**, número 001, pp. 101-126, 2003.

OLIVEIRA, Adriano. **Qual foi a influência da lava jato no comportamento do eleitor? Do lulismo ao bolsonarismo**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2019.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLACONE, Dennis, ULBRICH, Holley & WALLACE, Myles. The crowding out debate: it s over when it s over and isn t over yet. **Journal of Post Keynesian Economics**, 8(1), 91-96. 1985.

POGUNTKE, Thomas, "The 'new politics dimension' in European green parties", em Ferdinand Müller-Rommel (org.), **New Politics in Western Europe: The Rise and Success of Green Parties and Alternative Lists**, Boulder , São Francisco e Londres, Westview Press, 1989, pp. 175-194.

PONTUSSON, J.; RUEDA, D. The politics of inequality: Voter mobilization and left parties in advanced industrial states. **Comparative Political Studies** 43(6): 2010, pp. 675–705.

POTRAFKE, N. Did globalization restrict partisan politics? An empirical evaluation of social expenditures in a panel of OECD countries. **Public Choice** 140(1/2): 2009, pp. 105–124.

POTRAFKE, N. Partisan politics: The empirical evidence from OECD panel studies. **Journal of Comparative Economics** 45(4): 2017, pp. 712–750.

PNUD. Moçambique: paz, crescimento económico: oportunidades para o desenvolvimento humano. Maputo: **Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano**, 1998.

PÜTZ, Joachim; HEIDI, von Egidy; OERII, Caplan. **Political Who's Who of Namibia**, Namibia: Magnus Company, 1990.

RANDALL, Vicky. Party Systems and Voter Alignments in the New Democracies of the Third World, in: Karvonen, Lauri, and Stein Kuhle (eds.), **Party Systems and Voter Alignments Revisited**, London: Routledge, 2001, pp.238-260.

RENAMO. **Estatutos**. Gorongosa: Conselho Nacional, 1989.

RIBEIRO, Pedro Floriano. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005**. São Carlos: Edu-FSCar, 2010.

RICARDO, D. **The Principles of Political Economy and Taxation**. Nova Iorque: Dover Publications. 2004.

ROBBINS, Stephen Paul. **Administração: mudanças e perspectivas**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

ROMÃO, Maurício E.C. Considerações sobre o conceito de pobreza. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, p. 355-370, Out./Dez. 1982.

ROMMEL, T. & WALTER, S. The electoral consequences of offshoring: How the globalization of production shapes party preferences. **Comparative Political Studies** 51(5): 2018, pp. 621–658.

RUSSELL J., Dalton; WELDON, Steven. “Partisanship and Party System Institutionalization” **Party Politics** 13 (2): 179–196. 2007.

SACHS, J. D. & LARRAIN B., F. **Macroeconomia**. Edição revisada e atualizada, São Paulo: Makron Books, 2000.

SANTOS, Mariana Lagarto dos. **A escola e a ideologia colonial: contribuição para a formação das nacionalidades africanas de expressão portuguesa**. In: TORRAL, Luis; PIMENTA, Fernando; SOUSA, Julião (orgs) **Comunidades Imaginadas: nação e nacionalismos em África**. Coimbra, 2008.

PRITCHARD, Evans. **The Nuer: A Description of the Modes of Livelihood and Political Institutions of a Nilotic People.** Oxford: Clarendon Press, 1940.

SARTORI, Giovanni. **Partidos y sistemas de partidos.** Madrid: Alianza, 1980.

SCHATTSCHEIDER, Elmer E. **Party Government.** New York: Rinehart, 1942.

SCHMITT, C. & ZOHLNHÖFER, R. Partisan differences and the interventionist state in advanced democracies. **Socio-Economic Review** 17(4): 2019, pp.969–992.

SCHUMACHER, G. ‘When Does the Left Do the Right Thing? A Study of Party Position Change on Welfare Policies’, **Party Politics**, 2013.

SCHUMACHER, G., DE VRIES, C. E. AND VIS, B. ‘Why Do Parties Change Position? Party Organization and Environmental Incentives’, **Journal of Politics**, 75 (2), 464–77, 2013.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalism, Socialism, and Democracy.** New York: Harper, 1950.

SILVA, Lenilson Naveira e. **Líder sábio: novo perfil de liderança do terceiro milênio.** 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, F. M. E.; CUNHA, E. S. M. Process tracing e produção de inferência causal. **Revista Teoria e Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 104–125, 2014.

SILVA, Tatiana e Calmon. "Buscando o caminho das pedras: Notas sobre Process Tracing e seu uso na abordagem ideacional." **XXI SemeAD**, nov., 2018.

SILVA, Tatiana Dias. "Mudança institucional, discurso e instituições: políticas públicas de igualdade racial no governo federal de 2000 a 2014." 2019. 243 f., il. **Tese (Doutorado em Administração)**—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SIMPSON, Mark. Foreign and Domestic Factors in the Transformation of Frelimo. **The Journal of Modern African Studies**, Vol. 31, No. 2 (Jun., 1993), pp. 309-337.

SHULTZ, Richard H. **The Soviet Union and Revolutionary Warfare: Principles, Practices, and Regional Comparisons**, Hoover: Institution Press, California, 1988.

SKINNER Q., **Les Fondements de la pensée politique moderne**, Paris, Albin Michel, 2001.

SLAPIN, J. B., and Proksch, S.-O. A Scaling Model for Estimating Time-Series Party Positions from Texts. **American Journal of Political Science**, 52/3, pp. 705–22, 2008.

SLOMAN, Peter; KOWOL, Kit. **The Politics of Foresight: British Election Manifestos and Social Change, 1945-2010** (NESTA pamphlet, 2014).

SMITH, Rodney; GAUJA, Anika. Understanding party constitutions as responses to specific challenges. **Party Politics**, 16(6), p. 755-775, 2010.

SMITH, Adam. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. Vol. 2. Cannan ed. 1776.

SOMER-TOPCU, Z. 'Timely Decisions: The Effects of Past National Elections on Party Policy Change', **Journal of Politics**, 71 (1), 238–48, 2009.

SOUSA, João Tiago. Eduardo Mondlane e a luta pela independência de Moçambique. In: TORRALBA, Luis; PIMENTA, Fernando; SOUSA, Julião (orgs). *Comunidades Imaginadas: nação e nacionalismo em África*. Coimbra, 2008.

STAKE. R. E. The case study method in social inquiry. **Educational Researcher**, v.7, n.2, p.5-8, 2000.

STEINER, Andre. "O uso de estudos de caso em pesquisas sobre política ambiental: Vantagens e limitações." **Revista de sociologia política**, 19(38), fev., 2011.

STIGLITZ, Joseph. **Globalização: A grande desilusão**. Prefácio de António Simões Lopes; tradução de Maria Filomena Duarte. Lisboa, Terramar, 2004, 334p.

STONE, Lawrence. Prosopografia . **Revista de Política**. Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

STRANGE, S. (1995). The limits of politics. **Government and Opposition** 30(3): 1995, pp. 291–311.

TAROUCO, Gabriela da Silva e MADEIRA, Rafael. (2015), "Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey." **Civitas**, 15, 1: e24-e39.

TAROUCO, Gabriela da Silva e MADEIRA, Rafael. (2015), "Partidos e ideologia no Brasil: entre definições imprecisas e classificações estáveis. " **Com Ciência - Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, 167, disponível em <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=112&id=1346>.

TAROUCO, Gabriela da Silva e MADEIRA, Rafael. "Partidos, Programas e o Debate sobre Esquerda e Direita no Brasil. " **Revista de Sociologia e Política**, 21, 45: 149-165. 2013.

TAROUCO, Gabriela da Silva. (2011), "Brazilian Parties According to their Manifestos: Political Identity and Programmatic Emphases." **Brazilian Political Science Review**, 5, 1: 54-76.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. **REVISTA DEBATES**, Porto Alegre, v.7, n.2, p.93-114, maio-ago. 2013.

TAROUCO. Gabriela da Silva. **Os Partidos e a Constituição: ênfases programáticas e propostas de emenda**. Tese de doutorado em Ciências Humanas: Ciência Política, IUPRJ, Rio de Janeiro, 2007.

THELEN, Kathleen. Historical Institutionalism in Comparative Politics. **Annual Review of Political Science**, n. 2, p. 369-404, 1999.

THELEN, Kathleen; STEINMO, Sven. Historical institutionalism in comparative politics. In: THELEN, Kathleen; LONGSTRETH, Frank (Ed.). **Structuring Politics: historical institutionalism in comparative analysis**. Cambridge: CUP, 1992.

THROUP, David; CHARLES, Hornsby. **Multi-Party Politics in Kenya**. USA: Ohio University Press, 1998.

TILLY, C. Mechanisms in Political Processes. **Annu. Rev. Polit. Sci.**, v. 4, n. 21, p. 21–41, 2001.

UBIDE, Angel. Determinants of Inflation in Mozambique. **IMF Working Papers**. Washington, DC, n., 97/145, p.1-36, 1997.

VAN DER DOES, R. A. M. and STATSCH, P. “How Do They Do It? A Theoretical Model of the Drafting of Election Manifestos.”2016.

VISENTINI, Paulo. **As revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. Unesp: são Paulo, 2012.

VIZENTINI, P. F. **A Guerra Fria: o desafio socialista à ordem americana**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

VISENTINI, Paulo F. **A África na Política Internacional: O Sistema Interafricano e sua inserção mundial**. Curitiba: Juruá, 2010.

VITORINO, Rodrigo; OLIVEIRA, Lilian. Estudos de Caso na Ciência Política: Uma Análise dos Artigos Publicados nas Revistas Dados e RBCS. In: **8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)**, 2012, Gramado, Rio Grande do Sul. Anais (on-line). Disponível em <https://cienciapolitica.org.br/index.php/system/files/documentos/eventos/2017/02/estudos-caso-ciencia-politica-analise-dos-artigos-publicados.pdf>>. Acesso em 24 dez. 2020.

VOLKENS, A.; ARES, C.; BRATANOVA, R. & KAFTAN, L. **Análisis de contenido de textos con referencias al Manifiesto Project (2000-2015): temas, actores, y métodos para medir preferencias políticas**. RIPS, Vol. 14, núm. 2, pp. 233-238, 2015.

WALGRAVE, S. AND NUYTEMANS, M. ‘Friction and Party Manifesto Change in 25 Countries, 1945–98’, **American Journal of Political Science**, 53 (1), 190–206, 2009.

WALTER, S. (2017). Globalization and the demand-side of politics: How globalization shapes labor market risk perceptions and policy preferences. **Political Science Research and Methods** 5(1): 2017, pp. 55–80.

WALTER, Barbara. **Como as guerras civis começam e como impedi-las**. São Paulo: Zahar, 2022.

WATERHOUSE, Rachel. Vulnerabilidade em Moçambique: Padrões, tendências e respostas. In: IESE. **Pobreza, Desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique**. Maputo: IESE, 2010, p. 99-120.

WARE, Alan. **Political Parties and Party Systems**. Oxford: OUP, 1996.

WASSE, Hercínia Chena Azarias. **Diplomacia e política externa em Moçambique**: estudo de caso do governo Joaquim Chissano (1987-2005). 2022. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022.

WEBB, Paul; WHITE, Stephen. **Party Politics in New Democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

WIDNER, Jennifer. **The Rise of a Party-State in Kenya**. Berkeley: University of California Press, 1992.

WOLINETZ, S. Beyond the Catch-All Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies.. In: Gunther, R.; Montero, J.R.; Linz, J. **Political Parties**. Old Concept and New Challenges. Oxford University Press. p. 136-165, 2002.

WUYTS, Marc. Economia Política do Colonialismo. **Estudos Moçambicanos** (1), P.67-99, 1980.

WUYTS, Marc. “Gestão económica e política de reajustamento em Moçambique”. **Estudos Moçambicanos** (8), pp. 97-94. 1990.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. London: Sage, 1984.

ZECA, Katia. "Debate em torno da construção do estado em África, os movimentos sociais na construção da identidade moçambicana." Revista do programa de pós-graduação em estudos Africanos e representações da África, v.6, n.11. **DOSSIE: Lusofonias na África: Moçambique, Angola e Cabo Verde**, 2019.

ZOHLNHÖFER, R., ENGLER, F. & DÜMIG, K. Review article: The retreat of the interventionist state in advanced democracies. **British Journal of Political Science** 48(2): 2018, pp. 535–562.

ZOHLNHÖFER, R., WOLF, F. & WENZELBURGER, G. Political parties and pension generosity in times of permanent austerity. **World Political Science Review** 9(1): 2013, pp. 291–31.

ROYED, T. J. 1996. “Testing the Mandate Model in Britain and the United States: Evidence from the Reagan and Thatcher Eras” 1996). Acessado em 03 de janeiro de 2023 e disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/194013.pdf?refreqid=excelsior%3A35fd86c7597b39c0b4e7e2951300123e> ROYED, T. J. 1996. “**Testing the Mandate Model in Britain and the United States**: Evidence from the Reagan and Thatcher

Eras” 1996). Acessado em 03 de janeiro de 2023 e disponível em:
<https://www.jstor.org/stable/pdf/194013.pdf?refreqid=excelsior%3A35fd86c7597b39c0b4e7e2951300123e>

